Teresa Alexandra Gonçalves Patrocínio

FACE AINDA DESCONHECIDA DA ARQUITECTURA MODERNA PORTUGUESA

Bernardino Carlos Varela Ramalhete – Um percurso em Moçambique

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientador: Professor Doutor Carlos Vieira de Faria

Lisboa

2013

Teresa Alexandra Gonçalves Patrocínio
Lisboa, 2013

FACE AINDA DESCONHECIDA DA

ARQUITECTURA MODERNA PORTUGUESA

Bernardino Carlos Varela Ramalhete – Um percurso em Moçambique

Projecto de investigação: Arquitectura Moderna nos Países Africanos Lusófonos
Ficha: Levantamento da arquitectura modernista nos países africanos lusófonos.

Dissertação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa para a obtenção de grau de mestre em arquitectura.

Orientador: Professor Doutor Carlos Vieira de Faria
Universidade Lusófona de Humanidades
Departamento de Arquitectura
Lisboa
2013

EPÌGRAFE

Será que o Homem necessita de mitos?

São pois redutoras – relativamente ao mundo da Arquitectura – as expressões que por aí ouvimos vulgarmente tais como "é bonito", "é feio", "é uma monstruosidade" quando se vê pela primeira vez um novo edifício com relevo no contexto edificado, por exemplo.

Paulo Varela Gomes dizia (in J.A. nº 138), sobre a prática profissional dos arquitectos... "Está hoje remetida para o terreno ultraminoritário da cultura e da filosofia. De uma filosofia útil. Não daquela que pode transformar o mundo mas a que transforma o modo de pensar".

Manifesto *"Isto é arquitectura!"* Bernardino Carlos Varela Ramalhete
29 de Novembro de 2005 in Núcleo do Médio Tejo da Ordem dos Arquitectos

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais.

Aos que me apoiaram neste percurso nem sempre fácil.

A todos os que tornaram possível este enriquecimento de conhecimento.

Um agradecimento especial ao Arquitecto Bernardino Ramalhete que com a sua simpatia e disponibilidade possibilitou a descoberta de uma arquitectura ainda desconhecida aos olhos de muitos.

Ao Professor Doutor Carlos Vieira de Faria, pela sua orientação e palavras de apoio nas horas de dúvida, dificuldade e incerteza. A sua incansável atenção foi um pilar base deste percurso, fazendo-me ver que a minha mente tem de estar sempre atenta e aberta a qualquer possibilidade, por mais absurda que ela possa parecer. Foi ele que permitiu que eu tentasse sempre dar mais e o melhor de mim.

RESUMO

Dos trabalhos e dissertações apresentados sobre a arquitectura moderna portuguesa, parece resultar a hipótese de que o melhor da sua realização foi projectada e realizada, entre 1930 e 1974, nas ex-colónias. O facto de se tratar de um domínio ainda bastante desconhecido, pouco explorado e aprofundado pesou muito na decisão de o eleger como tema desta dissertação de mestrado. Bem cedo o nome do arquitecto Bernardino Ramalhete se configurou como objectivo central desta pesquisa, visando estudar, analisar e compreender a sua produção arquitectónica em Moçambique, mais concretamente na Beira.

Para além da contextualização da Conferência de Berlim, que ditou o relançamento de um nova visão da questão colonial portuguesa em África, e da caracterização da arquitectura moderna em Portugal, sobretudo em Moçambique, toda a atenção se centrou na busca de informação e referências documentais sobre a obra de Bernardino Ramalhete. A realização de três entrevistas ao visado constituiu momento forte desta pesquisa.

Foi o tratamento desses elementos recolhidos que permitiu perceber que Moçambique acolheu vários exemplares representativos do período moderno e que a marca de Bernardino Ramalhete, enquanto personagem marcante e geradora de pensamentos, se impõe, na produção arquitectónica em Moçambique, como exemplar e paradigmática.

ABSTRACT

From all the works and dissertations presented concerning modern Portuguese architecture, seams to result the hypothesis that the best of its realization was made in the former African colonies between the years of 1930 1974. Still being a largely unknown and unexplored subject turned it the main reason to elect this theme as the central point of this dissertation. From an early stage the name of architect Bernardino Ramalhete was set as the main goal of this research, in order to study, analyse and understand the Mozambique architectural production, mainly in the Beira city.

The Berlin Conference was the event that spoke the relaunch for a new vision of the Portuguese colonial presence in Africa and the characterization of modern architecture in Portugal. Focused especially in Mozambique, all the attention was centered in collecting all the available documents, references and information about the work of this architect. The highest points of this research are the tree interviews given by himself.

The treatment of those collected elements that allowed the chance to understand that Mozambique housed numerous exemplars of the modern period and that Bernardino Ramalhete, as an outstanding character and thoughts generator, left a mark on the architectural production in Mozambique, as being exemplary and paradigmatic.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÂO 1
CAPITULO I – O ADVENTO MODERNO E A PROBLEMÁTICA DAS COLÓNIAS 6
1. A cidade industrial e a problemática das colónias. 7
2. Novas políticas de desenvolvimento e valorização colonial até ao 25 de Abril. 10
3. Afirmação da arquitectura – O movimento moderno na metrópole. 13
4. O Gabinete de Urbanização Colonial, os planos urbanos e os planos de fomento. 19
CAPITULO II – O MODERNISMO EM MOÇAMBIQUE 25
1. Moçambique – As principais cidades e seu desenvolvimento. 26
1.1 Lourenço Marques 29
1.2. A Beira 34
2. Arquitectura Modernista em Moçambique – A Beira e o modernismo 39
3. Alguns aspectos formais 52
CAPITULO III – ARQUITETO BERNARDINO RAMALHETE 56
1. O arquitecto – As origens e a passagem pela Câmara Municipal de Porto. 57
2. A Câmara Municipal da Beira e a Actividade Liberal 60
3. O G.A.U.D. Lda. - Gabinete de Arquitectura, Urbanismo e Design. 64
4. As considerações pessoais e as obras. 68
NOTAS CONCLUSIVAS 78
BIBLIOGRAFIA 81
ANEXO 90
CURRICULUM DE BENARDINO RAMALHETE 90
MANIFESTO “Isto é arquitectura!” 93

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Imagem 1 - Conferência de Berlim, a Partilha de África, 1885..... 8
Imagem 2 - Mapa Cor-de-rosa após expedição de 1877. 9
Imagem 3 – Divisão das Colónias definidas na Conferência de Berlim, 1913. 10
Imagem 4 – Plano de Lichinga, Vila Cabral, 1930 27
Imagem 5 - Vista Geral de Nampula, 1967 28
Imagem 6 e 7 - Mapa analítico de crescimento da cidade de Lourenço Marques 1878-1887. 30
Imagem 8 - Projecto de Ampliação da cidade de Lourenço Marques, 1887. 30
Imagem 9 - Lourenço Marques, cerca de 1911. 30
Imagem 10 - Mapa analítico de crescimento da cidade de Lourenço Marques, 1920-30. 31
Imagem 11 - Eixo viário entre a Praça 7 de Março e a Praça da Câmara Municipal, 1941. . 31
Imagem 12 - Lourenço Marques, cerca de 1955. 32
Imagem 13 - Lourenço Marques, Pavilhões do Hospital com o Bairro Sommerchield, 1967. 33
Imagem 14 - Secretaria Geral do Governo da Beira, 1892. 35
Imagem 15 - Mapa analítico da Beira na fase de génese urbana cerca de 1899. 35
Imagem 16 e 17 - Ponte metálica, Beira e vista da cidade, cerca de 1915. 36
Imagem 18 - Praça Luís Inácio, Beira, cerca de 1920. 36
Imagem 19 - Mapa analítico da Beira na fase de génese urbana cerca de 1925 – 1930. 37
Imagem 20 – Plano de Urbanização e Alargamento da cidade da Beira, 1932. 37
Imagem 21 - Cidade da Beira in Moçambique, 1958, Mapa de Estradas Shell. 38
Imagem 22 e 23 - Banco Nacional Ultramarino 1940. Fotos de 1970 e 2011. 40
Imagem 24 e 25 - Grande Hotel da Beira, João Luís Porto cerca de 1965, foto de 2011. ... 40
Imagem 26 - Cine Teatro São Jorge, Francisco Castro, 1953, foto de 2011 42
Imagem 27 e 28 – Vista geral Igreja da Manga, João Garizo do Carmo, 1955-1961 foto de 2011. 42
Imagem 29 - Planta de Pormenor do Complexo Turístico do Estoril, Paulo Melo Sampaio, 1957. 43
Imagem 30 e 31 - Planta e vista geral da sede do Automóvel Touring de Moçambique,1957, Paulo Melo Sampaio, foto de 2009. 44
Imagem 32 e 33 - Vista geral e interior do Pavilhão de Desportos do Clube Ferroviário, 1957. 44

Imagem 34 - Vista geral da estação de caminhos-de-ferro, Paulo Melo Sampaio, Francisco Castro e João Garizo do Carmo, 1959-66, foto de 2011. 45
Imagem 35 - Imagem 35 - Vista Geral da Casa dos Bicos, João Garizo do Carmo,1962, foto de 1968. 45
Imagem 36 - Esquiço do Hotel Mohamed, Paulo Melo Sampaio, 1961. 48
Imagem 37 - Minigolfe e Restaurante do *Lions* Club da Beira, Naia Marques, 1973. 49
Imagem 38 – Cinema Novocine, 1967, Julião de Azevedo, foto de 2011. 50
Imagem 39 - Piscinas de Gondola, 1965, José Augusto Moreira, foto de 2011. 51
Imagem 40 - Complexo de Maquinino, 1965, José Augusto Moreira. 51
Imagem 41 - Colégio dos Maristas, Francisco Castro, 1959, foto de 2009. 52
I**magem 42 e 43** – Igreja da Manga, João Garizo do Carmo, 1955-61, e Motel Estoril, Paulo Melo Sampaio, 1957, foto de 2009 e postal de 1965. 53
Imagem 44 45 - Automóvel Touring Club de Moçambique e Motel Estoril, Paulo melo Sampaio, 1957, fotos de 2009. 53
Imagem 46 47 - Cerâmico da Igreja da Manga e Banco de Moçambique, mural de Estrela Faria. 55
Imagem 48 e 49 - Unidade comercial/social para o Bairro de Casas Económicas Marechal Gomes da Costa, 1953. 57
Imagem 50 - Banda desenhada por Ricardo Cabrita, 2011 58
Imagem 51 - Entrada do Parque Municipal, Bernardino Ramalhete, 1960 60
Imagem 52 e 53 - Estação de caminhos-de-ferro da Beira, 1959-1966, Francisco Castro, Paulo Melo Sampaio e João Garizo do Carmo, fotos de 2011 e 2009. 62
Imagem 54 – Vila Pery, Bernardino Ramalhete, 1960 62
Imagem 55 - Igreja do Macuti, Bernardino Ramalhete, 1961, foto de 2011. 63
Imagem 56 – Casa da Cultura de Sofala, Mural de Malangatana Valente Ngwenya, 1958, foto de 2011. 65
Imagem 57 e 58 – Prédio Piripiri e edifício Maria Fernandes, Bernardino Ramalhete, 1967 e 1970. 67
Imagem 59 e 60 – Edifício de Habitação, 1967, e Sede do Governo de Vila Pery (Chiombo), Bernardino Ramalhete, foto de 2011. 67
Imagem 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67 - Vistas gerais, torre, escadas laterais entrada e interiores, Igreja do Macuti, Bernardino Ramalhete, 1961, fotos de 2011 e 2012. .. 73
Imagem 68 – Biblioteca Quelimane, Bernardino Ramalhete, 1968. 75
Imagem 69 - Biblioteca Quelimane, Bernardino Ramalhete, 1968, foto de 2012 75
Imagem 70 e 71 - Edifício Lopes Duarte, Bernardino Ramalhete, 1968, foto de 2011. 76

ÍNDICE DE GRÀFICOS

Gráfico 1 – Desenvolvimento da população na cidade da Lourenço Marques entre 1928 e 1950 31
Gráfico 2 – Desenvolvimento da população na cidade da Beira entre 1900 e 1970 36

INTRODUÇÂO

Esta dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura tem como tema: *Face ainda desconhecida da Arquitectura Moderna Portuguesa. Bernardino Ramalhete: um percurso em Moçambique*.

Por opção própria este trabalho não segue as normas do novo acordo ortográfico português. Mesmo incorrendo num patriotismo exacerbado, a posição em relação ao tema foi a de que se deveria de manter a nossa identidade nacional e nada melhor a define como a nossa forma de expressão escrita como foi ensinada na nossa geração.

Dando início a estas notas introdutivas, de alguns trabalhos académicos sobre a arquitectura moderna nos países lusófonos que têm vindo a lume, parece resultar a hipótese de que o melhor da arquitectura moderna em Portugal for projectada e realizada nas ex-colónias. Esta dissertação enquadra-se nesta perspectiva e pretende contribuir para a exploração de um filão onde muito há ainda a pesquisar.

Pelo lado da Universidade Lusófona de Lisboa, importa salientar e relevar a sua vocação lusófona, sem esquecer a presença de significativo número de mestrandos procedentes de países luso-africanos. Tudo isto justificou e motivou a criação de uma linha de investigação que visa promover (em conjunto com todos os interessados), uma reflexão em torno do estudo e caracterização dos múltiplos exemplares arquitectónicos da designada arquitectura moderna portuguesa nos países Luso-Africanos, com vista a uma negociação intergovernamental que possibilite a preservação e salvaguarda de, sendo tarefa quase inglória salvar todos, pelo menos daqueles exemplares que melhor representem aquela corrente arquitectónica.

A primeira hipótese - hipótese central - é que, em muitas áreas, o que se projectou e construiu, particularmente em Moçambique, representa o que de melhor foi feito em Portugal na linha da escola modernista. Sendo assim, poder-se-á questionar se uma parte importante da história da arquitectura moderna portuguesa não se encontrará nestes países africanos lusófonos, sendo urgente, por isso, proceder à inventariação, ao levantamento e ao estudo daquilo que foi produzido entre os anos 1930 e 1974.

A segunda hipótese - hipótese de trabalho - afirma o carácter exemplar e paradigmático do arquitecto Bernardino Ramalhete, enquanto personagem marcante e gerador de dispositivos construtivos e estéticos que, a nível da arquitectura e do urbanismo, influenciou a produção arquitectónica em Moçambique, mais particularmente na cidade da Beira.

Foram estas duas hipóteses que orientaram esta pesquisa, embora lhes estivesse subjacente um pressuposto, a aprofundar noutro contexto, que importa especificar. Face aos riscos de destruição que ameaça esse património construído por Portugal em Moçambique no período colonial, com esta pesquisa também se pretende alertar para a necessidade de uma estratégia a nível dos respectivos Estados, no sentido de definir estratégias e parâmetros que permitam determinar qual o património mais marcante, avaliando o seu real valor patrimonial e a sua salvaguarda e protecção.

No que concerne ao motivo que pessoalmente me levou a escolher este tema, confesso que muito pesou a leitura de um artigo de Ana Vaz Milheiros, publicado na edição nº 240 do Jornal dos Arquitectos, sob o título *"Bernardino Ramalhete e Eduardo Naia Marques, os arquitectos da opção empresarial"* (Agosto-Setembro 2010). Importante foi também a leitura do livro de Naia Marques "O que África me ensinou" (2009), assim como a descoberta da possibilidade de poder vir a conversar com o Arq. Bernardino Ramalhete, enquanto fundador de um dos maiores gabinetes de Arquitectura com uma enorme produção arquitectónica, o Gabinete de Arquitectura, Urbanismo e Decoração Lda. (GAUD), que funcionou na Beira até 1974. A importância e o papel deste gabinete na condução da política urbanística e arquitectónica, em várias zonas do território moçambicano em que interveio, é algo que merece um estudo desenvolvido e aprofundado. Com esta minha dissertação pretendo explorar este campo de investigação e contribuir com o primeiro ensaio que possa vir a dar continuidade a outras pesquisas.

Tendo em conta a complexidade da tarefa e as dificuldades na obtenção de dados e elementos necessários à pesquisa, a minha investigação tem como base conhecer, investigar e identificar aquilo que foi mais marcante na produção arquitectónica do arquitecto Bernardino Ramalhete. Na verdade, para além de fundador e de principal sócio, este arquitecto foi capaz de liderar e impulsionar uma vasta equipa com quem ele trabalhou ao longo dessas quase duas décadas.

Dado o interesse pelos arquitectos que, especialmente em Angola e Moçambique preconizaram esse período de produção arquitectónica dominada pela perspectiva modernista, importa salientar que este tipo de arquitectura não terminou com o fim da

colonização. De facto, vencidas as dificuldades de consolidação das respectivas independências nacionais, estes novos países vêem agora criadas as condições para um novo período das suas histórias, caracterizado por um forte e rápido desenvolvimento económico e urbano.

Este contexto de modernização pode constituir uma ameaça para o valor deste património da arquitectura moderna do tempo colonial. O crescimento de cidades como Maputo (antiga Lourenço Marques) e a Beira é nos dias de hoje sustentada por planos urbanos e arquitectura desenvolvidos nesses anos, e isso faz com que nos interroguemos sobre o que poderá ter sido este ideal modernista onde Bernardino Ramalhete e muitos outros se viram envolvidos directa ou indirectamente.

Da metodologia de trabalho aplicada recorreu-se à leitura de revistas e livros, consulta de registos fotográficos no Arquivo Ultramarino e no arquivo nacional da Torre do Tombo, na Faculdade de Arquitectura de Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian e também em *sites* sobre o território moçambicano. Mas dada a particularidade desta pesquisa a atenção incidiu sobretudo no estudo da obra do arquitecto Bernardino Ramalhete, pelo que o recurso a entrevistas ao visado constituiu o meio determinante na recolha de dados. Num total de três, estas entrevistas permitiram a recolha possível dos pensamentos, considerações gerais, vida e obra deste arquitecto que, já quase com 92 anos, merece o meu agradecimento pelo contributo essencial dado para o desenvolvimento deste trabalho. No decorrer dessas entrevistas foi igualmente transmitido, pelo próprio, não possuir qualquer espólio da sua produção, o que dificultou ainda mais esta pesquisa.

Há que salientar, no entanto, o seguinte aspecto quanto a este assunto. A terceira entrevista iria ser considerada a Grande Entrevista Final, com um extenso guião elaborado ao longo de meses, baseado nas entrevistas anteriores e em novos dados recolhidos. Devido a alterações alheias ao previsto, essa Grande Entrevista Final ficou bastante aquém do planeado.

O quadro conceptual da dissertação inicia-se na revolução industrial e na problemática das Colónias que sempre foram vistas, até então, como ponto de apoio a trocas comerciais. Com a revolução industrial estes territórios colonizados tornaram-se alvo preferencial dos interesses das grandes potências europeias industrializadas. O ponto alto foi a chamada Conferência de Berlim, que teve início em Novembro de 1884 e terminou em Fevereiro de 1885.

Convém, por isso, referir e contextualizar a época em que o modernismo começou a ser divulgado e estudado na metrópole, num período rico a nível da literatura (Sá-Carneiro, Fernando Pessoa e Almada Negreiros) e das artes (Mário Dionísio e muitos outros). Sem esquecer António Ferro, à frente do Secretariado Nacional da Propaganda (depois Secretariado Nacional da Informação) e Duarte Pacheco, seja no ministério da Obras Públicas, seja na Câmara Municipal de Lisboa. O mesmo se fará relativamente ao contexto do pós-guerra em que o tema da arquitectura modernista ganha relevo, nomeadamente com o Primeiro Congresso Nacional de Arquitectura (1948) e com tudo o que veio a acontecer posteriormente. A problemática da arquitectura moderna colonial emerge neste contexto marcado por essa dinâmica política económica, cultural e ideológica dos anos 1920 e 1930. É aqui que se centra a problemática técnico-conceitual desta dissertação.

Dos autores que ajudaram a sustentar esta pesquisa destacam-se, em primeiro lugar, Ana Vaz Milheiro pelas suas pesquisas aprofundadas sobre o território das antigas colónias portuguesas. Como já dito anteriormente, foi um dos seus artigos publicado no Jornal dos Arquitectos que definiu o tema desta investigação. Também Ana Magalhães e Inês Gonçalves, com o seu "Moderno Tropical", permitiram uma perspectiva real e actual do estado de conservação em que se encontram algumas das obras projectadas por alguns dos actores deste palco modernista. Sem esquecer José Manuel Fernandes, um dos percursores da problemática da arquitectura colonial, cujas obras sobre o desenvolvimento da arquitectura moderna e sua expansão às ex-colónias, permitem um conhecimento mais aprofundado de graves lacunas existentes sobre uma época que muitos definem como o período limitativo do "Português Suave". Referência particular a António Albuquerque, cujo meritório levantamento e pesquisa aprofundada sobre a arquitectura do território moçambicano, forneceram conhecimento de peças desenhadas e imagens que deverão ser preservadas pela sua quase inexistência. Numa perspectiva mais geral, Ana Tostões com a sua visão da vertente do engenheiro e a sua relevância para o impulso da arquitectura. Por fim, Eduardo Escudeiro da Naia Marques que escreveu um livro de experiências, de aprendizagem e de vivência, fornecendo uma perspectiva social e humana da época.

Mas referência especial não poderá deixar de ser feita ao personagem que originou todo este trabalho de pesquisa: o Arquitecto Bernardino Ramalhete que, com as suas entrevistas, nos dá mais alguns elementos que ajudaram a compreender as características, as vivências, o pensamento e as vicissitudes de um período da nossa história.

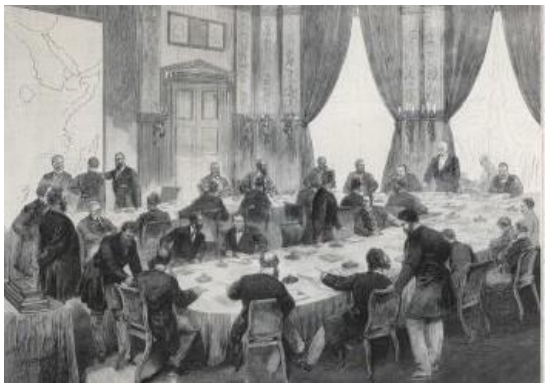
O texto desta dissertação está organizado em três principais capítulos.

O primeiro capítulo, com o título advento moderno e a problemática das colónias, divide-se em quatro pontos que procuram salientar o interesse que foi suscitado pelas colónias por parte do governo português, a sua relação com a metrópole; o advento do movimento moderno e o impacto do Gabinete de Urbanização Colonial teve na produção arquitectónica e urbanística de Moçambique.

O segundo capítulo, com o título O *modernismo em moçambique*, divide-se em dois pontos, que nos levam a uma perspectiva global do desenvolvimento, do ponto de vista urbano, de Moçambique, tendo depois um realce especial sobre as suas duas principais cidades, Lourenço Marque e a Beira. Procura igualmente fazer um enquadramento geral da arquitectura moderna na cidade da Beira e quais os seus pontos mais marcantes.

O terceiro capítulo está inteiramente dedicado ao arquitecto Bernardino Ramalhete, dividindo-se em quatro pontos que incidem, o primeiro, sobre o seu percurso inicial e a sua formação; o segundo, sobre a ida para Moçambique e a sua produção, quer como arquitecto camarário, quer como arquitecto em início de actividade liberal; o terceiro, sobre o G.A.U.D. – Gabinete de Arquitectura, Urbanismo e Design, o maior gabinete de produção arquitectónica que o Moçambique conheceu e de quem foi sócio. No último ponto procura-se revelar alguns dos seus pensamentos e analisar aquelas obras que, na sua perspectiva, marcaram o seu percurso.

As imagens e gráficos incluídos foram seleccionados com a intenção de complementar a leitura dos objectos arquitectónicos, programando-se por isso, um tipo de formatação que permita uma leitura paralela e contínua entre os textos, os gráficos e as imagens.



CAPITULO I – O ADVENTO MODERNO E A PROBLEMÁTICA DAS COLÓNIAS

1. A cidade industrial e a problemática das colónias.

Definidas as hipóteses na introdução, este primeiro capítulo irá debruçar-se sobre a contextualização do período que serviu de palco aos principais acontecimentos que foram determinantes e que marcaram profundamente século XIX: a revolução industrial. Foi o advento deste novo modelo de desenvolvimento económico, político, social e cultural, que impulsionou o desenvolvimento, crescimento e projecção da questão colonial.

A revolução industrial, na visão de Goitia (1982), levou a que o homem passasse a estar ao serviço da máquina. Esta nova condição humana teve como consequência o êxodo do campo para a cidade, pela necessidade de garantir uma reserva de mão-de-obra cada vez mais necessária. Esta fuga produziu um drástico e caótico desenvolvimento das cidades, quer no que diz respeito ao desenho urbano, quer no que toca às políticas urbanísticas e à logica social.

Num primeiro momento, Goitia (1982) transmite-nos a ideia de que, a aplicação da máquina a vapor ao processo de produção industrial fez com que as fábricas, implantando-se preferencialmente nas cidades ou na proximidade destas, originassem um intenso crescimento dos aglomerados urbanos, nomeadamente aqueles que se desenvolveram ao longo dos cursos de água, facilitando assim o acesso às matérias-primas e a distribuição dos produtos. Os portos conheceram, então um novo e forte impulso, transformando-se num ponto fulcral nas transacções comercias, acabando por se constituírem como centros de conjugação das principais vias marítimas e terrestres.

Desta forma cresciam não apenas os grandes centros fabris, como também os próprios centros urbanos, com a vantagem de facilitar as relações com o poder político central, com as instituições bancárias e com as bolsas de comércio já existentes.

Num segundo momento, e de acordo com Choay (2000), a energia eléctrica revolucionou, não só o processo produtivo fabril, como também o desenvolvimento urbano, abrindo portas a uma nova série de descobertas. Importa recordar que o processo de profundas mudanças que a revolução industrial desencadeou desde finais do século XVII e início do século XIX foi provocado pela utilização do carvão mineral, entretanto descoberto, dando resposta a uma dizimação florestal, consequência da necessidade da produção do carvão vegetal. Como é sabido, se a utilização do carvão mineral permitiu a produção do ferro e do vidro, a aplicação generalizada da energia eléctrica ao processo produtivo possibilitou a descoberta do aço, de outros metais e ligas.

Esta lembrança é importante para situar os antecedentes do "*boom"* da arquitectura como área científica, artística e profissional. Esse desenvolvimento crescente, pelo recurso à nova energia agora descoberta, a energia eléctrica, teve como consequência, por um lado, a necessidade da procura de novos mercados que pudessem escoar essa produção em massa e, por outro lado, encontrar locais que pudessem fornecer as matérias-primas indispensáveis para alimentar este frenesim de desenvolvimento fabril.

Segundo Calado e Simões (2002) é aqui que que as colónias ultramarinas, até então um império inexplorado e quase que ignorado, começam a ganhar importância e a ser vistas como um território de expansão e de visão pelos países, enquanto potências coloniais, envolvidos no processo industrial.

Albuquerque (1998) regere ainda que Portugal, muito enfraquecido pelo desastre causado pela fuga da família real para o Brasil e as consequentes invasões francesas, (que destruíram as forças produtivas e as outras riqueza do país), sem esquecer o facto de o exército português ter ficado sob o domínio das tropas inglesas comandadas pelo general Beresford, esteve à margem deste processo. Os portugueses, enquanto colonizadores, começaram por ver África sendo um posto intermediário com as rotas da Índia, não tendo valorizado ainda o processo de submissão desses territórios Africanos.

O ponto de viragem, de acordo com Arnaut (1927), que marcou a história destas colónias aos olhos do Império Português, e dos restantes países ditos industrializados, aconteceu com a famosa Conferência de Berlim que se iniciou a 19 de Novembro de 1884 e terminou a 26 de Fevereiro de 1885.

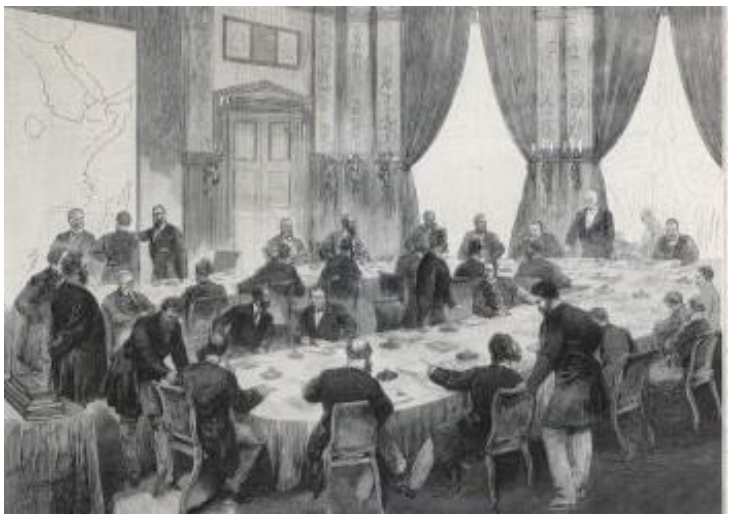


Imagem 1 - Conferência de Berlim, a Partilha de África, 1885.
(Fonte: http://territorioafricano.blogspot.pt/2010/03/partilha-da-africa-o-contexto-da.html)

Realizada na cidade de Berlim pelo chanceler Otto von Bismark, segundo o mesmo autor, teve como objectivo discutir e definir a liberdade de Comércio na Bacia do Congo e seus afluentes, a neutralidade dos territórios nessa Bacia, a navegação no Congo e no Níger, a interdição de comércio de escravos, as condições essenciais a serem seguidas nas novas ocupações no Continente Africano, e, por último, o que mais marcou aquele continente e que permanece até aos dias de hoje, a análise das ocupações já efectuadas e que seriam consideradas como efectivas.

Albuquerque (1998) infere que num dado momento da Conferência Portugal apresentou um projecto que iria ficar conhecido como o Mapa Cor-de-Rosa. O objectivo desse mapa era ligar Angola a Moçambique para que houvesse uma comunicação que facilitasse o comércio e o transporte de mercadorias entre essas duas colónias. As suas fronteiras tinham como base as expedições realizados, em 1877, por Hermenegildo Capelo, Serpa Pinto e Roberto Ivens, que tinham como objectivo principal atravessar o continente africano. O resultado destas viagens é publicado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1880 e apresentava toda a África Central como território português.

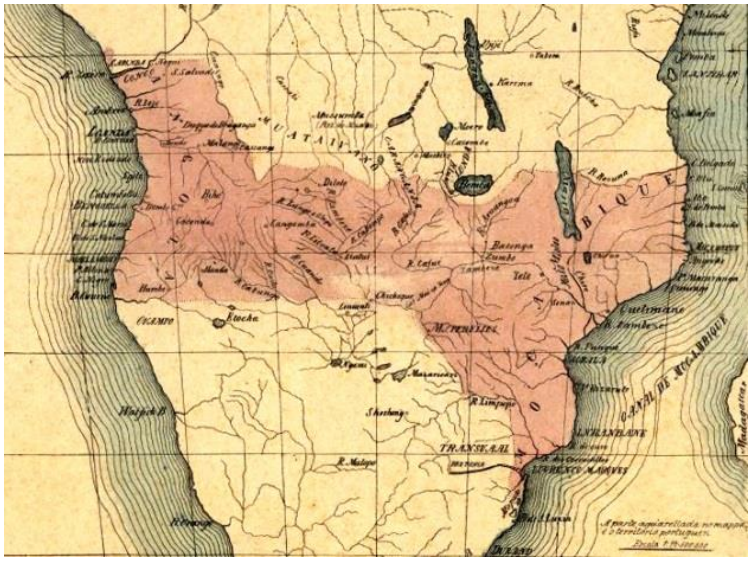


Imagem 2 - Mapa Cor-de-rosa após expedição de 1877.
(http://www.africafederation.net/Rose_map.htm *Federation of Free States of Africa*)

A Inglaterra, Com fortes interesses na Baía de Espírito Santo[1], segundo o mesmo autor, ao ver as pretensões portuguesas contesta fortemente esta pretensão. *Lord Salsbury*, ministro dos negócios estrangeiros inglês, mobiliza a frota inglesa num ultimato militar contra Portugal e afirma que apenas o irá retirar se Portugal recuar na sua proposta.

[1] Esta Baía era o único ponto de África Austral que não se encontrava sobre o domínio inglês e o seu interesse nela fazia parte de uma estratégia para isolar o território dos Boeres do interior africano que controlavam as recém-descobertas minas de ouro de Rand. (Albuquerque, 1998 p.23)

Menos de três décadas após o encontro entre ingleses, franceses, alemães, belgas, italianos, espanhóis e portugueses, conforme refere Somma (2006), 90% do Continente africano já havia sido conquistado e dividido. Essa apropriação, não só provocou mudanças profundas no dia-a-dia, nos costumes, na língua e na religião dos vários grupos étnicos que viviam no continente, como também criou as fronteiras que, ainda hoje, são responsáveis por tragédias militares e humanitárias.

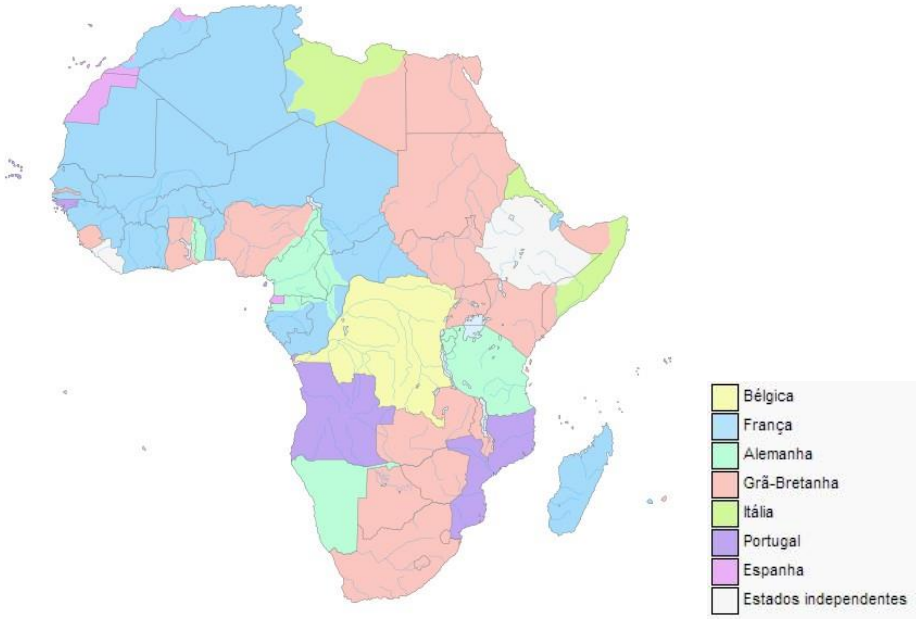


Imagem 3 – Divisão das Colónias definidas na Conferência de Berlim, 1913.
(http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%AAncia_de_Berlim)

2. Novas políticas de desenvolvimento e valorização colonial até ao 25 de Abril.

Uma vez que a esta investigação se irá centrar no território de Moçambique, conforme descrito na introdução, irei centra-me de uma forma incisiva neste território.

De acordo com o referido no capítulo anterior, o século XIX provocou várias e profundas alterações nesse território colonial. No que diz respeito a Portugal, após a fuga de D. João VI e da corte para o Brasil em 1808 dá-se a primeira invasão francesa (General Junot) e a ocupação de Portugal pelos ingleses, justificando-a com o apoio militar britânico. Na visão de Albuquerque (1998) essa esfera de influência inglesa irá reflectir-se em Moçambique onde grande parte do comércio costeiro passa a ser controlada por Ingleses, onde iriam igualmente iniciar várias expedições ao interior moçambicano. A mais famosa dessas expedições foi a de *Livingstone* que subiu o rio Zambeze, em Maio de 1856.

No entanto, Portugal continuava então um país politicamente fragilizado e dividido, devido à uma sequência desastrosa dos eventos políticos. Por motivo da fuga de D. João VI para o Brasil por causa das invasões francesas, a acção do exército anglo-português, sob o comando do General Beresford, combinada com as revoltas populares, surtiu a exclusão destes do país em 1812. Apesar da brevidade das três invasões, a presença dos ingleses em solo português agravou de tal maneira a situação bélica que o país vai conhecer a destruição do aparelho produtivo nacional. Tal não impediu que os ideais da revolução francesa se sedimentassem no meio intelectual português, tendo acontecido no Porto, o triunfo da revolução liberal, em 1820, e, na sequência disso, a elaboração da primeira constituição liberal, que submete o Rei ao Parlamento, mudando o regime para Monarquia Constitucional. Foi para jurar e assinar esta constituição que D. João VI teve de regressar a Portugal. O País entra então numa guerra entre liberalistas e absolutistas que termina apenas em 1834, com o desterro de D. Miguel para Viena de Áustria.

Quando a revolução industrial se encontrava em pleno desenvolvimento há mais de meio século, Portugal, pelos motivos descritos, só irá iniciar os primeiros passos na via da industrialização a partir de 1851, no período que ficou conhecido na história de Portugal como Período da Regeneração intimamente ligado ao estadista Fontes Pereira de Melo. Foi este político que lançou o país na construção dos caminhos-de-ferro e de estradas, provocando uma grave e profunda crise económica e financeira, que deixou Portugal à beira da bancarrota. A instabilidade política crónica, ao logo desta segunda metade do século XIX, precipitou e agravou a decomposição económica, política, social, ideológica e religiosa do país, o fracasso da Conferência de Berlim terá como consequência a queda da Monarquia e a implantação da República, em 1910.

Segundo Lains (1998), este conjunto de factores levou a que grande parte da classe politica e empresarial portuguesa se voltasse para África, numa tentativa de manutenção do estatuto de Portugal na Europa como grande potência colonizadora. A Conferência de Berlim levou igualmente a uma consciencialização de que as colónias poderiam ser fonte de matérias-primas para uma indústria portuguesa, que só nessa altura começou a ter consciencialização de uma revolução industrial já em estado avançado. A primeira grande companhia capitalista irá nascer nesta zona após a Conferência de Berlim é fundada por Joaquim Paiva de Andrade e por Manuel António de Sousa, um poderoso afro-português que em 1878 conseguiu, através de várias conquistas, controlar o território central de Moçambique.

Com as fronteiras definidas, e segundo o mesmo autor, o controlo territorial iniciou uma nova fase com António Enes que, que concretizou a pacificação definitiva de Moçambique e a sua reorganização administrativa, e que se iria desenvolver até ao ano de 1907. Com a implementação da República e a descentralização do estado, a opção foi a de orientar os recursos disponíveis para Angola e a de fazer concessões territoriais às empresas de capitais internacionais e europeus que resultou numa série de fracassos e catástrofes económicas.

As colónias ficaram assim amarradas às concessões das Companhias e a pequenos Estados feudais, denominados "prazos", primeira forma de colonização portuguesa, surgidos por volta do ano de 1600 com a concessão de terras da Coroa Portuguesa. De acordo com Albuquerque (1998), estes "feudos" e estas "companhias" foram ganhando importância distanciando-se do poder central, adquirindo uma autonomia administrativa, legislativa e social, onde o Estado português não tinha qualquer tipo de participação. As únicas vantagens que o território conheceu durante este período foi a construção de algumas infra-estruturas férreas que resultavam directamente da necessidade de escoamento de produtos e matérias-primas.

A situação de Portugal, para Albuquerque (1998), era caótica e em 1926 um grupo de generais viria a encabeçar um golpe militar que iria instituir um Estado Novo. Dois anos depois, apercebendo-se que a estratégia militar não seria suficiente para tirar o país da situação de caos em que se encontrava, chamaram a si um professor da Universidade de Coimbra para Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar. Em 1932 Salazar seria nomeado Primeiro-ministro de Portugal, tendo como política a autonomia de Portugal e das suas colónias ultramarinas.

De novo este território ganha fôlego e, segundo o mesmo autor, volta a ser encarado como a salvação de um Império com uma inflação galopante e uma moeda desvalorizada. O principal entrave às pretensões de Salazar eram as companhias e a forma como as mesmas eram geridas anarquicamente.

E assim, entre 1930 e 1932, respectivamente anos do Ato Colonial e a Carta Orgânica, foram criados uma série de decretos que fizeram a regulamentação administrativa destes territórios. Mencionada por Albuquerque (1998) a Lei da Reforma Administrativa Ultramarina, é que irá merecer maior destaque uma vez que pôs um fim aos direitos das companhias concessionarias transformando estes territórios em entidades legais únicas, unidas a Portugal transformando pela primeira vez Moçambique num Estado unitário.

Ferreira (2008) enuncia que o longo período durante o qual se ignorou este território, privando-o de um desenvolvimento económico estável e de infra estruturas, deu origem a uma situação de desintegração. O mapa das infra-estruturas existentes executado remontava ao início da Primeira Grande Guerra e era caracterizado pelo favorecimento das ligações com os países vizinhos destacando a linha férrea entre Lourenço Marques e Joanesburgo (Transval), a linha férrea entre a Beira e Salisbury (Rodésia) a linha férrea Transzambeziana entre a Beira e o Niassa, e os portos da Beira e Lourenço Marques.

O mesmo autor, indicando que a abrangência governativa não atingia de modo equilibrado as três províncias[2] do território, e o favorecimento das regiões que eram influenciadas pelos principais corredores gerados pelas infra – estruturas anteriormente referidas, tinham provocado um fenómeno. A concentração dos serviços administrativos e do desenvolvimento urbano e arquitectónico, nas duas principais cidades da colónia, a capital Lourenço Marques e a Beira.

3. Afirmação da arquitectura – O movimento moderno na metrópole.

No panorama internacional, e segundo Tostões (2005) a fundação da *École des Ponts et Chaussées,* no ano de 1750 em França, e o consequente reconhecimento do engenheiro com formação especializada, marca um novo capítulo na história da construção e serve de base de um novo pensamento arquitectónico. A que se designou de “arquitectura dos engenheiros”, revelada nas pioneiras obras em ferro, influenciou de uma forma profunda este pensamento onde se acrescentava á noção clássica da forma e da proporção, a necessidade de ter em conta o material com que se construía.

A influência dos progressos técnicos, e a rapidez de produção introduzido pela revolução industrial sobre os materiais de construção, como o aço, o ferro, o betão e o desenvolvimento e aprofundamento de sistemas, como o elevador, constitui um factor que acompanha o desenvolvimento das cidades. Tal como refere Tostões (2005), os edifícios começam a crescer em altura permitindo maiores vãos, até então limitados pelo uso dos materiais tradicionais, e a canalização, a electrificação, a iluminação, o aquecimento, as lâmpadas, os radiadores, as tomadas e as grelhas servem de protagonistas a um palco de uma estética moderna.

[2] As três províncias eram a do Sul do Save, dividida entre Lourenço Marques e Inhambane, a da Zambézia, dividida entre Beira, Tete e Quelimane e a de Niassa dividida entre Moçambique e Porto Amélia. (Ferreira, 2006, p.18)

Conforme relatado por Gonçalves (2002) a crise na arquitectura em Portugal que ocorre durante todo o século XIX não encontra qualquer eco. O ensino na escola de Belas Artes mostrou-se incapaz de assimilar as inovações, quer fossem elas funcionais ou tecnológicas, que se foram desenvolvendo no resto da Europa e que iriam funcionar como instrumentos de "inovação tipológica e espacial". A formação dos arquitectos insistente na codificação estilística, com base nos tratados, transforma-se num sistema fechado à discussão disciplinar.

Esta visão romântica e nacionalista só é interrompida nas manifestações culturais de 1910, segundo Gonçalves (2002), que lhe irão opor uma leitura do mundo com uma abertura à experiência e ao debate europeus. Não obstante a sociedade portuguesa ainda não estava não estava preparada para as notícias de base futuristas, tornando-se a única aposta portuguesa verdadeiramente de vanguarda. Deste pensamento surgiram grupos intelectuais que deram origem a vozes de contestação criando assim uma porta de entrada á modernidade. Foram lançadas revistas e organizadas exposições de iniciativa privada, onde as novas opções culturais eram discutidas e alargadas. Este ideal de inovação é experimentado no ano de 1915 com a revista "*Orpheu"* em Lisboa, "*a Águia"* no Porto e a *"Presença"* em Coimbra.

Segundo o mesmo autor a *"Orpheu",* iniciada por Mário Sá Carneiro, de quem António Ferro com apenas dezanove anos foi editor e que mais tarde será o Comissário de Propaganda do Estado Novo, irá ser uma referência determinante neste período, estando a ela ligadas personagens como Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Santa-Rita, e em meados da década Amadeu de Souza-Cardoso.

Em Coimbra a "*Presença*", fundada por Branquinho da Fonseca, João Gaspar e José Régio, conheceu um período mais abrangente tendo terminando apenas em 1940. Ela acaba por integrar o movimento da revista *"Orpheu"*, na visão de Martins (2006), e insere-se na mesma linha de pensamento perpetuando a luta por uma crítica livre contra o academismo literário de então e bateram-se pelo primado individual sobre o colectivo, do psicológico sobre o social e da intuição sobre a razão tendo como pano de fundo a psicanálise de Freud.

Esta afirmação literária impulsionadora é, no entanto e na perspectiva de Gonçalves (2002), negligenciada pelas artes plásticas e pela arquitectura e, com o advento da primeira guerra mundial acaba por esmorecer no plano nacional.

A arquitectura e a cultura portuguesa do início do século XX, de acordo com Tostões (2005), iriam debater-se entre o desejo de uma modernização, que se apoiava nas inúmeras potencialidades da máquina, e a nostalgia do passado, desprezando essa realidade em acelerada mutação. O mundo da construção e da cidade reflectia, de algum modo, a dicotomia desse momento de transição onde os valores artísticos da arquitectura eram confrontados com a eficácia da engenharia e as possibilidades dos novos materiais. Desempenhando um papel que as academias de arquitectura ainda não conseguiam compreender, a engenharia iria insinuar-se assim como a "nova arquitectura". A generalização do betão armado também não correspondeu á exploração de todo o seu potencial construtivo sendo encarada como uma técnica de uso restrito, limitando o seu uso a elementos horizontais, a lajes de pavimento coordenadas com elementos verticais maciços em alvenaria, num processo que irá perdurar.

No entanto, e segundo a mesma autora, refere uma série de factores que contribuem nos anos 20 para o surgimento do início de abandono a esta política. A formação da sociedade de Arquitectos, o início da primeira publicação dedicada exclusivamente à construção "A construção moderna", o concurso para a Exposição Universal de Paris e a construção do elevador de Santa Justa em Lisboa.

A arquitectura de apontamento modernista deste período tem uma expressão claramente geracional. Contra todas as espectativas da sua formação, baseada em revivalismos e eclectismos, os arquitectos nascidos entre 1896 e 1898, dos quais se destacam Pardal Monteiro, Carlos Ramos, Cottinelli Telmo, Cassiano Branco, Jorge Segurado ou até mesmo Rogério de Azevedo, souberam explorar nas potencialidades dos novos materiais e métodos construtivos, as correspondentes ilações formais. Sem reflecção teórica, Tostões (2005) dá-nos a ideia de que a nova geração apostava na renovação linguística, sem integrar os princípios ideológicos do movimento moderno internacional, que se focava no problema da habitação, nas questões urbanas e no entendimento da arquitectura como condensador social.

É este quadro vai permitir à ditadura do Estado Novo, interessada na revolução simbólica, afirmar o mito da sua própria actualidade através de uma actualização formal que possibilitou aos arquitectos a afirmação do seu estatuto profissional nos mais significativos equipamentos públicos. Segundo a mesma autora, numa primeira fase de afirmação de poder, suspende-se a procura historicista e regionalista, sobrepondo-se a ela uma crescente utilização de modelos internacionais, entendidos como mais um estilo disponível, o moderno.

Com efeito, segundo Gonçalves (2002), após a presença de alguns pré-modernos, surgem as obras protagonistas da ruptura possível. Cristino da Silva no Cinema Capitólio, Carlos Ramos com o Pavilhão da Rádio, Pardal Monteiro no Instituto Superior Técnico ou até mesmo Cassiano Branco, arquitecto que se irá distanciar um pouco da produção e dos ideais arquitectónicos do Estado Novo.

Esta atitude definitivamente radical levou a que o racionalismo e o funcionalismo seriam os novos princípios. Assim os volumes unitários definiam-se por superfícies lisas e cobertura plana com total ausência de decoração. O programa e função a conjugavam-se com as novas técnicas de construção.

Segundo Gonçalves (2002) maior relevo irá assumir a figura de um homem que protagonizou a passagem da cidade novecentista, onde o único sinal de crescimento é apontado pela abertura das Avenidas Novas, para uma cidade moderna que reflectissem a imagem do poder regenerador de um "Estado Novo": Duarte Pacheco.

Em Outubro de 1925, de acordo com Almeida (2009), Duarte Pacheco ingressa no corpo docente do Instituto Superior Técnico, como Professor de matemáticas gerais, e dois anos depois toma posse como director.

Nesse período como director, para viabilizar e enquadrar as novas instalações do seu Instituto, promove a operação urbanística da Alameda D. Afonso Henriques e área envolvente, transformando-a num espaço urbano de grande escala, configurado numa vasta alameda, que é sublinhada por uma grande fonte monumental num dos extremos, e pelo conjunto de edifícios do Instituto, em composição formal, no outro extremo. (http://home.fa.utl.pt/~camarinhas/pacheco.html).

Aos 28 anos, nos dados fornecidos por Almeida (2009), foi ministro da Instrução Pública, cargo que ocupa poucos meses uma vez que toma posse em Abril e se demite em Novembro de 1928. Em 1932, com apenas 33 anos, é convidado de novo para o cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações, quando Oliveira Salazar reforça os seus poderes. Duarte Pacheco, que desde Janeiro desse ano exercia funções como Presidente da Câmara de Lisboa, retoma o lugar com poderes ampliados por esta acumulação, e reforçados pelo apoio explícito que publicamente lhe é manifestado pelo Presidente do Conselho, que o incumbe de um amplo programa de melhoramentos para a capital.

Empenhado em impulsionar e desenvolver o território prevê a construção de grandes infra-estruturas, estradas, pontes e barragens. Propõe o ordenamento das cidades e vilas, com a realização de planos e de um extenso programa de melhoramentos urbanos necessários, e faz com que Lisboa seja a afirmação da nova Capital do Império. Empregou mão-de-obra barata para erguer as infra-estruturas que o país não tinha. Apoiado pelo braço forte da lei, expropriou ou desvalorizou propriedades esventrando quintas e demolindo imóveis, para encurtar espaço no rasgar de uma estrada ou para definir o perímetro de salvaguarda de um monumento. A classe política estremecia à exposição das suas ideias, e o governo oscilava entre o temor do embaraço e a certeza da obra feita. (http://home.fa.utl.pt/~camarinhas/pacheco.html)

Conforme referido por Almeida (2009), quando contava já com nove anos de exercício do cargo de Ministro a 15 de Novembro de 1943, com apenas 43 anos, tem uma morte trágica e prematura quando o carro que o transportava de Vila Viçosa para Lisboa se despista entre Montemor-o-Novo e Vendas Novas. Apesar do seu curto percurso de 18 anos (1925-1943) Duarte Pacheco regulamentou, planeou e executou inúmeras medidas estruturais levando o país a assistir à transformação de uma cidade e de um território.

O protagonismo da capital, onde se centravam as grandes encomendas de obra pública na perspectiva de Tostões (2005), deu aso a que no Porto fosse a encomenda privada a estimular as obras descomprometidas com os códigos da monumentalidade. A garagem do Jornal “O comércio do Porto” de Rogério de Azevedo combina um programa inédito de garagem e escritórios. Na lota de Massarelos Januário Godinho desenvolve a sua primeira obra de grande força expressiva, condensando influências múltiplas e onde são as exigências funcionais que delimitam a relação entre espacialidade interna e o sistema estrutural. Temos ainda Marques da Silva com a fabulosa casa Serralves e Viana de Lima com a casa Honório de Lima.

Mediante a mesma autora, a introdução dos primeiros núcleos de um desenho pretensamente nacionalista por Cristino da Silva, faz com que a arquitectura se aproxime de um léxico historicista que se encontrava em linha com os modelos desenvolvidos nas ditaduras de Itália, Espanha, Alemanha e a União Soviética. Na realidade com o final da década estavam praticamente fechadas quaisquer possibilidades de continuidade para este “efémero” ciclo modernista, cujo internacionalismo se mostrava cada vez mais incompatível com o crescente nacionalismo que passara a fazer parte oficial do discurso de Salazar, Duarte Pacheco e António Ferro.

A exposição do mundo português de 1940, no que diz respeito á conquista moderna, representa um duplo sinal de retrocesso conforme referido por Tostões (2005). Primeiro porque assume uma expressão ornamental sem qualquer relação com a estrutura. Segundo porque a efemeridade dos materiais de construção, serviam para experimentar a arquitectura como cenário independente da estrutura de suporte.

Segundo Albuquerque (1998) e Gonçalves (2002) o ponto que virá a marcar de novo uma viragem no panorama arquitectónico nacional acontece no ano de 1948 com o 1º Congresso da Arquitectura Portuguesa, presidido por Cottinelli Telmo. Esta iniciativa estava incluída numa grande exposição de obras públicas que visava glorificar a memória de Duarte Pacheco, e consolidar a política de obras públicas do Estado Novo. Devido á acção de dois grupos de arquitectos, o ICAT e o ODAM[3], que conseguiram que Paulo Cunha fosse nomeado secretário-geral do Congresso, irão frustrar estes propósitos, e irá no seu decurso sendo transformado num local de debate de uma nova geração que encontra na defesa da Carta de Atenas uma oportunidade de afirmação.

Ainda na sua pesquisa, Albuquerque (1998) dá-nos a perspectiva de que pela primeira vez o regime era publicamente contestado e o órgão nacional da classe assumia a defesa dos valores formais da arquitectura moderna, a liberdade de criação dos arquitectos, a ilegitimidade das autoridades estatais ou municipais em impor estilos arquitectónicos e a reforma do ensino da arquitectura, exigindo a revisão das políticas habitacionais e reclamando o papel social dos arquitectos na resolução deste problema. A resposta do Regime não se fez esperar com endurecimento das políticas repressivas continuando a opor-se a uma arquitectura moderna ou a qualquer outra forma de arte contemporânea.

Mesmo com toda esta contestação o movimento moderno português teria de esperar mais alguns anos para entrar no aparelho do Estado, segundo o mesmo autor. Depois das políticas de António Ferro e de Duarte Pacheco, Salazar recorre a uma linha mais pragmática, baseada numa política de fomento de Ferreira Dias. Recheou o Estado de tecnocratas, interessando-se mais pelo seu valor profissional do que nos seus compromissos ideológicos. Apesar de o pavilhão português na Exposição Internacional de Bruxelas, no ano de 1958 da autoria de Pedro Cid, espelhar pensamentos e ideais modernos as discussões dentro da classe dos arquitectos já se começavam a debruçar sobre outras questões e outras problemáticas.

[3] Em 1946 formou-se em Lisboa o colectivo ICAT - Iniciativas Culturais de Arte e Técnica, reunindo um conjunto de arquitectos da capital, sob a direcção de Keil do Amaral; no Porto, a reforma no ensino iniciada por Carlos Ramos deu origem, no ano seguinte, à ODAM - Organização dos Arquitectos Modernos, reunindo quarenta arquitectos da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Em resultado do Congresso, os ideais originalmente defendidos por estes dois colectivos eram defendidos pelos arquitectos da nova geração. (Ferreira, 2006; p.28)

No início dos anos 50, na sua pesquisa, Albuquerque (1998) alerta para a realidade enfrentada pelos arquitectos era de dificuldade. Os jovens arquitectos eram olhados com desconfiança. Para conseguirem encomendas significava terem de abdicar da sua liberdade criativa. Projectar significava ainda estar ligado ao gosto oficial estatal e privado que continuava a estar ligado a concepções ambíguas sobre a tradição e o nacionalismo. África começava a representar para estes arquitectos o mito de uma sociedade em gestação, descomprometida com os valores da tradição, onde as potencialidades de intervenção do arquitecto eram ilimitadas.

Durante décadas Moçambique foi um local desconhecido, embora presente, dos arquitectos da metrópole. Ali a procura de uma arquitectura genuinamente portuguesa era uma questão inexistente, os recursos com que a colónia contava, quer a nível humano ou material, eram escassos. O mesmo autor refere que as questões climáticas funcionais e de economia construtiva eram muito mais importantes que qualquer pretensão de celebração dos valores nacionais, e os jovens arquitectos modernistas que tiveram uma visão de futuro almejavam ali conseguir alcançar o que nunca conseguiram na metrópole. Liberdade de expressão.

4. O Gabinete de Urbanização Colonial, os planos urbanos e os planos de fomento.

Para compreendermos um visionamento de futuro que Moçambique potenciava em relação à metrópole na década de 50, teremos de nos debruçar um pouco sobre os mecanismos que deram origem a esse desenvolvimento adormecido. O Gabinete de Urbanização Colonial, posteriormente designado, pela nova nomenclatura estatal, Plano de Urbanização do Ultramar.

Até 1940, segundo nos dita Ferreira (2008), os mecanismos de planeamento regional e urbano de Moçambique eram geridos por um mega organismo que visava dirigir e controlar a actividade dos agricultores, a manutenção do registo cadastral, a realização de trabalhos cartográfico e geodésicos. Englobava igualmente um organismo central encarregado das “obras públicas” que abraçava também a direcção de execução das obras viárias, os caminhos-de-ferro, em parte a actividade portuária e ainda as comunicações e transportes aéreos. Um terceiro ramo que serviria para controlo da engenharia militar e das administrações ao nível local e distrital, que visavam controlar a distribuição de terras e a execução de planos locais de urbanização sem qualquer qualificação técnica para tal.

Apenas com a criação, do Gabinete de Urbanização Colonial, em 1944 pelo Ministério das Colónias, dirigido numa primeira fase pelo engenheiro Rogério Cavaca e pelo arquitecto João António de Aguiar a partir de 1949, é encontrada a solução. Esta alteração administrativa, na visão de Ferreira (2008), irá dar início a um período de grande produção arquitectónica e urbanística, executada directamente em Lisboa e destinada a todas as colónias, com importantes resultados para a consolidação teórica da imagem do regime, apesar da sua reduzida concretização prática.

De acordo com Ferreira (2008), é o período da transposição para o contexto colonial dos Planos Gerais de Urbanização iniciados pelo engenheiro Duarte Pacheco, reproduzido em Moçambique nas propostas para Tete, Quelimane, Vila Pery, Porto Amélia ou Lourenço Marques. Carinhosamente apelidado de “Plano Aguiar”, em reconhecimento do seu principal autor, o plano para Lourenço Marques fica concluído ano de 1952 e procura regular, por via do desenho, o progressivo crescimento urbano da capital colonial.

Ferreira (2008) menciona que o Gabinete de Urbanização do Ultramar irá igualmente ser responsável pela apreciação de todos os planos efectuados por equipas independentes, dos quais se destaca o plano de expansão da cidade da Beira, executado entre 1943 e 1946 pelo arquitecto José Porto e pelo engenheiro Ribeiro Alegre. O projecto, resultante da vitória em concurso público organizado pelas autoridades locais, caracteriza-se pela repartição em diferentes zonas semi-independentes, na procura de terrenos salubres e urbanizáveis.

Ainda de acordo com o mesmo autor, foi graças à posição de Portugal durante a segunda guerra mundial, que foi possível o início da implementação do crescimento urbano nas principais cidades moçambicanas. Sem despesas gastas em armamento, e com elevados lucros resultantes da exportação dos seus produtos a preços elevados, o capital é aproveitado para intensificar a exploração ultramarina. Numa primeira fase este cenário fará despertar o interesse de um reduzido grupo industrial da metrópole, que investe numa tímida política de industrialização, encabeçada pelas empresas de cimentos que se adiantam na corrida às colónias ainda antes do arranque industrialista de meados dos anos 40.

O período do pós-guerra assinala o início de uma mudança política, com a primeira revisão constitucional consagrada à reformulação do vocabulário oficial. As Colónias passam a designar-se Províncias Ultramarinas e o Ministério das Colónias passa a designar-se Ministério do Ultramar. O objectivo, segundo Ferreira (2008), era o de controlar as pressões externas de sentido anti - colonialista que se começam a levantar, demonstrando que Portugal e os seus territórios ultramarinos formavam um único e indivisível país. Esta

alteração é definitivamente integrada na lei portuguesa em 1953, com a publicação da Lei Orgânica do Ultramar, e em 1955, com a publicação do estatuto específico da Província de Moçambique. Isto iria representar, para as colónias, a substituição da anterior política imperialista e a legitimação de uma nova política integracionista, apostando num forte investimento demográfico e cultural, na tentativa de sobrepor a identidade da metrópole à região ultramarina. Nesse sentido, reforça-se também o investimento económico, através da criação de Planos de Fomento, com vista à reafirmação do antigo conceito de assimilação.

O mesmo autor menciona que as verbas disponibilizadas pela aplicação do primeiro Plano de Fomento, entre 1953 e 1958, são em grande parte reservadas ao desenvolvimento de novas infra-estruturas, tais como a ligação férrea entre Lourenço Marques e *Salisbury*, o prolongamento da linha do Incomáti, e a ampliação do ramal de Nacala, com o intuito de a importância do seu porto. Promove-se igualmente o desenvolvimento da reduzida rede de estradas e de transportes aéreos, a concretização de esquemas de irrigação e construção de barragens, e o apoio à imigração branca. O crescimento populacional aumenta o mercado de consumo interno, e o crescimento económico potencia o surgimento de novos serviços e indústrias locais, estas já enquadradas no ciclo de industrialização.

No sector dos serviços, ganha expressão a vocação turística de algumas zonas do território próximas dos principais centros urbanos (Lourenço Marques e Beira). No sector industrial, desenvolvem-se as refinarias de petróleo, as produtoras de energia hidroeléctrica, e as explorações mineiras. Estes desenvolvimentos irão traduzir-se numa série de novos programas na agenda dos arquitectos moçambicanos, aumentando o volume da construção civil, de promoção pública e privada. Ainda baseando-nos na investigação de Ferreira (2008) apesar dos esforços de investimento Moçambique permanecia um país de cidades empresariais e de pequenos centros administrativos.

Para Ferreira (2008) este reforço de investimento iria beneficiar os principais núcleos urbanos e a centralização dos canais de ligação com os países vizinhos, irá acentuar o desequilíbrio territorial. Fora da Beira e de Lourenço Marques era pouco o desenvolvimento urbano. Em Nacala começava a crescer um porto e Nampula surgiu como importante junção ferroviária e centro administrativo e a maior parte do Norte não tinha estradas, caminhos-de-ferro, aeródromos, telecomunicações nem energia eléctrica. Com a derrota dos regimes fascistas europeus em 1948, este forte desequilíbrio, irá fazer com que o imaginário politica e cultural do Estado Novo perca as suas principais referências.

O Congresso de 1948 e a grande Exposição de Obras Públicas abriu espaço na metrópole para os movimentos de ruptura. Na sequência do pensamento do autor anterior, esta classe de arquitectos, unidos por uma consciência comum de classe até então inexistente, aproveitaram o momento de crise para instalar definitivamente os conceitos do Movimento Moderno, valorizando a sua importância na reconstrução da europa do pós-guerra e na consolidação da identidade cultural brasileira, introduzindo deste modo uma dimensão ética - aliada à estética - que havia estado ausente das preocupações dos arquitectos da geração Modernista dos anos 30.

Quando houve a abertura de concursos de vários lugares, proveniente da metrópole para as províncias ultramarinas, com o intuito de reforçar o reduzido corpo de administração pública, no ano de 1950. Como seria de esperar, essas vagas foram sendo preenchidas, ao longo da década de 50 por representantes desta nova geração emergente do Congresso de 1948, formados na sua maioria na escola do Porto segundo influência de Carlos Ramos, que transportam consigo uma forte consciência colectiva alicerçada em valores estéticos e ideológicos, influenciando decisivamente a arquitectura produzida a partir de então. Esta influência teve igualmente impacto no trabalho dos seus colegas dos serviços de Obras Públicas que na década anterior, se empenhavam em propostas de reaccionário gosto estatal, conforme descrito por Ferreira (2008).

Relativamente à produção executada em Lisboa pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar, antigo Gabinete de Urbanização Colonial, de acordo com o mesmo autor, regista-se uma intensificação do volume de projectos de arquitectura, por comparação com a produção urbana. Mas a ligação ao poder oficial irá isolar estes projectos de influências externas, prolongando a sua submissão aos modelos típicos do Português Suave.

Com a extinção do Gabinete de Urbanização do Ultramar em 1957, irá registar-se uma ligeira e gradual transformação no imaginário formal dos projectos executados na metrópole e destinados às províncias ultramarinas. Ferreira (2008) descreve que, de 1957 em diante, a execução desses projectos é integrada na Direcção os Serviços de Urbanismo e Habitação, que absorve parte dos técnicos do extinto gabinete. Este novo departamento é regulado pela Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações, que por sua vez se encontra integrada na Direcção Geral do Fomento – um dos serviços directamente dependentes do Ministério do Ultramar (Decreto Lei nº 41.169).

A 15 de Março de 1961, segundo Albuquerque (1998), é apresentado pela Libéria no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) uma moção de repúdio à política colonialista portuguesa. Com o aumento do apoio e influência da União Soviética, nos continentes de África Ásia na década de 50 e perante os movimentos independentistas, os Estados Unidos, procurando estabelecer uma esfera de influência americana, envolvem-se na questão e com a eleição de Kennedy, a estratégia de assuntos parlamentares externos dos Estados Unidos conhece um novo rumo fazendo com que, pela primeira vez, os Estados Unidos ao lado da União Soviética, votassem contra Portugal. O Estado português estava claramente no meio de uma luta entre superpotências, sem muito espaço para manobra, e a moção de repúdio só é rejeitada graças à abstenção da Inglaterra e da França.

Remontando ainda ao autor anterior, a nível interno Portugal ainda não se tinha recomposto das eleições de 1958. A não recondução de Craveiro Lopes e a imposição de Américo Tomás, como candidato do regime, teve como consequência o endurecimento de algumas posições assumidas por Salazar, perante uma oposição cada vez mais forte. A resposta, que irá fazer temer o regime, dos vários grupos opositores a essa contestação dá-se com a candidatura de Humberto Delgado, e apesar de ser vencedor por unanimidade em Moçambique, sofre uma clara e turbulenta derrota nas urnas. (Idem)

Assim, nessa madrugada de 15 de Março, e segundo Albuquerque (1998) acontece o que todos sabiam ser inevitável. Ligados à União das Populações de Angola (UPA), grupos de Bacongos atacam populações brancas na fronteira com o Congo. Estes ataques surgem por todo o norte de Angola com massacres, violações e incêndios. Nos três dias que se seguiram, oitocentos brancos e dois mil negros foram assassinados. Com uma abordagem de uma natureza não menos brutal, as forças armadas portuguesas retaliaram com massacres e perseguições a populações negras, dando inicio a um conflito armado que iria durar treze anos.

Neste ambiente o governo português divide-se quanto á reacção a assumir. Botelho Moniz, Ministro da Defesa, discorda de uma intervenção armada em África e pede a Salazar que reveja a sua política africana, como forma de se aproximar mais dos Estados Unidos, sugestão essa prontamente recusada. Referenciado pelo autor anterior, numa tentativa desesperada Botelho ameaça Américo Tomás com um golpe de Estado se este não demitir Salazar. Vale-lhe a demissão do cargo e com a remodelação do Governo, Adriano Moreira é eleito Ministro do Ultramar.

Ainda o mesmo autor menciona que a 18 de Dezembro de 1961 a Índia invade Goa. É o início do fim do Império Português que Salazar "orgulhosamente só" se esforçara por manter. Com a anexação de Goa à Índia, Salazar expulsa das colónias uma forte e próspera comunidade indiana. A situação era de espectativa e muita da população branca pondera e retorna a Portugal.

De acordo com Albuquerque (1998) e Ferreira (2006), numa tentativa de reafirmar o apoio à população entre 1959 e 1964, ano do início da luta armada em Moçambique, Salazar lança o segundo Plano de Fomento, agora amplamente vocacionado para o desenvolvimento de projectos de investigação científica, saúde e educação, reservando uma grande parte desse investimento para a criação de mais infra-estruturas de transportes, barragens e obras hidroeléctricas. Este plano irá igualmente ser o suporte para o relançamento da construção privada, provocando uma explosão na indústria de construção civil que irá crescer exponencialmente até á chegada da revolução.

Em Moçambique, as organizações independentistas começam a ganhar voz. A União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) formada em 1960 é uma delas. Segundo Albuquerque (1998), no ano seguinte formam-se mais duas organizações com propósitos de libertação colonial, a Mozambique *African Nacionalist Union* (MANU), com origem actual Rodésia, e a União Africana de Moçambique (UNAMI) organizada no actual Malawi. No final de 1961 todas irão fundir-se numa só, a Frente de Libertação de Moçambique, mais conhecida por FRELIMO, sob a liderança de Eduardo Mondlane.

Chega assim ao fim, após 28 anos de duração, o período de estabilidade governativa do Estado Novo sobre as províncias ultramarinas. Nos pensamentos de Ferreira (2008), o governo tenta ainda recuperar abolindo o trabalho forçado, as culturas obrigatórias e o estatuto do indigenato, conferindo plenos direitos de cidadania a todos os habitantes de Moçambique. Promove igualmente uma maior abertura ao capital estrangeiro mas, no que diz respeito a Moçambique, a influência externa acaba por ser determinante. O alastrar da guerra assiste a um gradual desinteresse da metrópole pelas províncias ultramarinas, provocado não só pelo desgaste resultante do conflito armado, mas pela diminuição da dependência comercial entre ambas. Ao longo da década, o interesse económico do império será cada vez menos significativo para a metrópole, em comparação com outros mercados emergentes, como o europeu. Por consequência, também a província se irá afastar e autonomizar, em termos administrativos, económicos e culturais, antecipando em alguns anos a sua própria autonomia política.

CAPITULO II – O MODERNISMO EM MOÇAMBIQUE

1. Moçambique – As principais cidades e seu desenvolvimento.

Devido há enorme extensão do território de Moçambique, este capítulo irá debruçar-se na análise do crescimento daqueles que foram considerados os dois principais núcleos urbanos e que desemprenharam um papel preponderante no desenvolvimento deste território. Lourenço Marques e a Beira. A primeira por ter sido escolhida como a capital do Império. A Beira por ter sido considerada a segunda cidade mais importante, e por ter sido o local onde o arquitecto Bernardino Ramalhete se instalou.

Interessa saber, segundo Ferreira (208), que a influência da África do Sul e da Rodésia nas várias vertentes da vida urbana de Lourenço Marques e da Beira é prolongada nos primeiros anos do governo do Estado Novo. O histórico papel de Moçambique na prestação de serviços e fornecimento de mão-de-obra aos dois países vizinhos desempenha uma importância fundamental para o fornecimento da economia metropolitana, permitindo a entrada da moeda forte estrangeira, que interessa manter e explorar.

Ferreira (2008) também refere que no entanto o regime de dependência face às potências externas é nesta altura substancialmente adaptado a uma nova política africana de concepção “fechada”, que passa a privilegiar o comércio interno entre a metrópole e as colónias, sem permitir a interferência directa dos mercados estrangeiros. Conforme já referido anteriormente, a aproximação das colónias ao modelo metropolitano, outro propósito assumido na constituição de 1933, é traduzida pela extensão do aparelho burocrático do regime, que passa a regular e regulamentar todos os aspectos do quotidiano colonial. Ao mesmo tempo, promove-se o interesse público de Portugal Continental pela temática ultramarina, inaugurando-se em 1934 a Primeira Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, em paralelo com o Primeiro Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colónias. Uma outra importante celebração é a Exposição do Mundo Português e irá assumir-se como referência de um vasto programa de comemorações dedicadas ao duplo centenário da fundação da nacionalidade e da independência restaurada.

Esta ocasião é também aproveitada pelo governo do Estado Novo para reforçar as relações com Moçambique, autorizando a execução de um grande conjunto de obras públicas, durante os anos que antecedem as Comemorações dos Centenários, na perspectiva de as apresentar nessa data como resultado visível do seu empreendedorismo, de acordo com o mesmo autor.

Irão de seguida ser referenciados alguns planos fora da esfera de Lourenço Marques e da Beira e que se revestiram de alguma importância. Enunciado por Fernandes (2009), Vila Cabral é um desses casos com uma particularidade, resulta do único plano conhecido da década de 1930 que teve aplicação directa no terreno. Situada num planalto a cerca de 1400 metros de altitude, a cidade desenvolveu-se a partir da ideia do seu governador, João B. Casqueiro, num sistema viário estruturante de forma octogonal, ideia exposta num autêntico "texto fundador" depois publicado.

> "Junto remeto a V. Excelências o projecto de implantação da Vila que se destina à sede do Distrito de Niassa. O terreno para ela escolhido fica a 146 kms de Mandimba, na estrada que vai a Metangula, no Planalto da Serra Lichinga. As condições do terreno levaram-me a definir um octógono inscrito num círculo de 440 metros de raio. Este terreno desce em declive suave de oeste para leste dentro da figura geométrica escolhida (…) [que] permite o melhor aproveitamento do terreno, como se obedecesse ao instinto da abelha para melhor aproveitar o limitado espaço dos seus favos para melhor produção do seu néctar delicioso. (…) A estas características há a acrescentar outras circunstâncias, que devidamente compulsei, além das que se ligam à colonização de fácil desenvolvimento agrícola e pecuário, outras como a industria mineira e até a de turismo, e finalmente a de sanidade pública, a de retemperamento de forças mormente para os funcionários da Colónia, debilitados pelo estacionamento em locais exaustivos do Litoral (…) E porque Vila Cabral se destina a ser um centro de rápido desenvolvimento foi dotada de avenidas largas de 25 metros, onde serão implementados passeios marginais de 2.5 metros, tendo ao centro outros passeios de 3 metros de largo para separar o sentido de movimento da circulação, restando 8.5 metros para cada um dos arruamentos dentro da mesma avenida, o que não é exagerado. Os talhões reservados ao público são em número de 152 ficando reservados para serviços de Governo os restantes recintos, conforme vêm indicados no referido projecto. Para limite exterior dos subúrbios proponho a área abrangida por um círculo concêntrico com o de Vila Cabral, com 3.000 metros de raio, sendo o limite exterior á avenida circular de Vila Cabral." (Pereira, 1966, p.81)

Imagem 4 – Plano de Lichinga, Vila Cabral, 1930

(Fernandes, 2009 p.92)

Igualmente enunciado pelo mesmo autor, outro exemplo de desenvolvimento é a cidade de Quelimane. Após a realização do seu plano, em 1950 o seu número cresce para uns assombrosos 64.000 habitantes. Outras urbes criadas neste período assumem mais tarde uma dimensão significativa. A ter em conta João Belo (actual Xai-Xai) com 49.000 habitantes, Tete com 38.000 habitantes, Vila Cabral (actual Lichinga) com 28.000 habitantes e Porto Amélia (actual Pemba) com 21.000 habitantes. Nampula surge a Norte com tecido urbano em pragmática retícula. No quadro de necessidade de um grande porto moderno na área nortenha da província de Nacala conhece-se o grandioso projecto para a cidade costeira, de 1941 tipo *Beautiful City,* de Cristino da Silva, de quem é igualmente o projecto da respectiva estação de caminhos-de-ferro de 1943-44. Esta cidade irá conhecer um forte desenvolvimento nos anos de 1950-60 e terá a participação de Bernardino Ramalhete.

Imagem 5 - Vista Geral de Nampula, 1967
(Fernandes, 2009, p.55)

O crescimento populacional e as alarmantes condições de vida da população negra, segundo Fernandes (2009), promove a discussão teórica dos critérios utilizados até então, levando a alguma concretização prática assente na substituição dos princípios do "plano / imagem" pelos do "plano de gestão". Estes planos eram executados por equipas pluridisciplinares em organismos criados especialmente para o efeito, integrados na estrutura camarária, como os Gabinetes de Urbanização das Câmaras da Beira e de Lourenço Marques, este último criado em 1964 e dirigido por Fernando Mesquita, ou na estrutura estatal, como as Juntas Provinciais de Povoamento, existentes a partir de 1961.

Na perspectiva de Ferreira (2006) estes planos procuram viabilizar processos de concretização simples, económica e sociologicamente realista, reflectindo o cruzamento de resultados obtidos pelos vários intervenientes, para a resolução dos principais problemas da população e do território, iniciando um pensamento global, não circunscrito à "cidade de cimento", procurando amenizar o clima de insatisfação, e num certo sentido, contrariar a inevitável ruptura social que irá acontecer dentro de poucos anos.

De algumas daquelas cidades publicaram-se documentos urbanísticos, que segundo Fernandes (2009), provinham sempre do prolífero Gabinete de Urbanização Colonial, mais tarde designado de Gabinete de Urbanização do Ultramar. O Plano de Urbanização de Quelimane, já referenciado e o anteplano de urbanização de Tete. Quelimane surge nos mapas de 1972 com uma estrutura muito próxima do plano de 1950 com quatro eixos na direcção sul-norte e dois na direcção este-oeste. O Plano de urbanização da Vila Pery é uma criação rara, totalmente de raiz dentro do urbanismo ecléctico modernizante da cidade jardim/unidade vizinhança onde o arquitecto Bernardino Ramalhete irá mais tarde colaborar com um plano de urbanização.

1.1 Lourenço Marques

Os primeiros elementos, na visão de Fernandes, Janeiro e Negreiros (2008) que se podem considerar de urbanos na baía de Maputo, explorada por Lourenço Marques em 1544, foram um forte, que viria a ser mais tarde conhecido como o “presídio”, em 1782 e uma companhia comercial. Este “presídio” será responsável pelo desenvolvimento da população e que no ano de 1867-68 já contava com cerca de 1.100 habitantes. Elevada a cidade no ano de 1876 o seu espaço urbano correspondia apenas á Baixa

Em 1887, segundo os mesmos autores, uma expedição dos Engenheiros de Obras públicas visita este aglomerado para a realização de um plano (ao que parece da autoria de Joaquim Machado). A ideia era a de se fazer uma cidade nova no alto de Maxaquene ou no Alto Maé e, conforme sugestão de outros, a expansão da urbe deveria de respeitar a continuidade da malha já existente do “presídio”. Em 1888 secou-se o pântano existente á volta do núcleo antigo e procede-se á demolição da linha de defesa. Esta intervenção poderá corresponder à planta com projecto intitulada “Cidade de Lourenço Marques e Projecto de ampliação”, Neste documento, que lança no terreno a cidade mais “moderna” da África Portuguesa na época, a rigorosa quadricula inicial tinha dez vias no sentido sudoeste/noroeste e contaria com cerca de 1.400 habitantes. Até 1895 a cidade cresceu por um lado para o Alto Mahé (a noroeste do núcleo inicial) e para nascente, para terrenos pertencentes ainda a proprietários ingleses. Graças a sucessivas negociações com os referidos proprietários, no ano de 1914, dá-se a consolidação do crescimento de Lourenço Marques para a Polana.

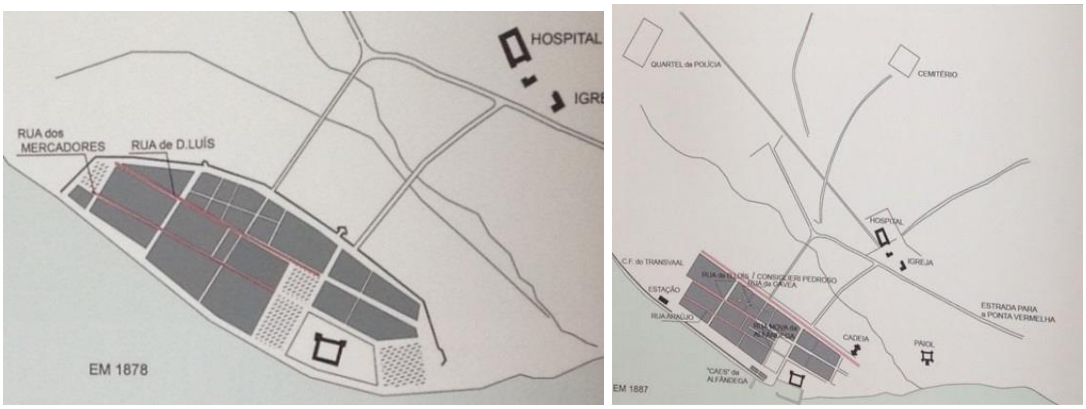


Imagem 6 e 7 - Mapa analítico de crescimento da cidade de Lourenço Marques 1878-1887.
(Fonte: Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008; p.56)

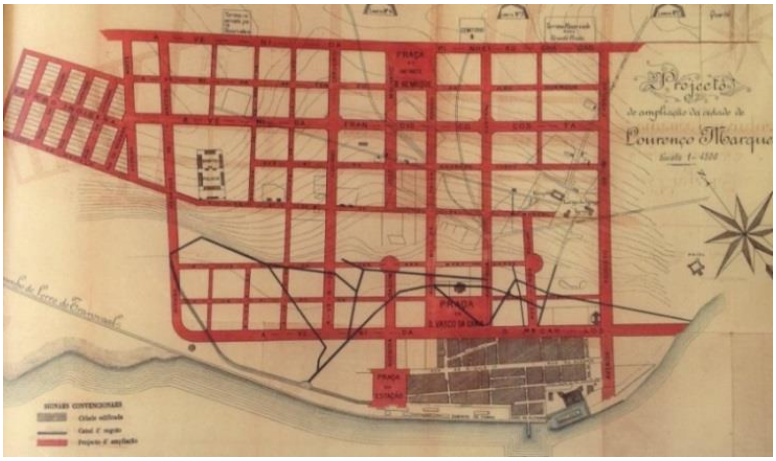


Imagem 8 - Projecto de Ampliação da cidade de Lourenço Marques, 1887.
(Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008; p.59)

Imagem 9 - Lourenço Marques, cerca de 1911.
(Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008; p.69)

Baseado em dados de Fernandes, Janeiro e Negreiros (2008), a cidade conhece o seu maior desenvolvimento entre as décadas de 1930-70. Lourenço Marques sofre então um enorme crescimento populacional; em 1928 tinha cerca de 37.000 habitantes e já em 1950 passava para cerca de 93.000, sendo 23.000 brancos.

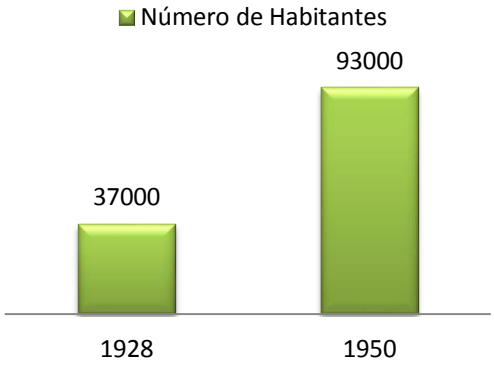


Gráfico 1 – Desenvolvimento da população na cidade da Lourenço Marques entre 1928 e 1950
(Baseado em dados de Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008, p.71)

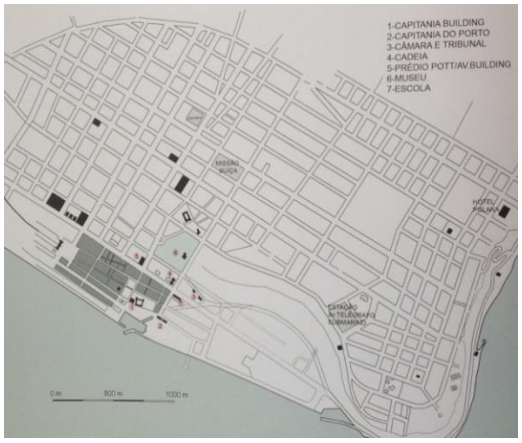


Imagem 10 - Mapa analítico de crescimento da cidade de Lourenço Marques, 1920-30.
(Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008; p.65)

Do início da década de 1940, Fernandes (2009) indicia o conhecimento de uma correspondência entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e Luís Cristino da Silva, convidando-o a executar ou renovar o plano de urbanização. Em 1941, porém a iniciativa parece ter-se interrompido.

Imagem 11 - Eixo viário entre a Praça 7 de Março e a Praça da Câmara Municipal, 1941**.**
(Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008; p.79)

Da transição das décadas de 1940-50 refira-se o famoso “Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques” desenvolvido pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar. Da autoria de João António de Aguiar, começa por ser desenvolvido no ano de 1947 e conhece a sua aprovação em 1955. Ampliando o espaço exterior à retícula urbana do final do século XIX, como a nova área de expansão da cidade, dela separada por uma circular em arco longo, o plano desenhava-a como um vasto sector envolvente, segundo o padrão característico da época de cidade-jardim, servido por um sistema de largas rotundas. Também se previa uma expansão para norte, e uma ocupação à volta do aeroporto com reservas para indígenas. Este tipo de urbanização e de ocupação exemplificava com clareza a opção pelo tipo da cidade segregada, ou seja os bairros dos brancos separados dos bairros dos negros.
(http://www.hpip.org/def/pt/Conteudos/Contextos/AfricaSubsaariana/Mocambique

Merece igualmente referencia, da informação recolhida por Fernandes, Janeiro e Negreiros (2008) o “Plano Parcial de Urbanização” da Baixa de Lourenço Marques desenvolvido pelo mesmo arquitecto, do qual foram edificados apenas alguns edifícios monumentais, e que previa um novo “Terreiro do Paço” a nascente do centro da cidade.

Imagem 12 - Lourenço Marques, cerca de 1955.
(Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008; p.81)

Na mesma época o mapa de cadastro geométrico da capital moçambicana, segundo Fernandes (2009), mostra um avanço dos loteamentos em retícula para oeste e para norte, onde se iriam surgir os futuros bairros de Polana e de *Sommerschield*, ainda por construir. A unidade residencial de Munhuana, nos arredores de Lourenço Marques, foi concebida como uma unidade de vizinhança ampliada, ou seja, um bairro de cerca de 15.000 habitantes. De novo, as opções dos dois planos parecem apontar claramente para a institucionalização de uma “cidade segregada”, separando espacialmente “indigenato” e “colonato”.

Imagem 13 - Lourenço Marques, Pavilhões do Hospital com o Bairro Sommerchield, 1967.
(Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008; p.83)

Este momento assinala definitivamente, numa visão de Ferreira (2006), a participação do regime na produção arquitectónica registada em Moçambique. A sua contribuição servirá, nomeadamente, para alargar um novo conjunto edificado de excepção, especialmente presente na capital da colónia. Ao intensificar a participação no desenvolvimento colonial, o governo transporta consigo o conceito "restauração cultural", aproximando a linguagem da nova produção arquitectónica na direcção do gosto Português Suave, alastrando, tal como em Portugal, ao trabalho dos pioneiros do Modernismo em Moçambique.

Só no ano de 1965 um novo Plano Director da cidade irá ser desenvolvido, no âmbito do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques, sob a supervisão do Engenheiro Mário Azevedo, tendo como arquitecto chefe José Bruschy, entre 1967-1973. Segundo indiciado por Fernandes, Janeiro e Negreiros (2008) O mesmo sofre alterações devido, conforme já referenciado anteriormente, aos critérios de utilização utilizados até então, que se apresentavam inadequados e fora de contexto. Por outro lado a opção de alteração procurava amenizar o clima de insatisfação, que começava a vir ao lume, entre os colonos e a população negra.

Com a descolonização que conduz à independência de Moçambique em 1975 e, na perspectiva de Magalhães e Gonçalves (2009), com a guerra civil que se seguiu, que dura desde 1976 a 1992, a cidade entra num período de degradação das suas infra estruturas e dos seus edifícios. Acentuada pelos deslocamentos demográficos que procura refúgio das guerrilhas, a população de Lourenço Marques aumenta exponencialmente dando origem a uma situação de pobreza que se reflecte na arquitectura da cidade, quer na presença intensa de bairros suburbanos, quer nos edifícios recheados de gradeamentos.

As mesmas autoras referenciam que hoje, se assiste a uma maior estabilidade, a maioria dos edifícios públicos com grande presença na cidade funciona e está recuperado. A cidade reorganiza-se e tem uma vida intensa. A sua proximidade com a África do Sul garante-lhe uma influência que sempre exerceu, conferindo-lhe um carácter internacional e cosmopolita.

1.2. A Beira

Dos vários textos lidos no decorrer da investigação, existe um que ganha especial destaque e importância, na discrição do nascimento deste núcleo urbano. O relato fornecido pelo arquitecto Naia Marques, que viria a ser sócio de Bernardino Ramalhete:

> (…) Havia ainda um braço de mar, cujo matope orgânico dos seus fundos e o calor, na maré baixa o transformava num centro de odores pestilentos. Mas, até isso, era por todos tolerado por simpatia, a ponto de estar próximo de constituir uma espécie de *ex libris* da cidade. Chamava-se o braço de mar Chiveve!
>
> E porque nasce uma cidade num sítio destes e com estas condições?! O local justificar-se-á pelo interesse económico que um porto naquela posição começaria a ter. Desenvolver ali a cidade, diria que foi comodismo, por seguidismo e por teimosia. Ler a descrição pormenorizada de vários dos problemas que a cidade foi pondo aos seus construtores através da sua história é algo fascinante.
>
> Na ponta do Chiveve, julgo haver lugar apropriado para estabelecer um porto fiscal, enquanto, para o comando militar, não vi, junto às margens, terreno apropriado, visto ser tudo alagado no tempo das águas. Porém, não muito longe, na direcção do Monte Nhanainga, talvez seja fácil encontrá-lo.». Isto relatava oficialmente Cárceres Monteiro, Governador de Sua Majestade, em 1885. Mas… pela tal teimosia e comodismo na distância, sempre se deu um «jeito» no terreno, e não se foi para a Manga… e é assim que no dia 20 de Agosto de 1887, no sítio do Chiveve, na margem esquerda do Rio Pungué, «em estreita faixa de areia entre um rio de marés e um oceano, parecendo condenado a um destino breve e trágico», foi solenemente inaugurada a sede do comando militar de Aruângua, tendo como comandante o tenente Luís Inácio.
>
> Aí se satisfez a necessidade de abrir uma porta para o interior do território, aproveitando a navegabilidade do Rio Pungué, com vista, principalmente, para o escoamento do ouro de Manica, mas não só. A comunidade onde o Comando Militar se Instalara, manteve, durante um breve tempo, o nome de Aruângua. Em Outubro de 1887, já era referido em relatório do Comandante como «Comando Militar da Beira». Foi o próprio Comandante Luís Inácio que escolheu o nome. E Beira porquê? Segundo a sua própria explicação, estaria em Lisboa no dia do nascimento do Príncipe da Beira (SAR. D. Luís. Filipe), título criado por carta régia de D. João V, destinado ao herdeiro do trono (no Reino Unido, Príncipe de Gales; em Espanha, Príncipe das Astúrias) nessa altura a favor da sua neta, princesa D. Maria, Primeira Princesa da Beira, mais tarde D. Maria I, Rainha de Portugal. Surgiu-lhe, então, a ideia de chamar ao local do seu entreposto de comando, Beira e em Janeiro de 1888, já consta pela primeira vez, num documento do Governo de Sofala, a designação «Vila da Beira».

> E, assim, foi nascendo a cidade e nasceu o seu nome. O título «Príncipe da Beira», não se criou então em deferência á cidade de Moçambique, mas sim á cidade que «adoptou» o nome, em deferência ao título dos herdeiros da coroa portuguesa. Parece-me ser uma escolha um pouco «tortuosa», mas… O Inácio lá sabia. Ao fim ao cabo é um nome como qualquer outro, não sendo de todo feio… entretanto, o «serviço» que a cidade prestou ao escoamento de produtos de Manica transformou-se, com o tempo, no «serviço» ao «Beira Corridor», com características bidireccionais de saída e entrada de produtos, das e para a Rodésia e Niassalândia (hoje Zimbabwe, Zâmbia e Malawi). E sempre disto «viveu», ou quase." (Marques, 2009, p.38 e 40)

Conforme descrito no texto, esta cidade começou como humilde posto militar em 1887 e em 1891 a povoação reduzia-se a casas do comando militar e a palhotas dispersas construídas á maneira local.

Fernandes, Janeiro e Negreiros (2008) referem que o processo urbano se acentuou no ano de 1899 com início da construção da linha de caminho-de-ferro que liga a Beira á Rodésia / Zimbabué. A nova planta urbana estabelecida planeava já o prolongamento da povoação até ao mar. Nesta fase foram construídos uma série de aterros sistemáticos e daquilo que viria a ser referenciado como as "muralhas da defesa" do Porto. A arborização desenvolveu-se em 1906 e a pavimentação das ruas só ocorreu em 1929.

Imagem 14 - Secretaria Geral do Governo da Beira, 1892.
(http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3678847)

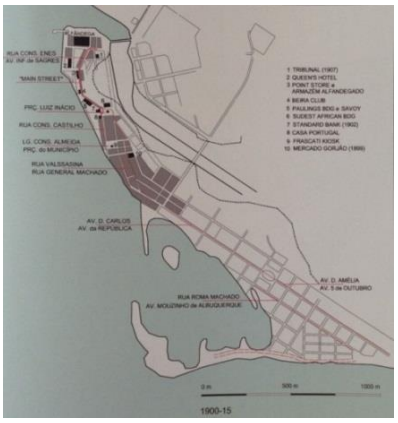


Imagem 15 - Mapa analítico da Beira na fase de génese urbana cerca de 1899**.**
(Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008; p.51)

Conforme descrito pelos autores anteriores, elevada a cidade no ano de 1907, iria receber uma Comissão de Administração Urbana criada em 1925, com o primeiro plano de urbanização de 1930. O núcleo é, na época, essencialmente comercial e portuário, assentes em margens pantanosas do rio, o que sempre lhe dificultou o crescimento e a sua salubridade. Com 499 habitações a Beira tinha em 1891 700 habitantes e 3.400 habitantes em 1910. O crescimento populacional também foi significativo. Em 1928 a cidade tinha 20.000 habitantes em 1960 já possuía 45.000 e uma estimativa dada por Elidio Amaral previa para o ano de 1970, 89.000.

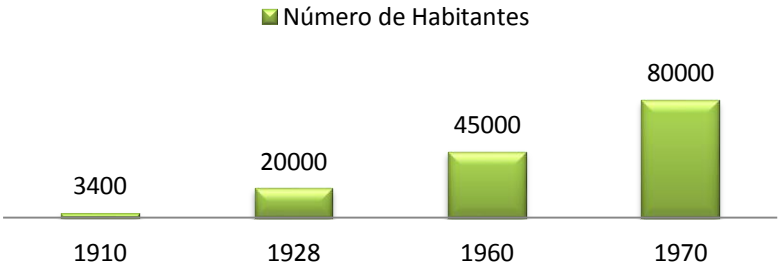


Gráfico 2 – Desenvolvimento da população na cidade da Beira entre 1900 e 1970
(baseado em dados de Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008, p.99)

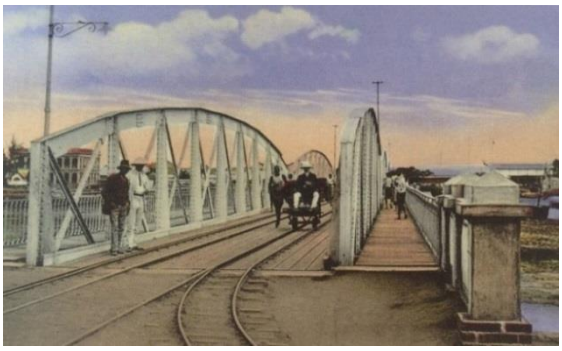


Imagem 16 e 17 - Ponte metálica, Beira e vista da cidade, cerca de 1915.
(Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008, p.89 e p. 94)

Imagem 18 - Praça Luís Inácio, Beira, cerca de 1920.
(Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008, p.95)

Fernandes, Janeiro e Negreiros (2008) também referem que a cidade se modernizou rapidamente logo na década de 1930, passando da "cidade da lata" dos anos 1900-1920 onde as construções metálicas imperavam, para uma urbe com inúmeros edifícios modernistas em betão.

Imagem 19 - Mapa analítico da Beira na fase de génese urbana cerca de 1925 – 1930.
(Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008; p.53)

Em 1929 abriu-se o primeiro cais acostável de águas profundas. Para o projecto de Urbanização e Alargamento da Cidade da Beira e da Praia do Macuti, nos arredores da cidade, ambos de 1929-32, foi convidado o arquitecto Carlos Rebelo de Andrade, com a colaboração dos Arquitectos João Aguiar e Lima Franco, personagens que viriam a desempenhar um papel muito activo no planeamento urbano ultramarino. Na perspectiva dos autores anteriormente referenciados os projectos de índole académica, dois exemplos da *City Beautiful*, valorizando aspectos de efeito formal e de composição visual como as amplas rotundas, os elementos de simetria ou os eixos viários rectos, não tinham em conta aspectos funcionais e práticos necessários ao clima onde se iriam inserir.

Imagem 20 – Plano de Urbanização e Alargamento da cidade da Beira, 1932.
(Revista Arquitectura nº24, Abril de 1932, p.134-135)

Todavia, devido às alterações político-administrativas provocadas pelo final da jurisdição da Companhia de Moçambique e à natureza da linguagem utilizada nesses planos, os seus resultados práticos foram escassos.
(http://www.hpip.org/def/pt/Conteudos/Contextos/AfricaSubsaariana/Mocambique)

Com as alterações politicas e administrativas a anterior Comissão de Administração Urbana foi substituída, em 1933, por uma Câmara Municipal regular e em 1943 surgiu a oportunidade para elaborar um novo plano de urbanização, desta feita levado a cabo por uma sociedade. O Ante - Projecto de Urbanização da Cidade da Beira, pelo arquitecto José Porto e o engenheiro Ribeiro Alegre, mas este só em parte foi seguido e implementado.
(http://www.hpip.org/def/pt/Conteudos/Contextos/AfricaSubsaariana/Mocambique)

Imagem 21 - Cidade da Beira in Moçambique, 1958, Mapa de Estradas Shell.
(Fernandes, Janeiro, Negreiros, 2008; p.101)

O crescente desenvolvimento desta cidade tornou-se atraente, quer para os investidores, quer para o comum cidadão que procurava uma alternativa a um regime que limitava ideias e pensamentos. Parece ser de interesse referir, de novo, um texto escrito por Naia Marques e que define, de certa forma, essa alternativa ao regime:

> " Politicamente, e enquanto portuguesa, a Beira foi sempre a «capital do contra». Aí sucederam sempre as iniciativas de tomadas de posição contra o Estado Novo, constituindo rastilho para a própria revolução de Abril. Também se diga que sofreu bastante com isso através dos tempos, no sentido de ficar sempre para os fins nas listas de prioridades do Governo. Ainda hoje mantém esse estatuto, pois é a capital da RENAMO… (…)
>
> Um aspecto que não poderia deixar de focar, e que merece a sua curiosa ênfase, foi a posição de *Stop over* em que a Beira se tornou em relação aos passantes de sul para norte, ou de norte para sul, de Moçambique. Transformou-se no principal cento de vida nocturna da colónia, fundamentalmente pela existência de *nightclubs*, que iam constituindo um aliciante para a interrupção de viagem de

> negócios. Esses centros passaram a ser, também, sede de conversas preocupadas dos «passantes», além das trocas de informação sobre a guerra que alastrava por todo o território norte e que a capital pouco ou nada sentia, protegida pelo escudo da distância. A Beira ia sendo informada com mais detalhe dos acontecimentos no território, o que mantinha a população branca de certo modo apreensiva. O tema passou a constar nas conversas do dia-a-dia, até ter sucedido a ataque a uma farm a norte de Manica, em que a proprietária caucasiana foi morta, o que provocou um alvoroço revoltado, sendo posta em causa a eficiência das Forças Armadas. Sucedem-se interrogações gritadas e pouco abonatórias, numa grande concentração na mesa dos oficiais, de cujos detalhes dinamizadores nunca tive certezas. Estou crente de que esta atitude constituiu importante rastilho para a revolta dos capitães e consequente Revolução de Abril." (Marques, 2009, p.40 e 41)

Hoje devido á sua localização geográfica, Magalhães e Gonçalves (2009) atestam que, o país se divide entre Norte e Sul. Pelo facto de albergar a rede da RENAMO, a Beira tornou-se numa das cidades que mais sofreu as consequências da guerra, não só devido aos seus fluxos migratórios, como também devido ao bloqueio quase total das suas principais infra estruturas económicas: o porto e as linhas férreas.

2. Arquitectura Modernista em Moçambique – A Beira e o modernismo

Visto este trabalho se debruçar sobre uma arquitectura moderna ainda desconhecida, e pela perfusão de obras criadas pelo período considerado de moderno (1930-1974), irá ser dado um especial enfoque às obras de autores fixados na Beira.

De acordo com Fernandes, Janeiro e Negreiros (2008) o Século XX assiste á consolidação e posterior desaparecimento de uma "nova" centralidade colonial. Até á publicação do "Acto Colonial" de 1933, não se poderá afirmar que a arquitectura das colónias tenha tido alguma intervenção digna de registo. Ela apenas garantia as condições mínimas de um espaço novecentista ultramarino em processo de crescimento e de desenvolvimento.

Tentando fazer uma génese do que foi a arquitectura em Moçambique nos anos de forte ocupação colonial, baseada nos mesmos autores, poder-se-á considerar que, na Beira, as obras modernistas dos anos de 1930-40 traduzem o crescimento da cidade. A construção de betão atinge nesta década uma elevada qualidade, havendo igualmente para isso uma mão-de-obra barata que caracterizava o arrojo de escala na concepção arquitectónica pelos autores dos novos edifícios. As obras com um carácter mais neo - tradicional perduram até meados de 1940 sendo exemplos disso a central telefónica, a catedral de revivalismo neogótico ou o edifício de pesada expressão do BNU.

Imagem 22 e 23 - Banco Nacional Ultramarino 1940. Fotos de 1970 e 2011.
(Loureiro, 2005, postal nº184 e http://www.panoramio.com/photo/75885571)

Na sua pesquisa Albuquerque (1998) ainda nos elucida que até ao início da década de 40, já existiam alguns arquitectos, a maior parte radicada em Lourenço Marques, com uma formação académica. Mas a sua produção era pouca quando comparada com a produção dos engenheiros. Numa terra de poucos recursos materiais de construção, em que a economia e rapidez eram factores imperativos, o uso do betão era utilizado em obras de uma forma racional.

Segundo Fernandes, Janeiro e Negreiros (2008) um projecto a destacar pela sua grandiosa dimensão, onde já se denota algumas influências do período moderno que iria criar, décadas mais tarde, uma arquitectura descomplexada, inventiva e arrojada, é o Grande Hotel da Beira da autoria de José Luís Porto. Este grandioso projecto de corpo curvilíneo e varandas horizontais sobre arcadas será acompanhado mais tarde, na década de 50, mais precisamente em 1953, por Francisco Castro sendo ele o responsável pela sua decoração interior.

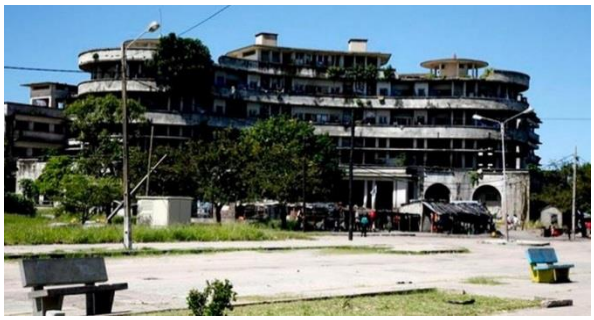


Imagem 24 e 25 - Grande Hotel da Beira, João Luís Porto cerca de 1965, foto de 2011.
(Loureiro, 2005, postal nº 191 e http://www.panoramio.com/photo/76206268)

Assim sendo, conforme afirmado por Albuquerque (1998) já em meados dos anos 40 havia uma notória diferença entre a sociedade moçambicana e a sociedade da metrópole. Em inícios de 1950 pouco mais de 100 mil brancos detinham efectivamente o poder num território oito vezes mais vasto que Portugal, a população negra era rural e, à medida que o estado fomentava a emigração assistia-se a um fosso ainda maior entre a cidade e o campo. Esta centralização de poder económico na classe denominada de "branca" teve como consequência uma sociedade que se poderá considerar de cosmopolita, sem os convencionalismos conservadores e ruralistas que dominavam a metrópole. Embora não fosse um estado independente, Moçambique possuía um desejo de afirmação de identidade não baseada na história, apoiada num espirito progressista. Com a naturalidade de quem procura não é de admirar pois que os princípios de uma arquitectura moderna sejam acolhidos com entusiasmo. Os modelos importados do Brasil adoptavam-se na perfeição às características climáticas e foram eles que abriram portas a novas atitudes e a novas formas e modelos, como iremos ver mais à frente.

A arquitectura que irá ser desenvolvida a partir da década de 50 é a que irá revelar o melhor de uma arquitectura designada de moderna. As vagas que foram sendo ocupadas ao longo da década de 50 por representantes da nova geração emergente do Congresso de 1948 transportam consigo os ideais do moderno. É nesta fase que se irão figurar os geradores de uma nova dinâmica económica e social, que também eclode e procura afirmar os seus novos espaços, estruturas e símbolos.

Nesta fervilhante linha de pensamento, e numa breve referência a Lourenço Marques, há que destacar dois nomes importantes. Na visão de Fernandes (2009) João Tinoco destaca-se pelo seu espirito generoso e dado, produzindo sem preocupação de afirmar. Amâncio Guedes por ser um desbravador, mais cioso da sua obra e da sua divulgação, assumindo com total clareza uma posição elitista e *snob*, muito própria de Lourenço Marques. Um e outro contribuíram enormemente para a concretização de uma forte "personalidade moderna" na arquitectura, para o debate cultural e com o trabalho de colaboração para o lançar de figuras de artes plásticas como Malangatana ou Chichorro e Maluda.

Debruçando-nos mais sobre a cidade da Beira, tal como fez Albuquerque (1998) na sua pesquisa desta geração de 50, os primeiros nomes que irão marcar a cidade foram Paulo de Melo Sampaio, Francisco Castro e os irmãos Garizo do Carmo, sendo que o mais ligado à arquitectura dos dois irmãos é João Garizo do Carmo.

O responsável pela primeira grande realização de carácter puramente moderno da cidade, segundo o mesmo autor, é João Garizo do Carmo, em 1953, quando projecta o Cine Teatro São Jorge. Edifício de fachada curva, com um grande vão a todo o seu comprimento, protegida do sol por *brise-soleil*, provocou algumas reacções, mas possibilitou a implementação de uma nova linguagem e um rápido crescimento de encomendas aos jovens arquitectos que aí foram chegando. Não neste projecto, mas como referência importante na sua obra, Óscar Niemeyer irá ser a sua influência directa, durante um longe período de tempo patente na sua composição mais orgânica, como iremos ver um pouco mais à frente.

Imagem 26 - Cine Teatro São Jorge, Francisco Castro, 1953, foto de 2011.
(http://www.panoramio.com/photo/49280558)

Atestado por Albuquerque (1998), a vertente orgânica de Óscar Niemeyer irá caracterizar fortemente a sua obra durante um longo período de tempo, sendo aquela que melhor demostra essa influência, pela sua expressão orgânica seja a Igreja da Manga, na diocese da Beira. A cobertura em "casca" de forma parabólica em betão armado remete à arquitectura moderna brasileira dos anos 40-50.

Imagem 27 e 28 – Vista geral Igreja da Manga, João Garizo do Carmo, 1955-1961 foto de 2011.
(http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=5596&with_photo_id=47150546&order=date_desc&user=5163038 e http://www.panoramio.com/photo/13474854)

Em 1953, e conforme já referenciado anteriormente para acompanhar a obra do Grande Hotel bem como a sua decoração interior, Francisco Castro acaba por se fixar nesta cidade. Albuquerque (1998) menciona que a sua obra não estava ligada às realizações do modernismo brasileiro, mas antes a forte influência das do Movimento Moderno Europeu, com especial destaque para a obra de *Le Corbusier*. Paulo Melo Sampaio inicia a sua actividade em 1954, onde são flagrantes duas influências, as do período pós-congresso que a arquitectura portuguesa vivia e uma forte admiração pela arquitectura brasileira.

Em 1955 Paulo Sampaio elabora o projecto da Associação Comercial da Beira, na Praça do Município. De esquinas em cantos rectos, ironicamente, este edifício viria a albergar mais tarde o futuro G.A.U.D. Importante será igualmente referenciar, segundo o autor anterior, o plano de pormenor do complexo turístico do Estoril, em Macutí. Claramente influenciado pela Carta de Atenas, com edifícios isolados implementados no território de forma a privilegiar a orientação solar, alguns deles com formas ondulantes, sendo autónomos em relação aos percursos pedonais. Deste grandioso plano surge o Motel do Estoril, projectado em 1959.

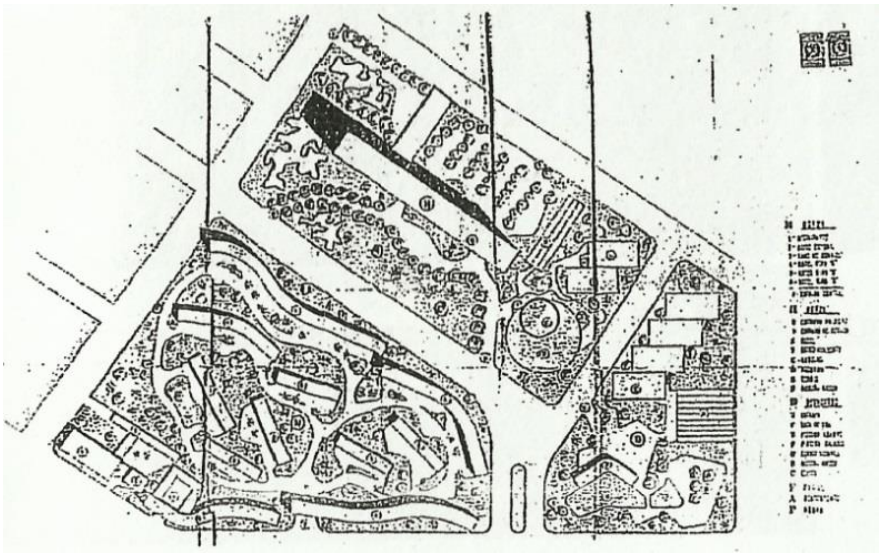


Imagem 29 - Planta de Pormenor do Complexo Turístico do Estoril, Paulo Melo Sampaio, 1957.
(Albuquerque, 1998; p.56)

Outros dois edifícios, onde os elementos modernos estão patentes, segundo Magalhães e Gonçalves (2009), foram realizados em 1957. A sede do Automóvel Touring Club da Beira e o pavilhão da Estação de Caminhos-de-ferro. O primeiro, com as aberturas rasgadas dos vãos, a interligação do volume com a sua implementação, o uso da galeria, o betão, a fachada tardoz opaca com uma abertura estreita privilegiando a sua relação com a praça destacam elementos de uma arquitectura internacional e moderna. O segundo, um

pavilhão polidesportivo polivalente de escala monumental, realçado pela cobertura curva, tem um carácter mais paradoxal no tratamento das suas fachadas. A noroeste sobre a linha férrea, a cobertura curva prolonga-se num volume paralelepipédico, balançando-se sobre o exterior rematado por uma grelha em Betão. A fachada principal a sudeste reveste-se de um carácter mais institucional, recordando uma linguagem próxima do "Português Suave" presente inicialmente nas colónias.

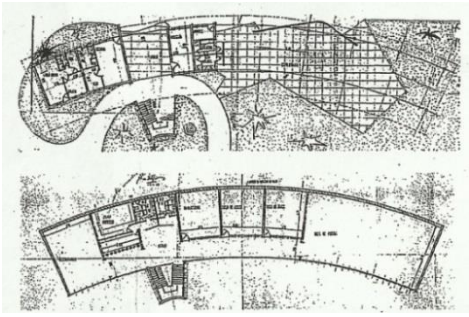


Imagem 30 e 31 - Planta e vista geral da sede do Automóvel Touring de Moçambique,1957, Paulo Melo Sampaio, foto de 2009.
(Albuquerque, 1998; p.56; Magalhães, Gonçalves, 2009, p.188)

Imagem 32 e 33 - Vista geral e interior do Pavilhão de Desportos do Clube Ferroviário, 1957.
(Fernandes, 2009; p.61)

O Centro Cultural para o Grupo Dramático Eduardo Brazão de Francisco Castro distingue-se em 1955, e segundo Albuquerque (1998), pela grande liberdade formal e fluidez na articulação dos dois corpos vazados no rés-do-chão, permitindo a criação de um jardim interior ao complexo que se se prolonga até à rua. A utilização de grandes envidraçados no foyer e na galeria de exposições, protegidos por *brise-soleil*, são exemplos da influência de uma outra arquitectura tropical e da adaptação que um modernismo europeu teve nestas colónias.

Uma breve referência neste capítulo à entrada de arquitecto Bernardino Ramalhete, em 1957, que servirá como introdução à mais emblemática obra pública da Beira e que irá juntar os não menos emblemáticos João Garizo do Carmo, Francisco Castro e Paulo Melo Sampaio. A Estação de Caminhos-de-ferro.

Imagem 34 - Vista geral da estação de caminhos-de-ferro, Paulo Melo Sampaio, Francisco Castro e João Garizo do Carmo, 1959-66, foto de 2011.
(http://www.panoramio.com/photo/79217070)

Aqui poderemos apreciar elementos inequívocos que nos levam ao modernismo, na fachada dos escritórios, e a influência orgânica da arquitectura brasileira, na pala que marca a entrada e dá acesso à gare. Ir-se-á referir esta obra em mais pormenor no capítulo seguinte.

Destacado igualmente por António Albuquerque (1998), como sendo a mais impressionista da cidade, revelando a forte influência que a arquitectura de Pancho Guedes estava a produzir no seio dos arquitectos moçambicanos, é a Casa dos Bicos de João Garizo Carmo construída para albergar a Feira Industrial da Cidade da Beira. A sua grande marca é a nave com cobertura de betão constituída por módulos losangulares. A complexidade da cobertura provocou reacções de descrença e pouca gente acreditava que ela se sustentasse. No entanto a presença deste edifício impõe-se e continua a ser uma referência.

Imagem 35 - Imagem 35 - Vista Geral da Casa dos Bicos, João Garizo do Carmo,1962, foto de 1968.
(http://www.panoramio.com/photo/2363904?tag=Beira)

Também o mesmo autor refere que o ano de 1964, que serviu de palco ao início das lutas armadas iniciadas pela FRELIMO, serviu igualmente para que a economia retomasse um novo fôlego, com o início do Segundo Plano de Fomento lançado pelo Governo Português. Os *ateliers* de arquitectura irão assim conhecer um aumento incrível de encomendas. Estava terminado um primeiro ciclo de arquitectos ligados ao ensino e com pequenos *ateliers*. Arrancava o período de grandes firmas de arquitectura.

Na metrópole, e no que diz respeito à arquitectura, o ano de 1961 foi marcado pela publicação dos volumes "Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal", elaborado a partir de 1956 por um grande número de arquitectos e estudantes. Mencionado pelo autor anterior, o seu programa foi definido por Keil do Amaral, que já havia defendido a importância deste trabalho. No entanto as suas preocupações não encontrarem eco nos organismos estatais, nem numa classe que se deslumbrava com a arquitectura moderna internacional, com ênfase na produção brasileira, desconfiando de debates sobre as características da arquitectura regional portuguesa, que poderiam dar trunfos às correntes conservadoras contra as quais se batiam.

Para além de permitir aos arquitectos um contacto directo com a realidade rural, desconhecida até aí, o inquérito serviu para provar a inexistência de uma certa "Arquitectura Portuguesa", teorizada por Raúl Lino e defendida pelos sectores mais conservadores do regime. Os muitos dogmas racionalistas, segundo o mesmo autor, que dominavam os arquitectos portugueses, na sua maioria associados aos CIAM, sofrem um forte abalo, especialmente por terem sido adoptados de um modo demasiado rápido e pouco critico. Na perspectiva de Albuquerque (1998) este fascínio pela arquitectura vernácula, pelos materiais e processos construtivos tradicionais, a preocupação em relação ao lugar, rapidamente substituem os esquemas rígidos e tradicionais do Estilo Internacional. As preocupações com a estandardização e industrialização chamavam a uma vontade a uma aproximação real às reais capacidades produtivas do país, à intervenção do arquitecto em contacto com o local, definindo-lhe um novo papel social em contacto directo com as populações, tentando melhorar as suas condições de vida.

Era o fim na crença da regeneração social através de uma arquitectura moderna e universal. Os CIAM, segundo Albuquerque (1998), davam sinais de ruptura no início da década de 50, mais propriamente em 1953 no encontro de Aix-en-Provence no IX CIAM dedicado ao Habitat. A Carta de Atenas irá ser fortemente criticada por um grupo de jovens arquitectos. Segundo eles, os seus princípios simplificadores não reflectiam a complexidade

da vida urbana, defendendo a introdução do conceito de "identidade" e a investigação dos princípios estruturais do crescimento urbano. Os CIAM propuseram então a este grupo a incumbência de organizar o CIAM seguinte, em 1956 na cidade de Dubrovnik com o tema – O habitat humano. Este grupo, formado inicialmente por Van Eyck, Smithson, Bakema, Candillis, iriam mais tarde dar origem ao TEAM X, marcando o CIAM X pelo conflito entre a geração dos mestres consagrados e uma nova geração que já não aceitava um consenso universalista.

Neste início da década de 60 com o aumento das actividades bancárias e industriais em detrimento da agricultura, conforme exemplificado por Albuquerque (1998), assiste-se a uma grande concentração urbana em Portugal, originado uma enorme especulação imobiliária por parte do capital privado provocando uma enorme descida nas taxas de juro, aproveitando assim as carências de habitação que o Estado parecia incapaz de responder. A necessidade de racionalizar os métodos construtivos, de modo a baixar os custos de construção, encontrou solução na utilização de princípios racionalistas e na construção de habitações colectivas. Os princípios defendidos pelos arquitectos no congresso de 1948 estavam agora em concordância com as especulações do mercado imobiliário. Salvo raras excepções, em 10 anos, os arquitectos que fizeram o Congresso passaram de profissionais socialmente emprenhados com claras conotações de esquerda, a parceiros de especuladores imobiliários. A arquitectura Moderna passa a estar associada a especulações imobiliárias. E é contra esta realidade que os arquitectos do final da década de 50 se afirmam.

Contudo as mudanças, na perspectiva do mesmo autor, que ocorreram no meio arquitectónico português, não encontraram expressão na obra dos arquitectos moçambicanos. A influência da cultura portuguesa era quase nula, quando comparada com as que chegavam da Rodésia ou da África do Sul. Talvez o principal factor de uma ausência de espirito crítico se deva ao facto da consciência social e politica dos arquitectos em Moçambique ser completamente diferente da dos arquitectos da metrópole.

As diferenças raciais eram marcantes, até no planeamento urbano. Para Albuquerque (1998), a questão de luta de classes não se colocava numa sociedade que apenas contabilizava com cem mil indivíduos ditos de civilizados, numa terra de abundância que começava a conhecer um forte investimento português. A inexistência do conceito de "povo" contribuiu para o anulamento da consciência política e algumas vozes críticas alertavam para a urgência da resolução das carências habitacionais das classes mais desfavorecidas, quase exclusivo da população negra.

De acordo com Albuquerque (1998), começa então a surgir uma nova consciência política em alguns sectores da população branca, que se irá revoltar contra a ocupação portuguesa e a ineficiência das forças armadas em resolver o problema do conflito. Uma corrente mais conservadora que esperava seguir a independência da Rodésia, criando com a região do sul a "Africa Branca", e um outra corrente mais progressista, que acreditava poder repetir a experiência social do Brasil, criando em Moçambique uma sociedade multirracial. Os arquitectos que trabalharam nos anos 60 e 70 em Moçambique estavam incluídos nestes dois grupos, apesar do reconhecimento da sua relevância na sociedade, com o excesso de trabalho, não assumiam publicamente posições de clara contestação.

Para Ferreira (2008), o facto dos arquitectos que se encontravam em Moçambique nunca terem passado por uma crise de identidade, não impediu que alguns profissionais estivessem mais atentos às mudanças operadas no panorama arquitectónico internacional. Alguns começaram a demonstrar claras influências de novas correntes arquitectónicas, utilizando novos modelos formais.

Sobre esta temática a destacar um episódio referenciado por Albuquerque (1998) entre o arquitecto Paulo Melo Sampaio e os técnicos camarários. Na altura em que desenvolve o complexo turístico do Estoril, desenvolve o Hotel Mohamed em Ponta Gêa. Este trabalho iniciou uma acesa polémica entre o autor e os respectivos serviços, provocada pelo facto dos alçados serem iguais dois a dois. De um lado o Paulo Melo Sampaio defendia os seus princípios racionalistas, concebendo o edifício isoladamente em relação á cidade envolvente, elegendo como principal factor compositivo a funcionalidade dos seus espaços internos. Do outro lado estavam as preocupações de ambiente urbano e o significado arquitectónico, pondo em primeiro lugar a relação estabelecida entre o edifício e o seu contexto urbano em detrimento de funcionalismo ortodoxos.

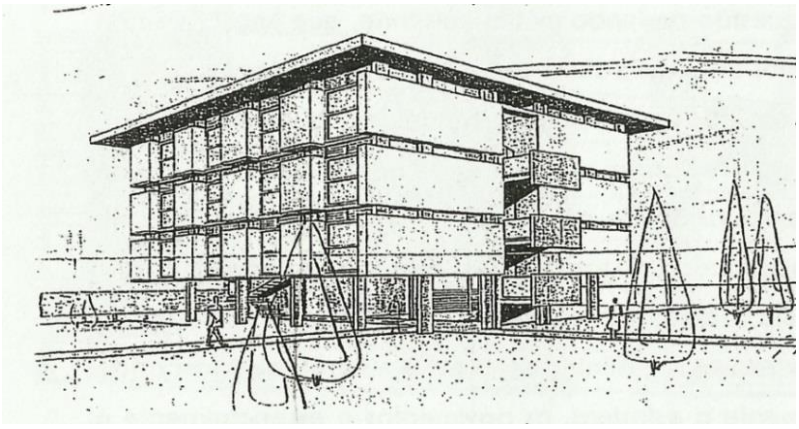


Imagem 36 - Esquiço do Hotel Mohamed, Paulo Melo Sampaio, 1961.
(Albuquerque, 1998; p.124)

Este conflituo geracional será, segundo Albuquerque (1998), o que irá separar os últimos defensores incondicionais do Movimento Moderno e uma nova geração que procurava rever os seus fundamentos e encontrar novos rumos.

No entanto esse conflito não o irá impedir de fundar, em 1962 juntamente com Bernardino Ramalhete, o G.A.U – Gabinete de Arquitectura e Urbanismo, antecessor do G.A.U.D – Gabinete de Arquitectura, Urbanismo e Design Lda., objecto de estudo mais pormenorizado no capítulo seguinte. Após a sua morte, Naia Marques irá ser o sócio que o iria substituir. (Albuquerque, 1998)

Mencionado no J.A. nº 240 (2010) Naia Marques, que desde o início segue a via da profissão, liberal, consolida a sua maturidade profissional no G.A.U.D onde lhe são atribuídos os projectos de interiores de lojas, bares, discotecas, snack-bares e supermercados. Podem ser reconhecidas três fortes influências na sua obra, apesar de imprimir sempre o seu cunho pessoal, o movimento metabolista Japonês, o arquitecto Francisco Conceição Silva e Frank Loyd Wright. O Minigolfe e o restaurante do Lions Club da Beira irão destacar-se pela sua expressividade dos materiais e pelo cuidado da estrutura do espaço, criando um interessante jogo de luz no seu interior forrado a madeira.

Imagem 37 - Minigolfe e Restaurante do *Lions* Club da Beira, Naia Marques, 1973.
(http://www.panoramio.com/photo/77880849)

Devemos no entanto ter em conta outras obras na produção arquitectónica dos anos da guerra colonial. Para Albuquerque (1998) a grande maioria dos arquitectos continuou a seguir o formulário do Movimento Moderno, que lhes permitia uma rápida e eficaz resposta aos constantes pedidos, compensado a falta de espírito crítico com o desenvolvimento de uma capacidade técnica invejável.

Esse rigor construtivo e crítico pode ser apreciado, na perspectiva de Albuquerque (1998), na obra do arquitecto Julião Azevedo, sendo que o projecto que permanece isolado na sua carreira é o Cinema Novocine, consequência da "crise dos cinemas"[4] que rebentou na Beira em 1967. O edifício construído não se assemelhou em nada ao projecto inicial, que revelava obvias influências de Pancho Guedes com remates de gárgulas escultóricas e alçados expressionistas, acabando por ter um resultado formal mais modesto e de boas características técnicas.

Imagem 38 – Cinema Novocine, 1967, Julião de Azevedo, foto de 2011.
(http://www.panoramio.com/photo/3293504)

Nesta sequência Albuquerque destaca ainda Mário Acácio Couto Jorge e José Augusto Moreira, formados em Portugal enquanto decorria a elaboração do Inquérito, foram trabalhar para a Beira no início dos anos 60. O Mário Jorge começou por produzir uma série de obras próximo do movimento moderno, como a casa de Saúde de Macuti, no ano de 1963, composta por vários volumes puros e articulados, notando-se já outras referências formais na expressiva cimalha que remata a cobertura. No ano de 1965 projecta um edifício habitacional onde se distancia cada vez mais do racionalismo modernista, com uma fachada dominada por formas prismáticas e planos oblíquos. Este afastamento é ainda mais notório quando projecta uma série de moradias com claras influências brutalistas, recorre ao uso da textura dos materiais, á expressividade das formas e a inclusão de elementos decorativos típicos das Arte Pop. É também nesta época que projecta o que hoje é o edifício mais alto da cidade. O Automóvel Touring de Moçambique, um edifício de escritórios e habitação de 3 corpos sobrepostos, separados por planos vazados, correspondendo cada volume a uma função distinta.

[4] Após o aumento de preço nos bilhetes dos cinemas, que pertenciam ao mesmo empresário, grupos de jovens organizaram uma série de piquetes que garantissem o boicote às salas de espectáculos. O "Novocine" aparece quando um grupo de cidadãos, entre os quais Julião Azevedo, quis combater este monopólio, construindo eles próprios uma nova sala independente. (Albuquerque, 1998; p.158).

Igualmente referenciado por Albuquerque (1998), José Augusto Moreira foi trabalhar para Moçambique no início da década de 60 e durante um curto período de tempo trabalhou na GAUD, juntamente com Paulo Melo Sampaio e Bernardino Ramalhete. As propostas mais interessantes que apresentou são de carácter urbano e muito próximas das utopias Japonesas. Nunca construído, o complexo para o bairro de Maquinino é um dos exemplos. Composto por 8 torres habitacionais, estas eram apoiadas por uma plataforma que cobria um centro comercial que ocupava quase todo o quarteirão. Este projecto reflecte o crescente investimento imobiliário que rodeava Moçambique nos últimos anos da presença portuguesa na colónia.

Imagem 39 - Piscinas de Gondola, 1965, José Augusto Moreira, foto de 2011.
(http://www.panoramio.com/photo/43163840)

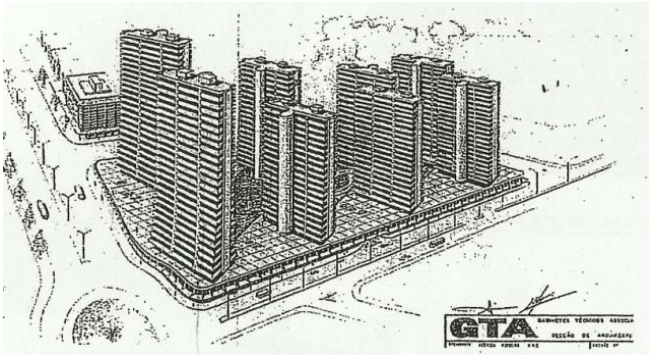


Imagem 40 - Complexo de Maquinino, 1965, José Augusto Moreira.
(Albuquerque, 1998, p.124)

Fazendo uma retrospectiva na sua actuação em África, a geração de arquitectos dos 1940 a 1974, combativa, idealista e politicamente progressista, deixou um património positivo, elevado e qualificado. Esta geração foi responsável por propostas de espirito livre onde se impôs uma linguagem muito pessoal, relendo formal e esteticamente a arquitectura moderna internacional, num contexto tropical.

3. Alguns aspectos formais

Na análise de Magalhães e Gonçalves (2009) não haverá dificuldade em construir uma gramática de formas que na sua génese geral, possam ser identificadas como fazendo parte de um imaginário moderno. O material que reforçou esta ideia de universalidade foi o betão armado. Ele irá servir para como suporte de um elemento padronizado nas colónias, permitindo a criação de um novo vocabulário *corbusiano*: o *brise-soleil*. Este elemento, não só irá favorecer o sombreamento bem como a ventilação natural dos edifícios nos climas tropicais. Para além das grelhas de betão, com diferentes desenhos, geometrias e texturas, e dos brise-soleil, procuram-se outros materiais que permitam o mesmo esquema de protecção natural e possibilitem outras expressões, como grelhas em tijoleira cerâmica ou grelhas metálicas.

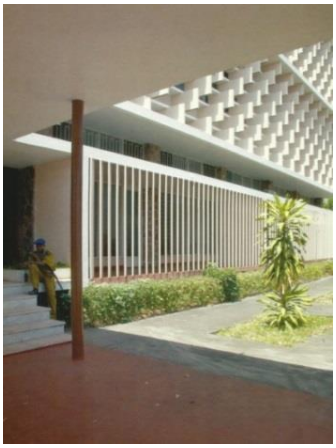


Imagem 41 - Colégio dos Maristas, Francisco Castro, 1959, foto de 2009.
(Magalhães; Gonçalves, 2009; p.51)

O contacto com o percurso do modelo brasileiro, e a influência que irá exercer sobre as colónias, em especial as formas livres de Óscar Niemeyer, levou à libertação da forma e à experimentação de inovação estrutural e de liberdade formal, libertando aos poucos os arquitectos dos sólidos puros, segundo atestado por Magalhães e Gonçalves (2009). Conforme já referido anteriormente, o arquitecto que irá levar ao extremo este formalismo excessivo, quase barroco, numa aproximação mais surrealista da arquitectura brasileira, surgirá em Lourenço Marques e dá pelo nome de Amâncio Miranda Guedes.

Conforme as autoras anteriores, esta plasticidade não se limitou ao recurso á curva ou a outros elementos do imaginário natural. Esta liberdade de composição também está presente no desenho volumétrico das fachadas. Com um expressionismo febril e uma alegoria a roçar o infantil, a abóbada, as superfícies empenadas e os elementos curvos, serão usados de forma exaustiva pela geração dos arquitectos pós congresso. Por vezes a própria implantação que sugere a ideia de movimento no sentido de articulação de lugar.

Imagem 42 e 43 – Igreja da Manga, João Garizo do Carmo, 1955-61, e Motel Estoril, Paulo Melo Sampaio, 1957, foto de 2009 e postal de 1965.

(Magalhães; Gonçalves, 2009; p.135 e Loureiro, 2005, postal nº186)

Poderemos ainda considerar que um outro aspecto formal teve como antecedente histórico a varanda coberta da Casa Colonial. A galeria. Magalhães e Gonçalves (2009) referem que, como elementos elemento tipológico em si, remete para duas questões fundamentais. A da organização espacial, no que concerne á distribuição dos acessos e à circulação e à qualificação de um espaço simultaneamente interior e exterior.

A interpretação das premissas do Movimento Moderno e a sua adequação às características específicas dos climas quentes e húmidos, numa visão de segundo Magalhães e Gonçalves (2009), torna-se num dos factores essenciais para entender a singularidade e a identidade da arquitectura moderna em territórios africanos. No fundo trata-se de projectar um edifício, através do léxico destes dos elementos formais, tipológicos e construtivos, que permita a circulação do ar e a protecção do sol e da chuva. Nalguns equipamentos públicos, como por exemplo escolas, a galeria coberta é a solução encontrada para resolver quer as circulações e configurar os espaços de lazer e recreio, quer para garantir uma boa adaptação ao meio natural.

Imagem 44 e 45 - Automóvel Touring Club de Moçambique e Motel Estoril, Paulo Melo Sampaio, 1957, fotos de 2009.

(Magalhães; Gonçalves, 2009; p.188 e p.61)

Referenciado pelas mesmas autoras, o seu papel inovador acontece nos programas de habitação colectiva, permitindo a exploração de novas tipologias. A *Unité d'Habitation* será o suporte de experimentação. Face às condições do clima dos territórios tropicais, e tendo em conta as condições modestas dos futuros moradores, foi abandonada a solução de colocar casas de banho e corredores internos, que exigiam o recurso a ventilação mecânica e iluminação eléctrica permanente, passando os corredores de circulação a ser externos, amplamente arejados, de forma a poderem providenciar iluminação e ventilação às cozinhas e às casas de banho que se abrem directamente para o exterior. Não obstante, nas colónias, estas obras são tardias sendo desenvolvidas apenas durante a década de 60, quando a nível europeu já se discutiam outras problemáticas.

Outra linha de pensamento que deverá ser tido em conta é a integração das três artes como unas. Neste contexto são sugestivos os exemplos de obras brasileiras onde os arquitectos e os artistas plásticos trabalham em sintonia e foi este mesmo contexto que os arquitectos coloniais se iriam apoiar. Reforçando esta ideia a aplicação de um vasto leque de materiais virá reforçar uma vontade de construir uma arquitectura de afirmação positiva e dinâmica. Este conceito de "sintonia" entre arte e arquitectura, utilizando e explorando materiais que provocassem essa simbiose, foi traduzido na utilização do mosaico de pastilha vidrada, com a sua palete infindável de cores. Este acabamento pode moldar a linha curva ou servir como material de revestimento colorido e eficaz, duradouro e de fácil conservação, especialmente em edifícios de climas tropicais, facto constatado por Magalhães e Gonçalves (2009).

De acordo com as autoras anteriores, também o azulejo aplicado como um padrão geométrico ou como mural desenhado por artistas plásticos. Deste modo painéis de azulejos aplicados nas fachadas, galerias de entrada e espaços interiores, por vezes alternados com outros materiais, acentuando a dimensão visual e expressivas das obra, ou ainda os murais, como o da empena do edifício Montepio de Moçambique, que enfatizam a relação com a cidade Experimentam-se igualmente novas texturas e revestimentos, ora conotados com um modelo mais internacional como o tijolo de vidro, ora procurando uma aproximação aos materiais locais, fazendo com que as intervenções nas empenas e galerias de acesso aos edifícios, pelo modo e pela escala com que se afirmam na cidade, adquiram uma dimensão urbana próxima do conceito de arte pública.

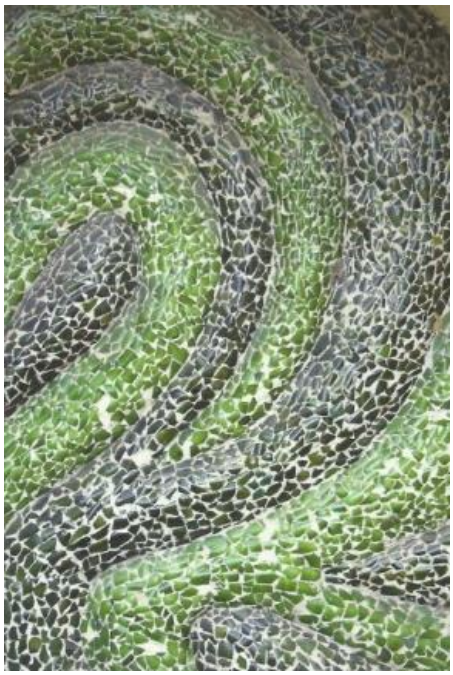


Imagem 46 47 - Cerâmico da Igreja da Manga e Banco de Moçambique, mural de Estrela Faria.
(Magalhães; Gonçalves, 2009; p.134 e p.136)

CAPITULO III – ARQUITETO BERNARDINO RAMALHETE

1. O arquitecto – As origens e a passagem pela Câmara Municipal de Porto.

Detentor de uma personalidade livre, numa 1ª entrevista Ramalhete (2012), confirmou a sua origem nortenha nascendo a 24 de Outubro de 1921, em São João da Foz do Douro, no Porto. Em 1932, com 11 anos, ingressa no Liceu D. João III em Coimbra, onde ainda frequenta o curso de direito.

Ainda fruto de recolha da entrevista anterior esclareceu que tendo já casos de arquitectos na família, nomeadamente o arquitecto Júlio de Brito co-autor do Coliseu do Porto, seu tio, decide aos 16 anos abandonar Coimbra e regressa ao Porto. Por iniciativa própria aprende a desenhar no Atelier do Escultor Henrique Moreira e passados dois ou três meses é proposto por este a exame. Em 1946, com 25 anos, ingressa na Escola de Belas Artes do Porto. Dando explicações e trabalhando já como desenhador das Edificações Urbanas na Câmara Municipal do Porto, teve como professor Carlos Ramos. Diploma-se no ano de 1954 com uma média final de 13|14 valores.

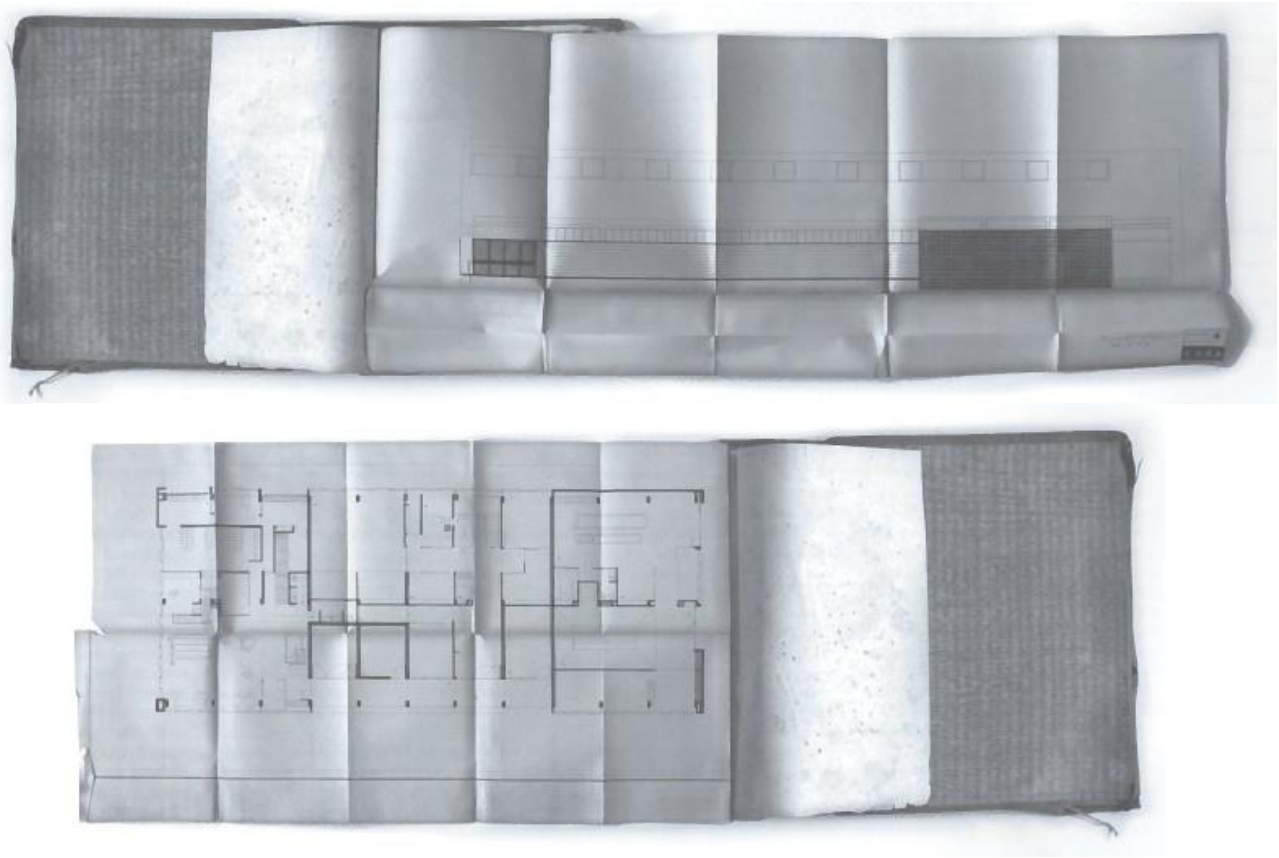


Imagem 48 e 49 - Unidade comercial/social - Bairro de Casas Económicas Marechal Gomes da Costa, 1953.
(Papel de Parede, p.BR7)

Aqui poderemos dizer que as influências de Carlos Ramos começaram a definir uma mentalidade que não estava em consonância com um regime que procurava valores historicistas, e que se poderia assumir como sendo defensora dos valores de um processo moderno, de uma liberdade de expressão própria.

Segundo Milheiro (J.A. 2010) nesse mesmo ano, como desenhador da Câmara e na equipa de Carlos Ramos, participa na remodelação do edifício-sede da autarquia e participa em diversos planos de pormenor.

Ainda 1ª entrevista Ramalhete (2012) atesta que um ano depois em 1955, integra o Gabinete de Urbanismo com Fernando Távora e Almeida de Eça onde o arquitecto referencia um aspecto notável, retratado numa banda desenhada na revista Papel de Parede por Ricardo Cabrita. Quando a Câmara abriu concurso para um arquitecto do quadro Bernardino Ramalhete estava em condições de apresentar a sua candidatura juntamente com os seus dois colegas, sendo que a idade limite para ingressar na função pública, na altura, era 35 anos. Fernando Távora e Almeida da Eça, percebendo que o arquitecto estava a atingir essa idade limite, num gesto que ainda hoje é recordado pelo arquitecto como sendo de mérito, retiram as suas candidaturas.

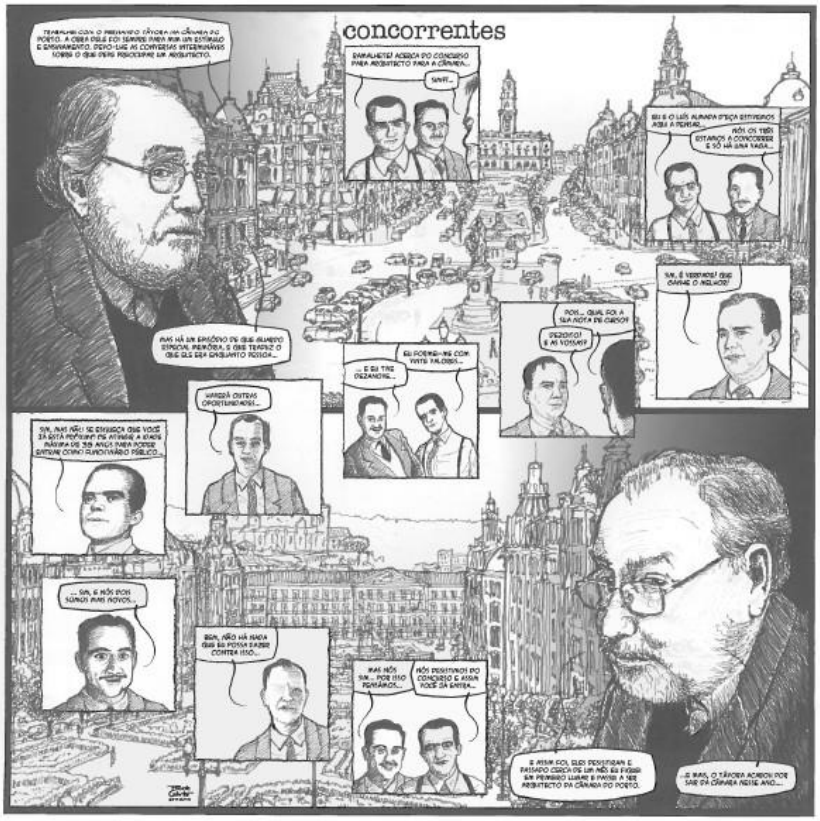


Imagem 50 - Banda desenhada por Ricardo Cabrita, 2011
(Papel de Parede, 2011, p.BR14)

Nesse mesmo ano, como desenhador da Câmara e na equipa de Carlos Ramos, participa na remodelação do edifício-sede da autarquia e em diversos planos de pormenor. Quando Robert Auzelle é convidado para elaborar o Plano Director Municipal, aproveitando o facto de Bernardino Ramalhete ser fluente em francês, convida-o como arquitecto-adjunto a integrar, com mais oito ou nove arquitectos, a sua equipa no ano de 1956. Sob a alçada de Robert Auzelle participa na elaboração desse Plano, que apenas irá ficar concluído no ano de 1962, chefia um inquérito às "ilhas" e inicia estudos para o Plano de Urbanização da Pasteleira, na Foz-Lordelo, conforme referido no por Milheiro (J.A, 2010).

Numa 3ª entrevista Ramalhete (2013), salienta o reconhecimento do papel social que o arquitecto poderia proporcionar, como solucionador de problemas directamente ligados às questões de bem-estar da população, e participa em estudos de habitações economicamente débeis numa tentativa de compreender que tipo de "casa necessitavam aquelas pessoas". Apesar de não ter participado no Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, lidava todos os dias com aqueles que faziam parte desse núcleo, tais como Fernando Távora ou Nuno Portas, convivendo com a problemática da inexistência de uma arquitectura "dita de portuguesa", com o fascínio pela arquitectura vernácula e pelos processos construtivos tradicionais.

Já no Porto se denota uma vontade de liberdade num abraçar de novas visões que acompanhassem uma tendência muito própria. Essa voz, confirmada numa 2ª entrevista (Ramalhete, 2012), pode ser encontrada na Foz do Douro, numa altura em que colaborou com o arquitecto Rogério Ramos projectando um edifício de habitação, concebido como um grito de afirmação, e que ainda hoje é célebre.

Numa época em que governo português apostava fortemente num território ultramarino instigando ao seu desenvolvimento, concorre para uma vaga de arquitecto na Câmara Municipal da Beira e parte para Moçambique no ano de 1957. O reencontro entre Ramalhete e Robert Auzelle dá-se no ano de 1962, quando o primeiro se desloca numa viagem a Paris, conforme revelado pelo próprio na 3ª entrevista (Ramalhete 2013).

2. A Câmara Municipal da Beira e a Actividade Liberal

Conforma já referenciado no capítulo anterior e confirmado na 1ª entrevista (Ramalhete, 2012), o seu percurso na Beira tem início no ano de 1957, na Câmara Municipal desta cidade, organizando e integrando o Gabinete do Plano de Urbanização, onde trabalhou durante três anos.

Este Gabinete tinha como principal finalidade a análise, elaboração e avaliação, a nível urbano e arquitectónico, de pareceres que permitissem um crescimento regulado e regulamentado da cidade. Ainda segundo Milheiro (J.A. 2010), Bernardino Ramalhete esteve envolvido na reestruturação do sistema de saneamento da cidade, elaborou diversos planos parciais, integrou a equipa que reviu o Regulamento de Construção Urbana Municipal de 1955, concebeu a entrada de um parque municipal e projectou habitação para a população desfavorecida.

Referenciado na 1ª entrevista (Ramalhete 2012), fazia parte desta estrutura uma Comissão de Estética, a qual era constituída pelo Presidente da Câmara, pelo Vereador do Pelouro de Obras, por um Engenheiro Civil do sector das obras, pelo Arquitecto da Câmara, ou seja Bernardino Ramalhete, por um Arquitecto e dois Engenheiros exteriores aos serviços estatais, em regime de profissão liberal. O objectivo da recondução destes três últimos elementos, por períodos trimestrais, visava transmitir para o exterior uma ideia de isenção, dentro dos limites possíveis e impostos por um regime central ditatorial, dando aos arquitectos e a toda uma classe empreendedora, uma ideia de maior liberdade expressiva e uma maior confiança nos serviços prestados pelo Gabinete.

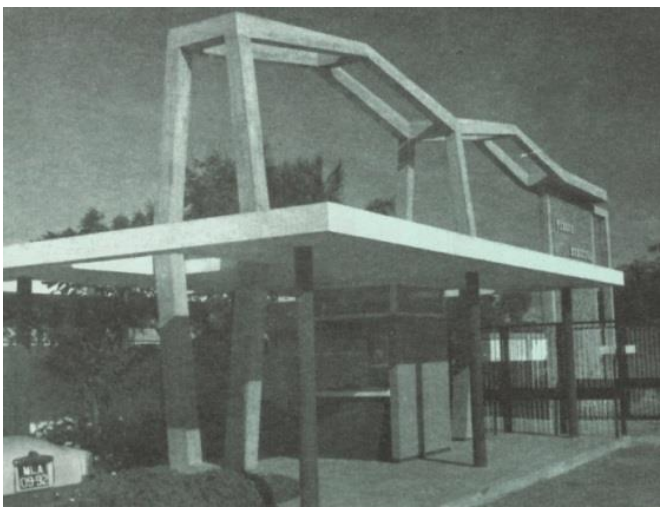


Imagem 51 - Entrada do Parque Municipal, Bernardino Ramalhete, 1960
(Jornal dos arquitectos, 2010, p.33)

Inconscientemente, Bernardino Ramalhete deu continuidade a um pensamento já existente nesta cidade; o corte dos laços ideológicos com a metrópole. Os serviços da Beira reportavam directamente a Lourenço Marques, aos arquitectos Fernando Mesquita e Craveiro Lopes, que ditavam as regras e que lá se deslocavam esporadicamente numa colaboração muito "*sui generis"*. Como prova desta ideia, na 2ª entrevista (2012), Ramalhete descreve que essa rotura foi de tal forma violenta que num congresso em Nairobi, onde estiveram presentes os arquitectos de Angola, Moçambique e Lisboa, levou á intervenção de elementos da PIDE contestando veementemente as intervenções de liberdade expressiva por eles utilizada.

Ainda segundo Albuquerque (1998), para além do anteriormente exposto acresce o contributo dado, enquanto ligado aos serviços camarários, do lançamento e coordenação da uma obra, que ainda hoje é vista como um marco na cidade, a saber:

Em 1957, e segundo a 3ª entrevista (Ramalhete, 2013), os Caminhos de Ferro da Beira, consultaram a Câmara Municipal, com vista á nomeação de um arquitecto local para projectar a estação ferroviária. A proposta de Ramalhete foi a de constituir uma equipa com os três nomes mais importantes da cidade; Francisco Castro, Paulo Melo Sampaio e João Garizo do Carmo. Independentemente da existência de divergências profissionais e da difícil coexistência entre os três arquitectos convidados, a habilidade e inteligência de Bernardino Ramalhete levou a que a proposta fosse aceite.

Conforme atesta Albuquerque (1998) o ante projecto é entregue em 1959 e o projecto arranca um ano depois. A sua execução foi dividida em três partes, a gare com cobertura parabólica de Paulo Melo Sampaio; o edifício de escritórios da responsabilidade de Francisco Castro; e os Terminais de João Garizo do Carmo. A cobertura abobadada em arco parabólico da gare de Paulo Melo Sampaio, as caixas que saem lateralmente desta estrutura, o bloco paralelepipédico, com uma engenhosa solução de fachada que cria a ilusão de caixas sobrepostas separadas por vigas á vista, os acessos verticais separados num corpo autónomo, a extensa utilização de envidraçados e *brise-soleil* de Francisco Castro e os terminais de João Garizo do Camo, contribuem para que ela seja uma das maiores realizações do movimento moderno efectuada por arquitectos portugueses, nesta cidade.

Em 1960, após uma acesa discussão com o Presidente da Câmara, apresenta a demissão e começa a fase de actividade liberal, que irá durar até á sua saída da Beira em 1974, facto este atestado na 1ª e 3ª entrevista a Ramalhete (2013).

Imagem 52 e 53 - Estação de caminhos-de-ferro da Beira, 1959-1966, Francisco Castro, Paulo Melo Sampaio e João Garizo do Carmo, fotos de 2011 e 2009.
(http://www.panoramio.com/photo/73322078 e Magalhães, Gonçalves 2009, p.22)

No início da sua profissão liberal, e conforme descrito por Fernandes, Janeiro e Negreiros (2008), para além de se dedicar ao ensino no Liceu Pedro de Anaia durante 9 anos, dedica-se igualmente ao desenvolvimento do planeamento urbano sendo responsável pelos Planos Urbanos de Nampula, de António Endes (actual Angoche) e Vila Pery (actual Chiombo) iniciados em 1960 e concluídos em 1966.

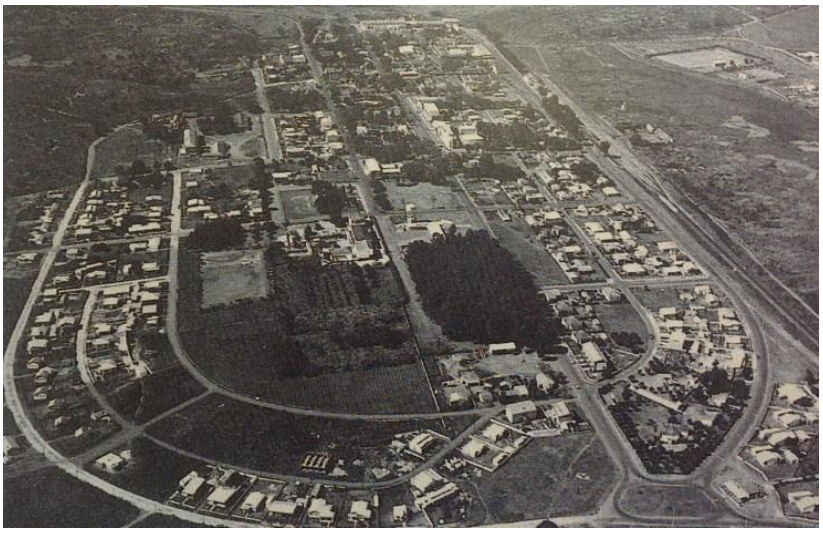


Imagem 54 – Vila Pery, Bernardino Ramalhete, 1960
(Loureiro, 2005, postal nº192)

Ramalhete, na 3ª entrevista (2013) indicia que orientou estes planos, independentemente de directivas existentes de sentido contrário, inserindo neles pormenores consonantes com o movimento moderno dotando os seus habitantes de melhores condições de vida amenizando eventuais diferenciações étnicas e rácicas. Segundo palavras do arquitecto na terceira entrevista:

(…) *Não há dúvida que racismo havia. Há uma coisa que também é verdade! Há um grupo enorme de arquitectos que trabalhavam em Maputo que iam visitar os negros e os brancos. Portanto esse problema nós percebíamo-lo mas não o praticávamos dessa maneira. Nos respeitávamos muito na medida em que isso poderia facilitar o conforto e contestávamos muito isso. (…)* (Ramalhete, 3ª entrevista, 09.09.2013)

Sobre a Igreja do Macuti, desenvolvida em pormenor no capítulo seguinte, o arquitecto relembrou que foi uma encomenda do Bispo D. Sebastião Soares de Reis. A solicitação do Bispo era o desenvolvimento de uma igreja que não tivesse altares laterias, muito á Suíça. Quando a obra terminou, a sua exclamação do Bispo foi: *"É esta! É esta a Igreja… é um bom armazém de missas!"* (Ramalhete, 1ª entrevista 2012)

Imagem 55 - Igreja do Macuti, Bernardino Ramalhete, 1961, foto de 2011. (http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=2488&with_photo_id=73359192&order=date_desc&user=5163038)

Em 1962 foi aberto um concurso para elaboração do projecto de simplificação das caixilharias da estação de caminhos-de-ferro da Beira. Dada a sua ligação anterior a este empreendimento, do qual ele afirma ser o "pai", concorreu, ganhou e elaborou-o. Na 3ª entrevista Ramalhete (2013) desabafou, com orgulho, que deixou nessa obra um pequeno contributo seu.

3. O G.A.U.D. Lda. - Gabinete de Arquitectura, Urbanismo e Design.

Conforme indicação de vários autores onde se inclui Albuquerque (1998) e Milheiro (J.A 2010) a fase mais prolífera de Bernardino Ramalhete começa quando, em 1962, se associa a Paulo Melo Sampaio e funda o G.A.U. – Gabinete de Arquitectura e Urbanismo, consequência de uma exigência para um financiamento bancário. Com a morte de Paulo Melo Sampaio no ano de 1967[5], em 1968 Eduardo Escudeiro Naia Marques torna-se seu sócio. O original G.A.U. passa a designar-se G.A.U.D – Gabinete de Arquitectura Urbanismo e Design Lda. transformando-se na maior empresa de arquitectura a projectar em Moçambique, empregando entre outros profissionais do sector oito arquitectos, seis engenheiros, dezasseis desenhadores, vários medidores orçamentistas e maquetista. Até ao seu encerramento em 1974, passam pelo escritório os arquitectos José Augusto Moreira, Fernando Condesso, José Pacheco, Leonor Figueira, João Bento de Almeida e António Janeira, e Emídio Simões. Alguns são recrutados na metrópole, outros estão radicados na cidade ou cumprem serviço militar em Moçambique.

Esta enorme máquina empreendedora, segundo os mesmos autores, surgiu como resposta ao aumento de procura resultante da injecção de capitais oriundos do Segundo Fundo de Fomento e funcionava no quarto andar do edifício da Associação Comercial na Praça do Município.

O que alimentava esta engrenagem, declarado por Ramalhete na 2ª entrevista (2012), era a uma componente de decoração de espaços, mais da responsabilidade do arquitecto Naia Marques. Fizeram 38 agência do Banco Pinto e Sotto Mayor, de quem Jorge Jardim era administrador geral, e que lhes trouxe prestígio.

Nesta óptica, e de acordo com o J.A. (2010), esta componente artística conduziu à colaboração com vários artistas plásticos salientando-se de entre eles, Malangatana Valente Ngwenya, que tem um mural na Casa de Cultura de Sofala, José Pádua ou António Quadros.

[5] Segundo Albuquerque (1998) é o último dos três arquitectos da geração do Congresso de 1948 a trabalhar na Beira, sendo o primeiro a regressar à metrópole dos nomes referidos Francisco Castro e de seguida João Garizo do Carmo.

Imagem 56 – Casa da Cultura de Sofala, Mural de Malangatana Valente Ngwenya, 1958, foto de 2011**.** (http://www.panoramio.com/photo/49689259).

O carácter de inovação estava também presente, e a exemplo disso, Naia Marques conta o episódio da inauguração de um painel que António Quadros executa para a agência do Commercial Bank of Malawi no Limbe, que data de 1970, no seu livro "*O que África me ensinou"* (2009):

> Entretanto, as obras entraram em acabamentos finais. Referirei, que á entrada do banco, num módulo criado para o efeito, coloquei um painel em *collage*, da autoria de António Quadros[6], que era uma beleza carregada de arte e simbolismo. Uma sinfonia de flores e frutos em explosão de sementes, aludindo a fertilidade inerente ao destino agrícola do Malawi, como só o António o sabia fazer. Não apetecia tirar os olhos dali. Jorge Jardim, que começou a visitar a obra motivado pelo agrado e surpresa que a transformação operada naquela espaço lhe teriam provocado, vendo o painel disse-me:
> - Arquitecto, gosto muito, mas receio que seja demais para o conservadorismo do presidente Banda. Acho melhor tapá-lo no dia da inauguração para que não tenhamos de arrancar!
> Fiquei surpreendido e tristíssimo, como é de calcular, e improvisei um cortinado que tapasse o painel, que serviu de pano de fundo à própria fotografia do presidente Banda, que me foi sugerido lá pôr.
> A inauguração foi cheia de popa e circunstância. No final, e antes de se retirar, Jorge Jardim apresentou-me ao presidente, que teria mostrado interesse em me conhecer. Quando me apertou a mão, puxou-me ligeiramente para si, dizendo-me à meia voz:
> - Não quer ficar no Malawi! Gostei muito do que aqui fez, só não gosto daquela cortina ali – e apontou para o «disfarce», quiçá adivinhando que estaria a encobrir algo que não lhe queríamos mostrar (…) (Marques, 2009, p.58 a 66)

Mais tarde o G.A.U.D é encarregue do desenvolvimento do Complexo do Banco Nacional do Malawi, que na 2ª entrevista Ramalhete (2012) proporcionada, refere que foi da sua inteira responsabilidade. Tratava-se de um enorme quarteirão de 90m x 90m que integrava, para além das instalações do banco, três torres de habitação. Este projecto ficou apenas em maquete e papel não tendo sido concretizado.

[6] António Augusto de Melo Lucena e Quadros

Os projectos distribuem-se entre os dois sócios numa enorme leque de programas desde empreendimentos turísticos, equipamentos escolares, e cultuais, clubes, blocos habitacionais, e estruturas industriais. Na 1ª entrevista Ramalhete (2012) transmitiu a ideia do peso deste *atelier* em Moçambique era tal ao ponto de quando a Profabril, grande empresa de arquitectura na metrópole, tomava conhecimento de que o G.A.U.D. se encontrava na corrida ao concurso, retirava a candidatura.

Conforme dito por Milheiro (J.A. 2010), por solicitação governamental, Bernardino Ramalhete realizou uma viagem de estudo a Inglaterra, Holanda e Portugal, que permite familiarizar-se com os princípios da UNESCO para edifícios prisionais. Os projectos de tribunais (Beira) e as penitenciárias de alta segurança (Vila Pery e Nampula), pese embora o facto de não terem sido construídos, com elevadas exigências programáticas, são resultado dessa viagem.

São ainda de sua autoria, também referido na mesma revista e pela mesma autora (2010), os edifícios Maria Fernandes (herdeiros José Piedade Fernandes, 1966), Piripiri (1967), Lopes Duarte (1968), o hotel na Ponta da Gêa (1969), as casas Francisco Branco (1968) e José Marim (1970), e a Associação Muçulmana (1971). Fora da cidade a Sede de Governo de Vila Pery (actual Chimoio) e a biblioteca municipal de Quelimane, desenvolvida em mais pormenor no capítulo seguinte. Podemos ainda salientar os projectos para fins industriais desenhados na região para a Textáfrica (escritórios, 1963), Sena Sugar e a central hidroeléctrica do Revuè, iniciada com Melo Sampaio e terminada no GAUD (Chicamba Real, 1970). Acrescentam-se outros projectos como o bairro social D. Sebastião de Resende e quatro moradias em banda para investimento, ambos na Beira (c. 1967) e ainda, na actual Av. Bagamoyo, com zona comercial no térreo e hotel nos pisos superiores, inicialmente habitação (1966-67), cujo projecto de estabilidade se deve ao engenheiro Moreno Ferreira.

Na pesquisa efectuada por Albuquerque (1998) Ramalhete estava ao corrente do que se passava no panorama internacional arquitectónico e às questões ligadas ao *Team* X. Nos projectos do prédio Piripiri (1964-67) e no edifício Maria Fernandes (1970), onde utiliza como composição de fachada corpos verticais oblíquos num embasamento de vidro, demostra uma intenção de fragmentação, deixando cair por terra o uso de grelhas ou *brise-soleil.*

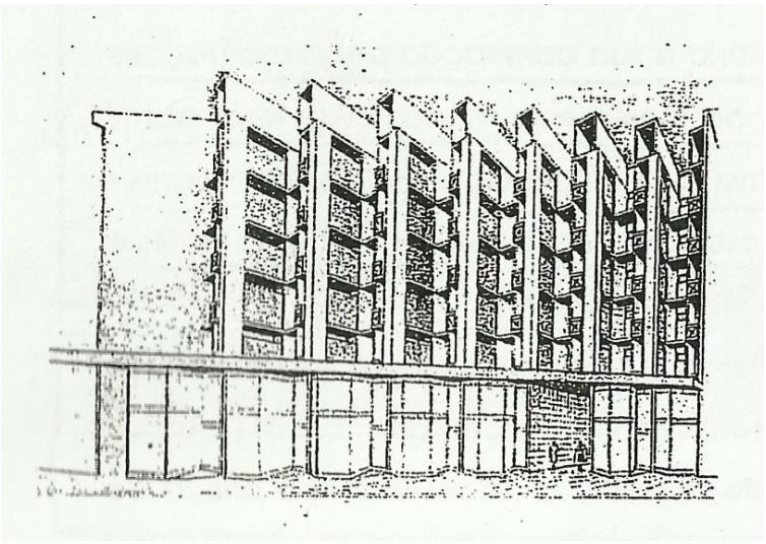


Imagem 57 e 58 – Prédio Piripiri e edifício Maria Fernandes, Bernardino Ramalhete, 1967 e 1970.
(Jornal dos arquitectos nº240, p.32 e Albuquerque, 1998, p.128)

Segundo o mesmo autor, estes corpos que se multiplicam, aparentemente autónomos na fachada, revelam uma recusa na própria identidade do objecto arquitectónico em si, preferindo o arquitecto introduzir uma diversidade de percepções sobre a fragmentação volumétrica. Essa característica poderá igualmente ser visível no Edifício Lopes Duarte que irá ser motivo de referência no capítulo seguinte. Com uma planta extremamente recortada, a sua composição axial na fachada principal é reforçada pela introdução de uma caixa de elevador exterior. Os últimos andares desenvolvem-se em dois pisos rematados por uma sucessão de coberturas inclinadas, que permite a criação de espaços diversos no último piso.

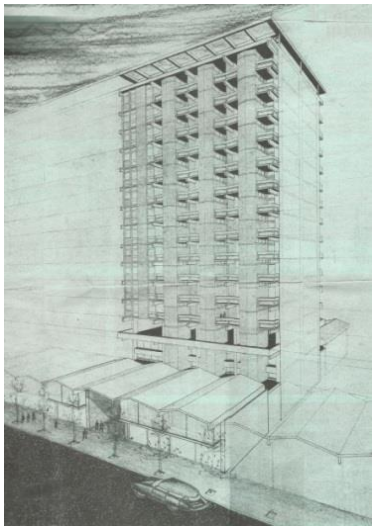


Imagem 59 e 60 – Edifício de Habitação, 1967, e Sede do Governo de Vila Pery (Chiombo), Bernardino Ramalhete, foto de 2011.
(Jornal dos arquitectos nº240, p. 37 e http://www.panoramio.com/photo/76996320)

A quando da extinção do G.A.U.D. e o regresso a Portugal em 1974, Bernardino Ramalhete foi reintegrado na administração local, sendo contratado pela Câmara Municipal de Lisboa, no Gabinete de Planeamento e Programação, onde estuda e propõe a criação da Área Metropolitana de Lisboa, colaborando entre outros com os arquitectos Filipe Lopes, Miguel Fonseca e Dr. Miguel Caetano, trabalho em conjunto com as Câmaras Municipais de Sintra, Oeiras, Cascais, Loures e Vila Franca de Xira. Em Outubro de 1975, assume a direcção das Operações SAAL Algarve e após a extinção destas, integra o corpo do Fundo de Fomento à Habitação. Passa ainda por várias autarquias, nomeadamente Cascais, Montijo, Almada e Sesimbra, onde é responsável pelo plano de reconversão da Quinta do Conde. (Papel de Parede 2011 p.BZ05)

De novo em regime de profissão liberal, criando o gabinete G.A.U.D.E, Lda., elabora projectos mantendo.se activo até ao seu encerramento no ano de 2011. Em 2005 escreve o manifesto "Isto é Arquitectura!" onde afirma: "*Devemos fazer o que os nossos antepassados já fizeram: uma obra reflectindo os autênticos valores da sua contemporaneidade."* (Papel de Parede 2011 p.BZ05)

Infelizmente, e atestado na primeira entrevista (2012), com a independência das Colónias o espólio do G.AU.D. acaba por desaparecer, restando actualmente pouca documentação relativa aos projectos a seu cargo. Segundo o próprio arquitecto é provável que algum desse espólio se encontre no arquivo da Câmara Municipal da Beira, levado pelo arquitecto Fernando Condesso para esse departamento. No entanto não deixa de ser assombroso que o G.A.U.D, em 12 anos de existência, tenha sido responsável por mais de 1.000 projectos.

4. As considerações pessoais e as obras.

(…) *Nós somos livres e podemos fazer estas coisas porque somos livres! (…)*

In Segunda Entrevista a Bernardino Ramalhete 23.11.2013

Dando continuidade à caracterização da personagem de Bernardino Ramalhete, e abraçando a complicada tarefa de compreender quem é o homem por traz da obra, as entrevistas que foram sendo realizadas, apesar do carácter da terceira entrevista não ter atingido o seu objectivo pelas razões já expostas na introdução, revelaram-se cruciais não só no entendimento passado e actual daquilo que é a arquitectura, como no seu pensamento arquitectónico.

Antes de mais, e numa tentativa de desmistificar as influências retratadas por alguns autores, como o *neo - liberty* italiano ou o brutalismo, Bernardino Ramalhete afirma que não se filia em qualquer conceito. A sua arquitectura é a sua arquitectura, "*(…) é actual! Com materiais actuais, com conhecimentos actuais e com a minha maneira de ser que também vai mudando, daí não se perceber muito bem como é que eu fiz uma Igreja de Macuti e a seguir faço uma obra que considero a melhor de todas que é a Biblioteca de Quelimane… Essa aí é uma obra pequenina mas onde pus tudo, absolutamente tudo que eu achava que seria a arquitectura em África para aquele efeito."* (2ª entrevista, Ramalhete 2012)

Sobre o que define o arquitecto Bernardino Ramalhete parece existir uma dupla opinião. A do Ramalhete visto pelo próprio arquitecto e o Ramalhete visto pelos outros. O visto pelos outros espanta-o por ser bastante positiva. Quanto á sua considera que navega um pouco entre o misto de saber que fez alguma coisa de útil e de importante, quer para a sociedade geral que serviu quer para a própria arquitectura da época, e a insegurança da sua importância. Vê-se antes como um crédulo, um ingénuo, acreditando no seu valor por outros terem muito insistido e batalhado com ele. *"Tenho sempre muitos problemas quando me encomendam ai qualquer coisa… eu fico a tremer… quer dizer… "vou ser capaz? Não vou ser capaz? Como é que vai ser?" Tenho muitas dúvidas. Eu acho que é bom por um lado porque anodiza a consciência."* (2ª entrevista, Ramalhete 2012)

A quando da 2ª entrevista a Ramalhete (2012), apesar de ser notória a sua admiração pelas realizações dos grandes Mestres do Movimento Moderno, Mies van der Rohe, Le Corbusier e Walter Gropius, as suas obras sempre revelaram uma forte influência de algumas recentes correntes europeias, que vinham de Inglaterra e Itália ou mesmo do Team X. Mies irá funcionar, sobretudo, como exemplo de pureza, da composição da filosofia perante os problemas da arquitectura e da sua resolução. Le Corbusier por exemplo, e se quisermos aprofundar um pouco a questão tem a sua a influência na biblioteca de Quelimane com o uso do betão à vista. Hoje esta biblioteca perde o seu aspecto bruto, procurado pelo arquitecto, por estar pintada de azul, facto que o deixou admirado, e talvez um pouco arreliado.

Na mesma entrevista refere que será muito possivelmente por isso que o confundam, ou que o tentem inserir, na corrente do movimento brutalista. Quando com ele se aprofundou a questão, levanta a possibilidade de que o dito brutalismo seja um afloramento da sua timidez, uma forma de a compensar. Essa característica está patente na Igreja do Macuti sem ainda hoje conseguir dar respostas ao facto de ter tido a coragem de misturar tanta coisa no mesmo exemplar.

Quando questionado sobre essa mistura de influências, em especial a torre do campanário, que tanta discussão criou pela suposta correlação com o brutalismo, o arquitecto entre risos respondeu, de uma forma que remete para algo bem mais simples, directamente ligada ao funcionalismo: *"Não! Eu só queria chegar ao sino!"* (3ª entrevista, Ramalhete, 2013)

Durante a 1ª entrevista (Ramalhete,2012), transmitiu, com uma ponta de vaidade, que pensava que ia ensinar muito quando se apercebeu que iria aprender ainda mais com os colegas que já lá estavam. Quem mais lhe ensinou foi o arquitecto Paulo Melo Sampaio, que o considerava um amigo, apesar de terem ideias diferentes e defenderem ideais diferentes.

O contributo que considera que a sua geração deu à arquitectura foi a liberdade que sempre se denotou em todas as manifestações reais de obra, muito fortemente da sua. Com uma expressão entusiástica numa das entrevistas chega mesmo a afirmar que a mensagem que se generalizou e que foi passada pelas obras, quer dos seus colegas quer das suas era:

(…) *"Nós somos livres e podemos fazer estas coisas porque somos livres! Isso explica o Macuti, quando não aparece um sujeito administrativo a dizer assim, não gosto porque é muito feio, muito moderno… não apareceu, aceitou, era aquilo tem uma força muito grande essa ânsia da liberdade!"* (2ª entrevista, Ramalhete, 2012)

A figura do arquitecto em Moçambique estava altamente prestigiada, havendo um certo orgulho em quem investia na classe, e sendo uma sociedade revolucionária permitiu uma série de situações que na metrópole seriam impensáveis. Assim quando era colocado um problema ao arquitecto Bernardino Ramalhete, esclareceu, na 3ª entrevista (Ramalhete, 2013) que a sua atitude era a de que iria sair uma obra que, em termos de arquitectura, era revolucionária.

A sua preocupação central era o uso que aquela obra revolucionária iria ter. Na 2ª entrevista (Ramalhete, 2012) e segundo um conceito que não considera seu, mas que já escreveu sobre ele, não é arquitectura aquele edifício que foi projectado para aquela actividade, e que depois é adulterado e transformado noutra actividade. A sua definição de arquitectura centra-se no conceito de que há um programa, há um projecto, há uma construção, depois o uso é aquele para o qual foi concebido.

Outras características que poderão definir a sua produção arquitectónica é a utilização das diferentes formas de expressão artística vistas como um todo, porque para ele a arte não se dissocia do resto do edifico, princípio de um pensamento moderno e que foi inteligentemente utilizado pelos arquitectos das colónias. A luz era sempre vista como um factor importante sendo a base de todos os seus projectos, assim como a influência do betão e do vidro. A sua obra nasce nos pormenores ao som dos acontecimentos e quanto mais tempo a obra demorasse pior. Na altura de construir ou desconstruir uma ideia não dissocia a forma da função, *(…) Por exemplo, toda aquela frente da igreja (Macuti) constituída pelo campanário, a silhueta do corpo da igreja, a grelha da frente, está ligado ao suporte da cruz e isso é um todo que foi desenhado, redesenhado, experimentado, ate que cheguei a uma altura em que não pude desenhar mais. Era um pouco isso, as minhas obras empurram muito o passado para o presente, sou empurrado.*" (3ª entrevista, Ramalhete 2013)

Numa altura em que as formas orgânicas da arquitectura brasileira eram recorrentes, Bernardino Ramalhete era vítima do quadrado e do rectângulo de ouro, considerando-o um anjo da guarda e o seu suporte. Na mesma entrevista referenciada anteriormente, explica que esta recorrência à forma do quadrado está intimamente ligada ao medo de falhar, medo que pensa ser necessário por vezes para contornar uma ideia, e com a segurança que essa forma lhe transmitia, já testada e consolidada como uma boa promoção de forma e de desenho.

Não se considera um construtor de consensos tendo tomado claras posições de contestação, algumas muito fortes, como na altura em que foi assessor da família Espírito Santo na Quinta do Peru em que, na defesa dos seus valores, impôs a sua vontade dizendo que ou era como ele queria ou deixaria o seu cargo, acendendo o rastilho que iria servir para escrever o manifesto "Isto é arquitectura!" no ano de 2005 e que pode ser consultado em anexo. (3ª entrevista, Ramalhete 2013)

Mas acima de tudo define-se como sendo um arquitecto africano salientando sempre a liberdade de expressão que aquele continente lhe proporcionou, quer como arquitecto quer como pessoa. (3ª entrevista, Ramalhete 2013)

Correndo o risco de repetição, a tarefa de inventariar o espólio das suas obras é árdua e complicada. A parca existência de elementos faz com que apenas nos possamos resumir ao que não foi destruído pela guerra, não diminuindo a sua presença e a sua importância. Conforme transmitido na 2ª entrevista por Ramalhete (2012) ir-se-ão destacar duas obras que, ainda hoje, são por ele consideradas como das mais importantes. A igreja

do Macuti e a Biblioteca do Quelimane. Pareceu ser pertinente, por ser referido por vários autores, também destacar aqui o edifício Lopes Duarte pela sua forma peculiar. Apesar do arquitecto o considerar "o seu disparate", é mostra de um percurso onde se denota várias linhas de pensamento que sempre tentou aplicar nos seus projectos, nas diferentes fases da sua carreira.

A Igreja do Macuti (1961)

Quando o Bispo D. Sebastião José dos Reis, ao ver a igreja a denominou "armazém de missas", essa expressão representou para Bernardino Ramalhete, a convicção de que tinha conseguido responder a todos os requisitos do cliente e do programa. Foi igualmente o único projecto de que tem memória onde não existiu projecto inicial, partindo apenas de esboços e uma ideia. *(…) A igreja do Macuti não foi pensada no seu todo como ela lá está, a praça, onde se iria colocar o campanário, a altura daquelas coisas todas, como é que ia funcionar, tudo isto ia sendo resolvido."* (3ª entrevista, Ramalhete 2013)

Na sua ideia inicial de concepção, debateu-se com o facto de ser uma enorme frente de praça que teria de rematar com uma igreja, num total de 1500 m2. Acabou por a resolver da seguinte forma "(…) *É fácil! Ponho ali a igreja, ponho ali uma cruz o corpo do edifico fica a meio, uno isto com uma parede e pronto… está feito! Foi assim que nasceu (…)* (1ª entrevista, Ramalhete, 2012)

Segundo relatado na terceira entrevista (2013) o projecto, foi sendo alterado à medida que ia avançando, a título de exemplo, a torre era para ter 16 metros de altura e acabou por ficar com 36 metros, isso decidido em obra o que deixou o engenheiro um pouco desnorteado porque já tinha os cálculos todos preparados para a ideia inicial.

Segundo a discrição de Albuquerque (1998), num primeiro plano a fachada principal é constituída por uma expressiva grelha de betão rematada por uma gigantesca cruz, com uma dupla função de cenário para o adro e de biombo para uma espécie de nártex com acesso automóvel. O conjunto é terminado pelo campanário, unido à igreja através de um pórtico, ambos os elementos em betão, que em conjunto com a igreja conferem um carácter monumental à praça fronteiriça. A estrutura espacial da igreja é de salão sendo que no interior, a cobertura de betão aparente da nave, aparente preenchida por alvenaria de tijolo de burro, é preenchida com painéis de madeira e vitrais coloridos. A cobertura abobadada em chapa de zinco é autónoma, apoiando-se em pilares metálicos exteriores.

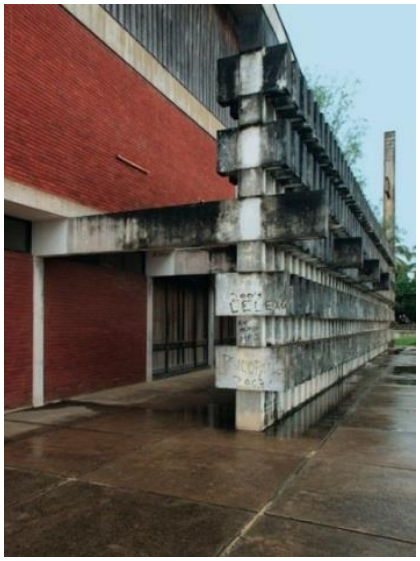


Imagem 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67 - Vistas gerais, torre, escadas laterais, entrada e interiores, Igreja do Macuti, Bernardino Ramalhete, 1961, fotos de 2011 e 2012.
(http://www.panoramio.com/photo/2363930; http://www.panoramio.com/photo/73245880; http://www.panoramio.com/photo/86839514; http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=2487&with_photo_id=73359197&order=date_desc&user=5163038; http://www.panoramio.com/photo/73272128; http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=4&with_photo_id=84225915&order=date_desc&user=7345537; http://www.panoramio.com/photo/73272118,)

Segundo o mesmo autor, todos os elementos litúrgicos estão dispostos autonomamente, com os confessionários e dois altares na parede norte, e o altar-mor ligeiramente sobreelevado num pódio. A sacristia é cercada por um plano sinuoso no altar-mor que o separa deste espaço. Toda esta zona mais central da igreja está coberta por uma estrutura reticulada suspensa.

Podemos aqui denotar a recorrência a elementos formais do período moderno, o uso da grelha, o betão, o enfoque na luz e a cobertura abobadada, embora convenha reforçar a ideia de que o arquitecto Bernardino Ramalhete se insere no estilo moderno não se identificando numa específica.

Esta original e elegante obra, onde ficaram a faltar as esculturas dos macondes, com a sua grelha modulada, cobertura em curva e uma estrutural torre sineira destacada do conjunto, hoje é recordada pelo arquitecto Bernardino Ramalhete (2ª entrevista, 2013) como uma homenagem à sua criatividade.

A Biblioteca de Quelimane

Considerada pelo arquitecto como uma obra que se filia numa forma muito especial de entender a arquitectura, esta biblioteca resulta de um concurso quase relâmpago.

Regressado de uma viagem á Europa com um dos Juízes do sistema Judicial, com o intuito de pesquisar e de se informar como funcionavam as prisões da UNESCO o arquitecto Bernardino Ramalhete encarrega-se de se inteirar do programa e em apenas 10 dias entrega pessoalmente o projecto.

Segundo o próprio arquitecto "*(…) foi extremamente espontâneo, rápido, não houve amadurecimento de ideias, nada, havia um programa que eu executei o melhor possível, respeitando-o e formalmente nasce ali uma coisinha que eu considero uma preciosidade, muito bonita, muito eficaz, se não fosse uma biblioteca mesmo a funcionar não era arquitectura, era outra coisa qualquer."* (2ª entrevista, Ramalhete 23.11.2013)

O grande dilema da biblioteca foi a sala de leitura que acabou por ser resolvido de uma forma curiosa. Segundo o arquitecto, e referido na mesma entrevista, o local onde se pratica o acto de leitura tem de proporcionar calma, não perturbação, sem ser fechado ao ponto de criar angústia. A questão foi resolvida com uns jardins em frente às janelas protegidos por uma grelha que simbolizava a separação exterior da vida da cidade.

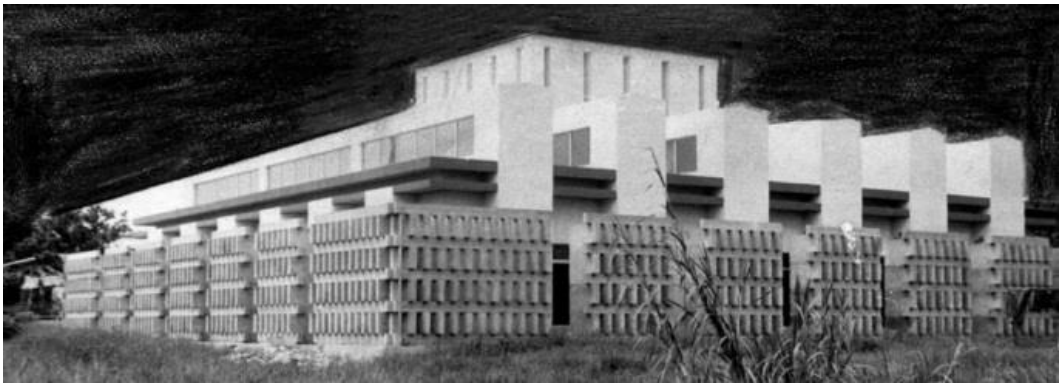


Imagem 68 – Biblioteca Quelimane, Bernardino Ramalhete, 1968.
(Jornal Ordem dos Arquitectos Edição 240, p.36)

Imagem 69 - Biblioteca Quelimane, Bernardino Ramalhete, 1968, foto de 2012
(http://www.panoramio.com/photo/6380790)

Os módulos repetem-se e a grelha perfurada com os seus pequenos jardins exteriores, integrava o indivíduo numa relação interior/exterior sem nunca perder a sensação de tranquilidade. A intimidade de cumprir o programa e os aspectos formais buscaram o quadrado perfeito. A cultura sempre tinha sido perseguida pela direita e esse aspecto formal está intimamente ligado a este pensamento, uma biblioteca que protegesse dos ataques exteriores *(…) quer dizer "aqui não me toquem! Aqui passa-se qualquer coisa de diferente! Há livros, há ideias, há uma série de coisas que é preciso respeitar! Portanto a fortaleza a justificação de acabar bruto, daquele ar bruto! Agressivo para fora porque por dentro não!"* (2ª entrevista, Ramalhete, 2012)

O edifício Lopes Duarte. (1968)

Esta obra é aqui mencionada com o intuito de mostrar uma evolução de um pensamento e de uma nova abordagem na procura de um sentido identitário. Esta fase é igualmente caracterizada pela imensa pressão a que Bernardino Ramalhete estava sujeito pela enorme quantidade de encomendas que o G.A.U.D. tinha a seu cargo, no entanto a sua

necessidade de liberdade de expressão, volta aqui a ser a principal característica. Albuquerque (1998) no seu trabalho sobre o levantamento da arquitectura moderna em Moçambique menciona-a como sendo representativa de uma reinterpretação formal que se adapta a uma nova realidade. Reforçando esta ideia aqui podem constatar-se algumas influências do *Team X*.

Segundo o mesmo autor a composição axial da fachada é aqui reforçada pela introdução de uma casa de elevador exterior e a sua planta é extremamente recortada. Os últimos andares desenvolvem-se em dois pisos rematados por uma sucessão de coberturas inclinadas, que permite a criação de espaços diversos no último piso.

Imagem 70 e 71 - Edifício Lopes Duarte, Bernardino Ramalhete, 1968, foto de 2011.
(http://www.panoramio.com/photo/84225487 e http://www.panoramio.com/photo/84225444),

As três entrevistas realizadas proporcionaram a recolha de elementos importantes, no fundo, e em função do tempo que restou, não foi possível uma análise mais aprofundada, optando-se por se fazer um exame mais analítico e descritivo.

Resumindo o seu percurso, Bernardino Ramalhete já procurava um caminho único na sua arquitectura e na sua forma de a exprimir quando entrou na Câmara Municipal do Porto. A sua apetência e gosto pela vertente urbana conheceu aqui o seu início, procurando sempre dotar o meio em que se inseria de melhores condições de vida atendendo assim a sociedade que o rodeava. Inconscientemente foi a Câmara Municipal do Porto que lhe abriu as portas para uma nova fase da sua carreira, numa aventura que iria durar dezassete anos.

Na Beira, longe dos convencionalismos formais estabelecidos por um estado ditatorial, conseguiu o que mais ansiava para a sua obra, a liberdade de expressão, já patente no Porto, proclamando-a como característica essencial da sua geração. Apesar da sua insegurança, esta liberdade deu-lhe a confiança de procurar sempre mais, e de ir sempre mais além.

A sua participação aqui, como arquitecto e como urbanista, revelou o cuidado que sempre teve perante a sociedade e perante a obra. A de mostrar que, com compromisso e empenho, o poder do pensamento pode efectivamente mudar muita coisa.

Nesta busca e procura, Bernardino Ramalhete raras vezes recuava para fazer correcções a um projecto "(…) *aquilo foi por ali fora e eu acho isso notável, perante mim mesmo, não é perante mais ninguém, a tal insegurança que eu tinha (..) dá-me segurança como arquitecto… sei para onde vou e sei onde estou agora."* (2ª entrevista, Ramalhete, 2013).

NOTAS CONCLUSIVAS

Na conclusão desta investigação, uma primeira observação a relevar será o facto de, em Portugal, a problemática da arquitectura moderna colonial ter merecido a devida atenção um pouco tardiamente Esta pesquisa pretende explorar e alimentar esse filão, dando um pequeno passo nesse sentido.

Poderemos igualmente afirmar que, na segunda metade do século XX e pelo menos até á revolução de 1974, existiu uma extensa e qualificada produção arquitectónica que teve como autores arquitectos formados, na sua maioria, em Portugal. A forma como estes arquitectos encararam a liberdade de expressão nas colónias mostra o potencial de uma geração que, embora tardiamente, produziu das melhores obras conhecidas do período moderno.

Da pesquisa realizada confirma-se a hipótese de que Moçambique e, mais concretamente, a Beira possuem exemplares que representam uma parte importante da história da arquitectura portuguesa. Os seus actores, no seu espírito revolucionário e aventureiro, souberam procurar e dar respostas a uma arquitectura única, dita de tropical, num contexto internacional.

Quanto à segunda hipótese, que ocupou a centro da nossa problemática, poderemos afirmar que o arquitecto Bernardino Ramalhete foi um personagem marcante como produtor de dispositivos, quer a nível de arquitectura (processos construtivos e elementos estéticos), quer a nível de planeamento urbano.

Na verdade o personagem central e objecto desta pesquisa estruturou e organizou o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal da Beira. Foi responsável, como impulsionador e coordenador, enquanto arquitecto à frente desses serviços, por um dos mais belos exemplares de arquitectura moderna nessa cidade: a estação de caminhos-de-ferro. Elaborou uma série de planos urbanos, tendo em conta o respeito pela sociedade local. E, por último mas não menos importante, influenciou fortemente a arquitectura da época, ao tornar-se sócio do maior gabinete que a zona Norte de Moçambique conheceu, o G.A.U.D., organismo que, mesmo com a afluência de trabalho e a pressão a que estava sujeito, não deixa de nos surpreender com a sua enorme produção, num tão curto período de tempo. Apesar de reclamar a obra isenta de influências e de ser sua, poderemos identificar nela diferentes vertentes e pensamentos arquitectónicos, desde o movimento moderno às problemáticas da contestação dos CIAM e recorrente tema dos *Team X* e da sua procura historicista.

A este propósito terá todo o cabimento retomar aqui o texto apresentado em epígrafe. De facto, o que poderá melhor definir Bernardino Ramalhete é uma expressão de Paulo Varela Gomes utilizada no seu manifesto "Isto é arquitectura!". Aí se afirma que a arquitectura hoje está remetida para o terreno da cultura e da filosofia útil, não daquela que poderá vir a transformar o mundo, mas que a transforma num modo de pensar. E Bernardino Ramalhete transformou o seu modo de pensar não se deixando guiar por modas ou influências, sem se inserir directamente ou na totalidade neste ou naquele estilo, traduzindo-o na sua vasta produção de uma forma única e peculiar.

Arquitecto do seu tempo, Bernardino Ramalhete participou, activa e envolvidamente, no quotidiano da vida urbana, quer da Beira quer um pouco por todo o território moçambicano, procurando contribuir para a melhoria e qualificação do meio em que se inseriu. Com sentido cívico, capacidade de inserção de equipa e consciente propósito político, actuou na sua área de trabalho e dignificou-o no possível.

Como foi dito na Introdução, importa salientar que, por falta de tempo e, sobretudo, por ultrapassar o âmbito desta dissertação, não se abordou explicitamente a questão de se saber o que fazer para salvar os melhores e mais representativos exemplares planeados e edificados por arquitectos portugueses nas ex-colónias. Será de esperar que com pesquisas como esta se possa contribuir para a sensibilização do meio científico e abrir caminho para que uma estratégia a nível dos respectivos Estados seja acordada para a sua preservação. Há que ter em conta que o período temporal em que a arquitectura moderna nas ex-colónias se desenvolveu foi muito curto, não havendo ainda espaço para uma tomada de posição clara quanto á sua preservação. Mas parece ficar claro que, apesar de tudo, essas medidas e essas estratégias revestem-se de um carácter urgente e decisivo.

Com efeito, poderá ser dito o seguinte quanto a este assunto. A dificuldade na recolha de dados ao longo da investigação desta investigação prova a urgência desse debate. Muitos dos que fizeram parte deste período da história da arquitectura moderna neste continente, como o caso do Arquitecto Bernardino Ramalhete objecto desta dissertação, irão desaparecer em definitivo e o que hoje ainda é uma arquitectura desconhecida, poderá tornar-se-á irrevogavelmente perdida para futuras gerações, que terão ainda mais dificuldade em compreender e recolher dados sobre a arquitectura colonial.

Por outro lado, terminada a guerra, Moçambique iniciou um novo período na sua história, que começa a ser caracterizado por um forte crescimento económico e rápido desenvolvimento urbano. Este contexto de modernização pode constituir uma ameaça para o valor deste património. Daí que somente investigações, análises, pesquisas e debates

aprofundados poderão dar-nos indicações de quais os elementos mais marcantes que poderão reflectir o seu valor no quadro de uma arquitectura internacional adequada a um contexto tropical e, na impossibilidade da salvaguarda total deste património identificar, pelo menos, quais os exemplares mais relevantes deste tipo de arquitectura para que se possa proceder à sua recuperação.

Mesmo a terminar estas notas conclusivas, poderemos dizer que este trabalho levantou uma parca parcela do que ainda se poderá vir a descobrir. Se por um lado, fez com que a perspectiva do movimento moderno em Portugal não se limitasse apenas ao continente e se estendesse às antigas colónias ultramarinas, por outro lado, fica uma sensação de que, à medida que a investigação ia correndo, havia mais a explorar. Fica o propósito de prosseguir esta temática e explorar ainda mais as entrevistas realizadas ao arquitecto Bernardino Ramalhete. Não se exclui mesmo a possibilidade de obtenção de meios indispensáveis para realizar uma viagem a Moçambique, à Beira mais concretamente, com o intuito de inventariar com mais pormenor algumas das obras atrás referenciadas e perceber efectivamente se o espólio do maior gabinete que Moçambique conheceu, sob alçada do governo português, está irremediavelmente perdido.

Por último, como nota pessoal, gostaria de salientar que esta investigação, para além de permitir um enriquecimento pessoal, constituiu um momento forte de crescimento intelectual e de uma transformação pessoal. A possibilidade de estar pessoalmente com o arquitecto Bernardino Ramalhete foi, de certa forma, revigorante e ao mesmo tempo assustadora. Revigorante porque me foi dada a excelente oportunidade de estar, frente a frente, com alguém que foi interveniente activo numa série de importantes mudanças que nos permitiram a nós, futuras gerações de arquitectos, uma liberdade de expressão sem limites. Assustador, por deparar com a minha ignorância sobre parte da nossa história. Por perceber que precisamos de uma vida de incertezas para encontrar as nossas opiniões e seguranças.

Este enriquecimento e transformação pessoal e crescimento intelectual ajudaram-me a ver mais além do sentido óbvio das palavras, a ter consciência do sentido crítico necessário a interpretações, a questionar e a procurar respostas, a não aceitar o que parece ser um dado adquirido e a abrir a mente a uma série de possibilidades que me permitam procurar, investigar e dar uma resposta.

De facto, esta pesquisa, para mim, não significou o final de algo, mas o começo e a abertura de portas para um mundo que, até há pouco mais de um ano, me era totalmente desconhecido.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2011) - Objecto Urbano em espaço Rural, *Papel de Parede nº 9,Outubro, Ramalhete*.

ALBUQUERQUE, António Manuel da Silva e Souza (1998) - *Arquitectura Moderna em Moçambique. Inquérito à produção arquitectónica em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos do império colonial português 1949-1974*, Coimbra Prova Final, Departamento de Arquitectura FCTUC.

AGUIAR, Armando de (1954) – *O mundo que os portugueses criaram*: Empresa nacional de publicidade;

ALMEIDA, Sandra Cristina de Jesus Vaz Costa Marques de (2009) – *O País a Régua e Esquadro – Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

ANTUNES, José Freire (1980) - *O império com pés de barro, colonização e descolonização: as ideologias de Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

ARNAUT, Luiz (1927) - *Acta geral redigida na conferência de Berlim em 26 de Fevereiro de 1885*, Universidade Geral de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Disciplina: História Contemporânea, Textos e Documentos.

BERMUDES, Fernando (1970) - *A cidade da Beira (Moçambique),* Lisboa, Olisipo, Editorial de publicações turísticas.

CALADO, Cátia; SIMÃO, João (2002) - *A revolução Industrial* – HMC (fonte **http://simaocc.home.sapo.pt/apontamentos/ri.pdf** Sábado 26 de Abri 2013 às 14h e 30m

CAPELA, José Donas (1957) - *Senhores e Escravos,* Porto, Afrontamento, Fundação Calouste Gulbenkian

CHOAY, Françoise (2000) – *O urbanismo*, Editora Perspectiva S.A.

COSTA, Francisco (1932) - *Urbanização da Cidade da Beira*, Arquitectura Revista Mensal, nº24, Abril, p.134/135

COSTA, Capitão Mário Costa (1939) - *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, Origens da Cidade de Beira,* Separata do nº40, 9 Setembro

FERNANDES, José Manuel (2009) - *Geração Africana – Arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925 – 1975*, 2ª Edição, Livros Horizonte.

FERNANDES, José Manuel (1990) - *A arquitectura entre o modernismo e o nacionalismo*, in REIS, António [direcção], Portugal Contemporâneo, volume IV, Lisboa, Publicações Alfa

FERNANDES, José Manuel (1999) - *Para o Estudo da Arquitectura e do Urbanismo no espaço ultramarino português, no século XX* – alguns temas sobre Angola e Moçambique, Candidatura a Provas de Agregação, Lisboa: FA-UTL;

FERNANDES, José Manuel (2006) *Arquitectos do século XX - da tradição à modernidade*, Casal de Cambra, Caleidoscópio;

FERNANDES, José Manuel (2011) - *África: Arquitectura e Urbanismo de matriz portuguesa*, Lisboa, Caleidoscópio;

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; NEVES, Olga Iglésias, (2008) - *Moçambique 1985/1975 – Cidades, território e arquitecturas,* Edição de Autor, Lisboa, Publicação Livros Horizonte.

FERNANDES, Sérgio (1985) - *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, Porto, 2ª edição, Publicações FAUP;

FERNANDES, José Manuel (2005) – *A arquitectura moderna em Portugal nos anos 1930-1940 – Do modernismo ao Estado Novo: Heranças, conflitos e conceitos*, V Congresso Docomomo, p. 60-67.

FERREIRA, André Faria (2008) - *Obras Públicas em Moçambique – inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

GONÇALVES, José Fernando (2002) – *Ser ou não ser moderno, eld|arq* – Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC.

GOITIA, Fernando Chueca Goitia (1982) - *Breve História do Urbanismo*, Editorial Presença Lda., Lisboa

LAINS, Luís (1998) – *Causas do Colonialismo em África 1822-1975*, Análise Social, vol. xxxiii (146-147), (2.°-3.°), 463-496. (fonte: **http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221843624G2dSJ5nf7Oj14YK5.pdf,** Sábado 12 de Janeiro 2013, às 11h e 00m)

LEAL, Ernesto C. (2001) - *Modernistas Portugueses – A grande guerra e a Europa*, *Revista Cogitationes,* (ISSN 2177-6946) Vol. II, nº 5 (ago.-nov.): pp. 4-17. (fonte: **http://www.cogitationes.org/index.php/article/modernistas-portugueses-grande-guerra-europa-1915-1935** Sábado dia 26.Abril.2013 às 14h e 30m)

LOUREIRO, João (2005) – *Memórias de Moçambique* - Publicações Oriente, 2ª Edição, Lisboa

MAGALHÂES, Ana; GONÇALVES, Inês (2009) *Moderno Tropical – Arquitectura em Angola e Moçambique 1948 – 1975,* Lisboa*,* Tinta-da-china.

MAGALHÂES, Ana (2012) – *Estação de Caminhos de Ferro da Beira: Apogeu e declínio do movimento moderno em Moçambique, Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, IICT- JBT, Palácio dos Condes da Calheta, Lisboa, 24-26 de Outubro, Lisboa. (fonte: **http://2012congressomz.files.wordpress.com/2012/08/anamagalhc3a3es-final.pdf,** Sexta -feira, dia 05 de Maio de 2013, às 20h: 00)

MARQUES, Eduardo Escudeiro da Naia (2009) - *O que África me ensinou*, Lisboa, Pedra da Lua, Artes Letras e Ofícios. SA;

MARTINS, Ana Silva (2006) - *O Movimento Modernista em Portugal: Uma Síntese de Tendências,* (fonte: **http://ha2sem3.blogs.sapo.pt/858.html** 22 de Abril 2006*, às* 16H 30)

MILHEIRO, Ana Vaz (2010) - *Bernardino Ramalhete e Eduardo Naia Marques, Os arquitectos da opção empresarial*, Jornal dos Arquitectos nº 240, Agosto Setembro, pp. 32-36.

MATTOSO, José (2011) - *Património de origem Portuguesa: Arquitectura e Urbanismo,* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (3 volumes);

MENDES, Maria Clara (1985) - *Maputo antes da independência, geografia de uma cidade colonial, Lisboa*, Instituto de Investigação Científica e Tropical.

MILHEIRO, Ana Vaz (1998) - *Territórios de Sonho para a Arquitectura Portuguesa, Modelos e Miscigenação*, in AAVV, Urbanidade e Património, Lisboa: IGAPHE, URBE, p.19-41;

MILHEIRO, Ana Vaz (2008) - *As coisas não são o que parecem que são*. in Opúsculo 15 - Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura, Novembro, Porto, Dafne Editora;

MILHEIRO, Ana Vaz (2008) – *Relações entre os arquitectos portugueses e Le Corbusier. Reflexos da Arquitectura corbusiana nos territórios das antigas colónias portuguesas,* Arq./a nº 59 – 60, Julho / Agosto, p. 40-45;

MILHEIRO, Ana Vaz (2009) - *Experiências em Concreto Armado na África Portuguesa: Influências do Brasil*", in *Pós* – Revista do Programa de Pós-Graduação e Urbanismo da FAUUSP, 24 Janeiro;

MILHEIRO, Ana Vaz (2012) – *Nos trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura luso-africana no Estado Novo*, Lisboa, Relógio D'Água Editores.

MORAIS, João Sousa (2001) - *Maputo, Património da Estrutura e Forma Urbana, Topologia do Lugar*. Lisboa: Livros Horizonte;

PEREIRA Alberto Feliciano Marques (1966) - *Escultura, Arquitectura e outros valores Artísticos dos Séculos XIX e XX. Obras de Arte de Engenharia em Moçambique, Separata da obra A Arte e a Natureza em Moçambique*, Bertrand, Lisboa;

RODRIGUES, Eugénia (2002) - *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa nos séculos XVII e XVIII,* Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2011) - *Portugal ensaio contra a autoflagelação*, Maio, Edições Almedina S.A.

SIMÕES, João (1948) - *A Profissão de Arquitecto nas Colónias*, in: Sindicato Nacional dos Arquitectos, Actas do I Congresso de Arquitectura, Lisboa: SNA, p. 147-150;

SIMÕES, João (1989) - João Simões: uma serenidade objectiva, Jornal Arquitectos, 77-78, Julho/Agosto, p. 7-11;

SOMMA, Isabelle (2006) - *Partilha de África*, Portal São Francisco (fonte: **http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/africa-do-sul/partilha-da-africa.php** Segunda, 26 de Abril 2013 às 20h e 30m)

TOSTÕES, Ana (2004) – *Construção moderna: as grandes mudanças do século XX*, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, História Económica, Tecnologia e Sociedade, 04 e 05 de Junho, Tema 1: A evolução dos materiais, tecnologias de construção e urbanismo, Lisboa. (fonte; **http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/,** Sábado dia 26.Abril.2013 às 14h e 30m)

TOSTÔES, Ana (1997) - Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50, FAUP Publicações.

TORGAL, Luís (2004) – *O modernismo Português na formação do Estado Novo. António Ferro e a semana de Arte Moderna de São Paulo. Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos,* Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 1085 – 1102 (fonte: **http://www.cogitationes.org/index.php/article/modernistas-portugueses-grande-guerra-europa-1915-1935** Sábado dia 26.Abril.2013 ás 14h e 30m)

Sites consultados:

- **http://danaiamarques.no.sapo.pt/curric/cv_naia.htm**, Sábado, 22 Janeiro 2011, às 19h e 30m.
- **http://segremar-segredo.blogspot.pt/2012/07/a-conferencia-de-berlim-e-partilha-de_7518.html**, Sexta-Feira, 20 Outubro 2011, às 20h e 30 m.
- **http://www.socgeografialisboa.pt/historia/conferencia-de-berlim**, Sexta-Feira, 20 de Outubro 2011, às 20h e 40m.
- **http://domedioorienteeafins.blogspot.pt/2009/08/antonio-ferro.html**, Sexta-Feira, 20 de Outubro 2011, às 21h e 00m.
- **http://antonioferro.wordpress.com/category/temas/modernismo/**, Sexta-Feira, 20 de Outubro 2011, às 21h e 10m.
- **http://ha2sem3.blogs.sapo.pt/858.html**, Sábado, 10 Novembro 2012, às 10h e 30m.
- **http://www.panoramio.com/photo/6380790**, Biblioteca de Quelimane, Panorâmio, autor desconhecido, Sábado, 10 Novembro 2012, às 10h e 45m.
- **http://www.hpip.org/def/pt/Conteudos/Contextos/AfricaSubsaariana/Mocambique,** Património de Influência Portuguesa, Sábado, 27 de Fevereiro 2013 às 22h e 00m.

- **http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3678847,** Fotografias da cidade da Beira, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Código de Referência PT/TT/CMZ-AF-GT/E/2-1/1/8; Datas de produção 1892; DIMENSÃO E SUPORTE Prova fotográfica P/b; COTA ORIGINAL nº 8, Quarta-Feira, 06 de Fevereiro 2013, às 13h e 09m.
- **http://obviousmag.org/archives/2011/04/eduardo_souto_moura_os_sonhos_inventam-se.html#ixzz2Mwiml73W,** Quarta-Feira, Sexta-Feira 08 de Fevereiro, ás 19h e 45m.
- **http://restosdecoleccao.blogspot.pt/2012/06/exposicao-do-mundo-portugues-em-1940.html** Exposição do Mundo Português, HMC, 2002, Sábado dia 26.Abril.2013 às 16h e 00m
- **http://home.fa.utl.pt/~camarinhas/pacheco.html** Segunda-Feira, 28 de Abril de 2013, às 14h e 30m
- **http://www.panoramio.com/photo/84225487** Edifício de habitação, Panorâmio, Ana Graça, 2011, Sábado, dia 14 de Junho de 2013 às 11h e 54m
- **http://www.panoramio.com/photo/84225444**, Edifício de Habitação, Panorâmio, Ana Graça, 2011, Sábado, dia 14 de Junho de 2013 às 11h e 58m.
- **http://www.panoramio.com/user/7345537/tags/Igreja%20do%20Macuti%20(Arq.%20Bernardino%20Ramalhete** Igreja de Macuti, Panorâmio, Ana Graça, 2012Sábado, dia 14 de Junho de 2013 ás 14h e 58m.
- **http://www.abrantesdigital.pt/site/content_details.php?lblPage=Noticia%20-%20Arquivo&conteudo_id=1728** Manifesto "Isto é Arquitectura!", Abrantes Digital, 2005, Sábado, 14. Junho de 2013 às 14h e 42m.
- **http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=5596&with_photo_id=47150546&order=date_desc&user=5163038** Igreja da Manga, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sábado, 14 de Junho 2013, às 12h e 10m
- **http://www.panoramio.com/photo/13474854** Igreja da Manga, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sábado, 14 de Junho 2013, às 12h e 20m.
- **http://www.panoramio.com/photo/86839514,** Igreja do Macuti, Torre, Panorâmio, Ana Graça, 2011, 15 de Junho de 2013 às 11h e 56m.
- **http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage/Obra?a=2105** Auditório, Galeria de Arte (actual Casa da Cultura de Sofala), Património de Influência Portuguesa, António Sopa, Quarta-feira, 17.Julho de 2013 às 11h e 05m
- **http://www.panoramio.com/photo/49813454** Casa dos Bicos, Panorâmio, Pedro007, 2011, Quarta-feira, 17.Julho de 2013 às 11h e 07m

- **http://www.panoramio.com/photo/49813445** Casa dos Bicos, Panorâmio, Pedro007, 2011, Quarta-feira, 17.Julho de 2013 às 11h e 10 m
- **http://www.panoramio.com/photo/49813437** Casa dos Bicos, Interior, Panorâmio, Pedro007, 2011, Quarta-feira, 17.Julho de 2013 às 12h e 00m.
- **http://www.panoramio.com/photo/49755639** Casa da Cultura e Casa dos Bicos, Panorâmio, Pedro007, 2011, Quarta-feira, 17.Julho de 2013 às 11h e 05m.
- **http://www.panoramio.com/photo/49689259** Casa da Cultura, Painel Mural de Malangatana, Panorâmio, Pedro007, 2011, Quarta – feira, 17.Julho de 2013 às 11h e 05m.
- **http://www.panoramio.com/photo/75885571,** BNU, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sexta-Feira, 06 Setembro de 2013 às 14h e 15m.
- **http://delagoabayworld.wordpress.com/2011/12/16/o-presidente-francisco-craveiro-lopes-visita-mocambique-1956/** O presidente Craveiro Lopes visita a Moçambique, Blog, 1956, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 09h e 44 m
- **http://www.flickr.com/photos/nunopires_fotografia/6238352481/** Igreja de Polana, Flickr, Nuno Pires, 2007, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 09h e:48m.
- **http://www.flickr.com/photos/38875534@N00/5021240226/in/photolist-8DHaMm-8DbPpv-duW62s-a2ipRC-e2PMam-7DANZw-8a8Dce** Igreja de Polana, Interior, Flickr, Brandão, 2005, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 09h e 50m
- **http://www.flickr.com/photos/28146873@N05/4650191356/in/photolist-85VrT3-8DHaMm-8DbPpv-duW62s-a2ipRC-e2PMam-7DANZw-8a8Dce** Igreja de Polana, Flickr, Luís Picolo, 2008, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 10h e 00m.
- **http://www.panoramio.com/photo/2363930** Igreja de Macuti, Vista Geral, Panorâmio, Luís Boléo, 1968, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 09 h e 55m
- **http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=2095** Igreja de Macuti, Torre, Património de Influência Portuguesa, Elisário Miranda, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 09h e 58m
- **http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=2488&with_photo_id=73359192&order=date_desc&user=5163038** Igreja de Macuti, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 10h e 00m.
- **http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=2487&with_photo_id=73359197&order=date_desc&user=5163038** Igreja de Macuti, Escadas, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 10h e 05m

- **http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=2489&with_photo_id=73359191&order=date_desc&user=5163038** Igreja de Macuti, Vista geral, Panorâmio, Pedro007, 2011. Sábado, 08 de Setembro 2013 às 10h e 15m
- **http://www.panoramio.com/photo/73272118** Igreja de Macuti, Interior, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 10h e 17m.
- **http://www.panoramio.com/photo/73272128** Igreja de Macuti, Entrada, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 10h e 20m.
- **http://www.panoramio.com/photo/73322078** Estação de Caminhos de Ferro da Beira, Entrada, Pedro007, 2011, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 10h e 25m.
- **http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=3&with_photo_id=84225954&order=date&user=7345537&tag=Igreja%20do%20Macuti%20(Arq.%20Bernardino%20Ramalhete** Igreja de Macuti, Fachada, Panorâmio, Ana Graça, 2012, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 10h e 40m.
- **http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=4&with_photo_id=84225915&order=date_desc&user=7345537** Igreja do Macuti, Interior, Ana Graça, 2012, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 10h e 45m
- **http://www.panoramio.com/photo/3293504** Novocine, Panorâmio, Pedro007, 2011 Sábado, 08 de Setembro 2013 às 09:55 horas
- **http://www.panoramio.com/photo/88586904** Casa dos Bicos, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 11h e 00m..
- **http://www.panoramio.com/photo/49524861** Casa dos Bicos, Vista Geral, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sábado, 08 de Setembro 2013 às 11h e 10m.
- **http://www.africafederation.net/Rose_map.htm** Federation of Free States os Africa, Sábado, 09 Setembro 2013, 09h e 37m.
- **http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%AAncia_de_Berlim,** Sábado, 09 Setembro 2013, 09h e 45m
- **http://www.panoramio.com/photo/76996320** Governo de Vila Pery, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sexta-feira, 13 de Setembro de 2013, às 19h e 00m.
- **http://www.panoramio.com/photo/49280558** Cine Teatro São Jorge, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sexta-Feira 13 de Setembro de 2013 às 19h e00m
- **http://www.panoramio.com/photo/2363904?tag=Beira** Casa dos Bicos, Panorâmio, Luís Boleo, 1968, Terça-Feira, 17 de Setembro 2013 às 10h e 35m.
- **http://www.panoramio.com/photo/43163840** Piscinas de Gondola, Panorâmio, Pedro 007, 2011, 13 de Setembro de 2013, pelas 18h e 13m)

- **http://www.panoramio.com/photo/64868175**, Cinema Montalto, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sexta-feira, 13 de Setembro 2013 às 18h e:45m.
- **http://www.panoramio.com/photo/49280558** Panorâmio, Pedro007, 2011, Sexta-Feira 13 de Setembro de 2013 às 19h e00m.
- **http://www.panoramio.com/photo/77880849** Lions Club da Beira, Panorâmio, Pedro 007, 2011m Sábado dia 15 de Setembro 2013, às 10h e 30m.
- **http://www.panoramio.com/photo/79217036**, Automóvel Touring Club de Moçambique, actual Palácio dos Casamentos, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sexta-feira, 15 de Setembro 2013 às 11h e 45m.
- **http://www.panoramio.com/photo/76206268,** Grande Hotel da Beira, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sábado, 15 de Setembro de 2013 às 12h e 03m.
- **http://www.panoramio.com/photo/79217070,** Estação de Caminho-de-ferro da Beira, Panorâmio, Pedro 007, 2011, Sábado, 15 de Setembro 2013, às 11h e 44m
- **http://www.panoramio.com/photo/57383909,** Estação de Caminhos-de-ferro, Beira, Panorâmio, Pedro007, 2011, Sábado, 15 de Setembro 2013 às 11h e 47m.
- **http://www.panoramio.com/photo/73245880** Igreja do Macuti, Panorâmio, Pedro 007, Terça-Feira 17 Setembro 2013, às 10h e 45m.
- **http://territorioafricano.blogspot.pt/2010/03/partilha-da-africa-o-contexto-da.html** Terça-Feira, 24 de Setembro 2013, às 09h e 14m

Entrevistas

- Primeira entrevista a Bernardino Ramalhete (2012) 19 de Outubro
- Segunda entrevista a Bernardino Ramalhete (2012) 23 de Novembro
- Terceira entrevista a Bernardino Ramalhete (2013) 09 de Setembro

ANEXO

CURRICULUM DE BENARDINO RAMALHETE

Actividades e projectos na Câmara Municipal do Porto:

- Bairro das Condominhas – Projecto (com os Arquitectos Fernando Távora e Almeida de Eça)

- Integra o Gabinete do Plano de Urbanização da C.M. do Porto (com o Engenheiro/arquitecto Gigante, o Arquitecto Fernando Távora e o Engº. Miguel Resende)

- Passagem inferior de São Bento / Praça D. Pedro IV (projecto preliminar)

- Colabora com o Arquitecto Carlos Chambers Ramos na remodelação do actual edifício da Câmara Municipal do Porto

- Colabora com o Engenheiro/arquitecto Júlio de Brito (assistência ás obras do coliseu do Porto e outras)

- Integra a equipa do Arquitecto Robert Auzelle para o Plano Director do Porto, onde é designado para Coordenador de Projecto.

- Participa no Inquérito do Programa de salubrização das “ilhas” da cidade do Porto.

Moçambique

- Funda o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal da Beira.

- Elabora o Regulamento da Construção Civil (em comissão)

- Intervém na recuperação de Alojamento para “Economicamente débeis”

- Inicia a actividade privada com a feitura dos Planos de Urbanização das cidades de Vila Pery, Nampula e António Enes

- É nomeado Arquitecto-Consultor destas três Câmaras Municipais.

- Funda o Gabinete de Arquitectura e Urbanismo, que depois passará a designar-se Gabinete de Arquitectura de Urbanismo (G.A.U.D.)

- Durante o ciclo de Moçambique projecta vários edifícios sociais, comerciais, habitacionais e administrativos. A ter em conta:

Na cidade e área da Grande Lisboa

- Trabalha para a Câmara Municipal de Lisboa, Integrando o Gabinete de Planeamento e Programação que estuda e propõe a criação da Área Metropolitana de Lisboa, colaborando entre outros com os arquitectos Filipe Lopes, Miguel Fonseca e Dr. Miguel Caetano. (trabalho em conjunto com as Câmaras Municipais de Sintra, Oeiras, Cascais, Loures e Vila Franca de Xira)

- Nomeado pelo Governo de Coligação para Vereador da Câmara de Cascais

- É então contratado para o Fundo de Fomento de Habitação para coordenar o SAAL (Serviço Ambulatório de apoio Local) – Algarve.

- Logo de seguida integra a Direcção Nacional do SAAL.

- Extinto este programa, é colocado no sector das cooperativas de Habitação do FFH.

- É convidado pela Câmara Municipal de Sesimbra para a reconversão da Quinta do Conde, trabalho que completa com a aprovação do Plano de Reconversão.

Durante dois anos exerce actividade liberal, durante os quais efectua os seguintes trabalhos:

Montijo

- Urbanização Quinta do Saldenha Nascente
- Urbanização a Norte do Palácio da Justiça
- Urbanização do Bairro das Areias, Sul
- Urbanização da Quinta das Postas
- Urbanização do Borralhal
- Arranjo da Praça da Liberdade em Sarilhos Grandes
- Praça Aldegalega

- Urbanização da Célula E
- Urbanização a Norte do Palácio da Justiça
- Reconversão da Praça da República
- Edifício para as oficinas da Câmara

Sesimbra

- Loteamento da quinta do Texugo
- Loteamento das Aldeias do Mar
- Reconversão da Lagoa de Albufeira (área degradada), com o arquitecto Raúl H. Ferreira
- Durante 12 anos é assessor executivo autárquico
- Coordena a elaboração do PDM de Sesimbra
- Elabora projecto para habitação social
- Moradias em Alfarim

6 Outros

- É premiado pelo Instituto Nacional de Habitação pelo projecto de uma urbanização e edifícios para habitação social

- Funda um gabinete de arquitectura (GAUDE Lda.) em Sarilhos Grandes e com ramo em Tomar

- Tem em curso de construção o projecto para 89 fogos na Atalaia – Montijo e para 12 fogos em Alfarim (Sesimbra)

- É assessor da Sociedade Imobiliária e turística da Quinta do Peru S.A. (Grupo Espírito Santo)

- É avaliador oficial da Direcção Geral dos Impostos do distrito de Lisboa

- Divulgação de vários artigos sobre os PDM's na "Nova Gazeta" no Montijo

- Deputado Municipal (2 mandatos) nas Câmaras de Cascais e Sesimbra.

MANIFESTO "Isto é arquitectura!"

Bernardino Ramalhete 29.11.2005 in núcleo do Médio Tejo da Ordem dos Arquitectos

A grande produção escrita sobre Arquitectura ao longo dos últimos anos – sobretudo com o excelente "J.A." e artigos avulsos em revistas da especialidade – tem vindo a enriquecer mais e melhor a formação dos seus leitores – que, não duvido, serão na sua maioria Arquitectos (o que é pena).

É fora de dúvida que a sua leitura vai adicionando conhecimentos, divulgando experiências, acrescentando saberes, acumulando informações, consolidando e aumentando a cultura necessária à melhoria da qualidade profissional de cada arquitecto.

Só por vezes, um ou outro autor prefere usar "o seu próprio estilo" intelectualizando os seus textos, tornando-os herméticos, os quais – tendo o seu lugar próprio – não devem misturar-se com textos de divulgação, alguns destes até de saboroso bom humor, forma bem conhecida como excelente meio para transmitir ideias sérias.

O manifesto "Isto é Arquitectura" só pode ser entendido como um meio de mostrar que a Arquitectura é uma ciência democrática, e por isso me interrogo sobre o "estado" das relações entre os que fazem arquitectura e as pessoas em geral.

E vejo pouca – quase nenhuma – preocupação na divulgação junto do grande público dos conceitos, das motivações, e de uma infinidade de características próprias da Arquitectura.

Não obstante assistir-se a uma significativa evolução positiva da classe dos arquitectos, ao que parece tal realidade não tem contribuído para uma maior inter-relação entre "o que faz" e "o que usufrui".

Na era da divulgação dos conhecimentos, não vemos a Arquitectura usar os meios de que dispõe, a não ser em casos isolados (meritórios), com escassa receptividade do público em geral.

Sabendo, como sabemos, que o arquitecto se interessa pelo Homem e que, por isso, pode oferecer uma universalidade humanística que o leva a pretender planear e integrar as principais correntes das ciências que dizem respeito ao próprio homem, pergunta-se o que tem sido feito ou está fazendo para divulgar esta realidade.

Atingir estes objectivos tem dificuldades que a própria condição das coisas provocam, como p. Ex., os programas complexos, as limitações tecnológicas, os contextos, etc.

Face a toda a panóplia de parâmetros, objectivos, condições próprias da Arquitectura, o ofício exige um maior e aprofundado conhecimento das ciências que a apoiam e, no seu conjunto, possibilitam um melhor serviço prestado à comunidade.

Há pois que pensar essa divulgação, essa interacção.

Cada vez mais se assiste ao endeusamento do indivíduo (autor), enchendo-se os escritos com louvores a este ou àquele protagonista, o que não sendo em si mesmo uma atitude errada ou condensável, esquece o diálogo com o comum dos mortais que não apercebe da verdadeira importância da Arquitectura, sobretudo no que ela tem de essência: servir o Homem.

Aliás como qualquer Ciência, o que a Arquitectura também é.

Será que o Homem necessita de mitos?

São pois redutoras – relativamente ao mundo da Arquitectura – as expressões que por aí ouvimos vulgarmente tais como “é bonito”, “é feio”, “é uma monstruosidade” quando se vê pela primeira vez um novo edifício com relevo no contexto edificado, por exemplo.

Paulo Varela Gomes dizia (in J.A. nº 138), sobre a prática profissional dos arquitectos... “está hoje remetida para o terreno ultraminoritário da cultura e da filosofia. De uma filosofia útil. Não daquela que pode transformar o mundo mas a que transforma o modo de pensar”.

E a transformação do modo de pensar é uma questão de fundo, essencial à correcção do descalabro a que assistimos por esse país fora.

Onde estão os valores que afanosamente a classe defende como sendo Arquitectura?

Daí, perguntarmos se um edifício projectado por um não-arquitecto será Arquitectura.

Sabemos de casos, poucos, em que isso acontece: estamos perante um génio.

Só a persistente aproximação das populações, usando os meios ao nosso dispor – TV, exposições itinerantes, eventos, colóquios, uso dos média, etc. podem levar a algum resultado para a mudança das mentalidades.

Há pois que divulgar, aproximar do Homem comum, consciencializar, sem esquecer que a realidade que se vier a obter, além de servir melhor os utentes imediatos, traz consigo a mais-valia da durabilidade e culturalmente a marca da modernidade, isto é, que o produto acabado é fruto de uma tradição, no sentido de que devemos fazer o que os nossos antepassados já fizeram - uma obra reflectindo os autênticos valores da sua contemporaneidade.